

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)

Bere

Observatório de
Mulheres em Goiânia

**RELATÓRIO FINAL DO PROJETO PARA
ANÁLISE DAS BASES DE DADOS SOBRE A
SITUAÇÃO DAS MULHERES EM GOIÂNIA
E SUBSÍDIO PARA CRIAÇÃO DO
OBSERVATÓRIO DA MULHER**

Goiânia

2026

FUNAPE
Fundação de Apoio à Pesquisa

NECRIVI
NÚCLEO DE ESTUDOS E
PESQUISA SOBRE CRIMINALIDADE E
VIOLÊNCIA



Secretaria Municipal de
POLÍTICAS PARA AS MULHERES,
ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS
HUMANOS - SEMASDH



EQUIPE DE PESQUISA**Coordenação Geral:**

Dijaci David de Oliveira

Rayani Mariano dos Santos

Coordenação de Subgrupos:

Fernanda da Silva Borges - Subgrupo Situação das Mulheres em Goiânia

Rayani Mariano dos Santos - Subgrupo Violência e Saúde

Kamilla Cristina da Cunha Santos – Subgrupo de Comunicação e Estatística

Equipe de Coleta e Análise de Informações:

Ana Paula de Castro Neves

Angelita Pereira Lima

Bella Ribeiro

Bruno N. Oliveira Cruz

Giovanna Trindade

Jully Anne Ribeiro da Cruz

Lara Ramos Maciel

Laryssa Tenório Dantas

Luciano Rodrigues Castro

Maisa Diogo de Almeida

Maria Clara Florêncio De Paula

Pedro Luiz Soares

Simone de Jesus

Thainá Gondim Lúcio

Thálita Igraine Cantidio

Verônica Silva Ferreira

Sumário

1	Introdução.....	5
2	As desigualdades de gênero.....	7
2.1	Representação na população, escolaridade, mercado de trabalho e desigualdades de renda	10
2.1.1	A realidade em Goiás	13
2.1.2	A realidade em Goiânia	14
2.2	Violência contra as mulheres e saúde das mulheres	19
3	Políticas públicas para mulheres e a importância de pensar políticas no nível municipal	25
4	Observatórios de mulheres	28
5	Metodologia.....	43
6	Resultados a partir de dados disponibilizados pelas secretarias	50
6.1	Como se deu o acesso aos dados das secretarias solicitados pelas pesquisadoras?.....	51
6.1.1	Secretaria Municipal de Saúde	51
6.1.2	Agência da Guarda Civil Metropolitana.....	54
6.1.3	Secretaria Municipal de Educação	58
6.1.4	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.....	79
6.1.5	Outras secretarias.....	80
6.2	Dados obtidos na Secretaria Municipal de Saúde sobre mulheres em Goiânia.....	82
6.2.1	Morbidade e mortalidade feminina.....	86
6.2.2	Vacinação em Goiânia.....	96
6.2.3	Análise das internações de mulheres atendidas no Sistema Único de Saúde (SUS) em Goiânia nos anos de 2019, 2020 e 2021	99
6.3	Dados obtidos na Agência da Guarda Civil Metropolitana sobre atendimento às mulheres em Goiânia.....	110
6.4	Dados obtidos na Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	121
6.5	Dados obtidos na Secretaria Municipal de Educação	125
7	Resultados a partir de bases de dados secundárias	131
7.1	Dados sobre educação.....	131
7.2	Dados sobre saúde	135
7.3	Dados sobre violência	141
7.4	Dados sobre mercado de trabalho	150

8	Considerações finais	158
	Referências Bibliográficas.....	160
	Anexo 1 – Proposta de Conteúdo para o Observatório das Mulheres de Goiânia	164
	Anexo 2 – Proposta de curso de capacitação.....	166

1 INTRODUÇÃO

O presente relatório visa apresentar os resultados do “Projeto para Análise das Bases de dados sobre situação das mulheres em Goiânia e Produção de Subsídios para a Criação do Observatório da Mulher”. Desde o fim de 2021 a equipe, composta por pesquisadoras/es da Universidade Federal de Goiás (UFG) e de outras instituições, iniciou o planejamento da pesquisa, mas o início formal do projeto se deu em 2022. O objetivo era realizar estudos circunstanciados da situação das mulheres no município de Goiânia a partir da análise das bases de dados municipais na área de saúde, segurança, educação e renda/trabalho para a elaboração de subsídios tanto para a atuação dos gestores municipais quanto para a elaboração da proposta de Observatório das Mulheres em Goiânia.

A importância da pesquisa se justifica pela persistência das desigualdades de gênero e violências contra as mulheres em Goiânia, e pela percepção de que para enfrentar essas desigualdades são necessárias políticas públicas que garantam uma maior igualdade, e que para a formulação de políticas eficazes os dados e informações sobre a situação das mulheres são essenciais. No entanto, ainda existem grandes desafios relativos a coleta e sistematização de dados sobre mulheres, e também no que se refere a comunicação entre as diferentes bases de dados das secretarias – questões que ficarão mais claras ao longo do relatório.

É importante ressaltar, desde esse momento inicial, que a pesquisa foi formulada a partir da hipótese de que as secretarias possuíam dados sobre mulheres, que as pesquisadoras teriam acesso a esses dados, e que o trabalho seria dedicado principalmente a organizar e analisar as bases de dados. Porém, observou-se logo no início dos trabalhos que:

1) O contato com as secretarias seria mais demorado do que o previsto por diversas razões, entre as quais as dificuldades de as secretarias indicarem um/a servidor/a que pudesse intermediar as conversas com a equipe da pesquisa;

2) Algumas secretarias não possuíam dados específicos sobre as mulheres;

3) Há questões legais envolvidas e o acesso às bases de dados que algumas secretarias possuíam não era permitido ou necessitava de trâmites burocráticos que não seriam possíveis de serem resolvidos a tempo.

A partir dessas constatações que impossibilitariam o desenvolvimento da pesquisa conforme planejado inicialmente, foram tomadas algumas decisões sobre quais caminhos

seguir para compreender melhor a situação das mulheres goianienses. A metodologia do trabalho, descrita no item 5, explica com mais detalhes as mudanças que foram realizadas. Optou-se por buscar e analisar os dados sobre mulheres obtidos nas secretarias – especialmente na Secretaria Municipal de Saúde, na Agência da Guarda Civil Metropolitana de Goiânia (CGM); na Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SMPM) e na Secretaria Municipal de Educação (itens 6.2, 6.3, 6.4 e 6.5); e buscar e analisar informações em outras bases de dados nacionais (item 7). Além de apresentar os resultados a partir das bases de dados, o relatório também contém uma descrição sobre como foi o contato com as secretarias, as reuniões realizadas, os pedidos de informação e o que foi obtido (item 6.1 do relatório).

O presente relatório também é composto por uma revisão de literatura sobre desigualdades de gênero e, mais especificamente, sobre a realidade dessas desigualdades em Goiânia e Goiás (item 2). No item 3, discutimos a importância das políticas públicas para as mulheres, e no item 4, apresentamos os resultados da pesquisa realizada sobre outros observatórios de mulheres existentes no país. Por fim, o relatório apresenta as considerações finais contendo sugestões e encaminhamentos para serem realizados na próxima etapa da pesquisa (item 8).

2 AS DESIGUALDADES DE GÊNERO

As ciências sociais e humanas têm, já há mais de um século e meio, se dedicado a estudar o ser humano em sociedade. Em suas várias disciplinas – que vão da sociologia à história –, longos percursos teóricos, modalidades interpretativas e chaves conceituais foram desenvolvidas para dar sentido às experiências sociais. Se tais correntes nem sempre conviveram harmoniosamente, elas certamente deixaram legados cuja riqueza e desenvolvimentos se fazem sentir ainda hoje.

Foi a partir da experiência histórica da modernidade (iniciada no fim do século XVIII e consagrada ao longo do século XIX) que configurações relativamente semelhantes às modernas tecnologias de sexo (FOUCAULT, 1975; PRECIADO, 2020) e de gênero (LAURETIS, 2020) começaram a ser viabilizadas como experiência social. Neste contexto, discursos biomédicos hegemônicos naturalizavam construções sociais que, de forma desigual, distribuía e significava corpos a partir de formulações binárias, especialmente a partir de formulações discursivas relativas aos conceitos-chave de “homem” e “mulher”.

A partir de experiências e cotidianos marcados por opressões e oportunidades desiguais, movimentos de mulheres passaram a se organizar de maneiras diversas (em contextos diversos), para reivindicar conquistas. Desde a atuação a partir da luta anti-escravidão em contexto norte-americano (DAVIS, 2016), passando pelas lutas em contextos fabris, ou na reivindicação por direitos como educação e voto (principalmente no continente europeu, mas também em outros contextos que incluíram o Brasil), mulheres em todo o mundo se movimentaram para a obtenção de espaços que não estivessem confinados ao lar e à domesticidade.

Os movimentos feministas, precursores das atuais reflexões sobre gêneros e sexualidades nas ciências sociais, remontam ao século XIX. Variando longamente no tempo e no espaço, sua presença no Brasil remonta, pelo menos, ao ano de 1832, quando Nísia Floresta publica a obra *Direitos das Mulheres e Injustiça dos homens* (DUARTE, 2021). Além desta, outros muitos nomes poderiam ser destacados por seu pioneirismo sobre temas e práticas emancipatórias, nos séculos XIX, XX e XXI – para citar apenas alguns: Josefina de Azevedo, Bertha Lutz, Antonieta de Barros, Lélia Gonzalez, Heleieth Safioti, Sueli Carneiro.

Se os feminismos, a partir das próprias mudanças históricas com que dialogam e que os circundam, se viram diante da necessidade de reinvenção, é preciso destacar que

todos são transversalizados por uma urgência comum: a denúncia e a superação da desigualdade. Da afirmação essencialista de uma mulher marcada como o “outro do homem”, não significável pela linguagem, às leituras pós-estruturalistas que afirmaram-se (de diferentes maneiras) a partir do conceito de gênero (SCOTT, 2020, BUTLER, 2003; LOURO, 2004; BENTO, 2021), o reconhecimento das desigualdades constitutivas das vivências de gêneros e sexualidades estão sempre presentes.

Para os propósitos deste trabalho, adotamos a abordagem de Heleieth Saffioti, que procurou interpretar temas relativos às desigualdades¹ e violências de gênero contra mulheres sem abandonar os pontos fortes das teorizações acerca do patriarcado. Gênero é compreendido a partir da definição de Joan Scott:

O gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos; e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único (SCOTT, 2020, p. 67).

A teorização de Scott tem o mérito de colocar foco ampliado sobre a dimensão construída do gênero, ao elaborar densamente sua compreensão como relação social. Em termos gerais, como explica Saffioti (2004), o termo tem alcance maior do que “mulher” ou “homem”, uma vez que permite dimensionar arranjos e distribuição de oportunidades variáveis de sociedade para sociedade (ou entre temporalidades diversas), abrindo espaço, inclusive, para pensar em arranjos de gênero igualitários. Isto, como a própria autora enfatiza, não quer dizer que gênero seja um conceito neutro.

É a partir desta percepção que Heleieth Saffioti recupera a noção de patriarcado. A autora insiste que, apesar da relevância do conceito de gênero para as ciências sociais e para a militância feminista em geral, os estudos específicos sobre mulheres continuam demandando primazia da percepção acerca das desigualdades nas relações entre homens e mulheres. Comentando esta importância, a autora afirma que:

Além de empoderar a categoria mulheres, e não apenas mulheres, o conhecimento de sua história permite a apreensão do caráter histórico do patriarcado. E é imprescindível o reforço permanente da dimensão histórica da

¹ Ao comentar sua compreensão acerca das desigualdades de gênero e sua importância na operacionalização do patriarcado, a autora afirma que: “A desigualdade, longe de ser natural, é posta pela tradição cultural, pelas estruturas de poder, pelos agentes envolvidos na trama de relações sociais. Nas relações entre homens e mulheres, a desigualdade de gênero não é dada, mas pode ser construída, e o é, com frequência” (SAFFIOTI, 2004, p. 74).

dominação masculina para que se compreenda e se dimensione adequadamente o patriarcado. Considera-se muito simplista a alegação de a-historicidade deste conceito. (...) Ainda que não se possa aceitar a hipótese de sociedades matriarcais nem prévias às patriarcais nem a estas posteriores, por falta de comprovação histórica, há evidências apreciáveis, sobretudo de natureza arqueológica, de que já existiu outra ordem de gênero, distinta da mantida pela dominação masculina. A fim de se adentrar neste difícil terreno, é preciso que se parta, explicitamente, de um conceito de patriarcado e de um conceito de gênero (SAFFIOTI, 2004, p. 110-111)

O conceito de patriarcado a que alude a autora é elaborado como sendo aquele em que homens garantem a si, tomando como base a esfera familiar e doméstica, os meios de produção e reprodução diária da vida, relegando às mulheres a condição de objetos de satisfação sexual e reprodução, além de força de trabalho (SAFFIOTI, 2004). Para a autora, “esta soma/mescla de dominação e exploração é aqui entendida como opressão (...)” (SAFFIOTI, 2004, p. 112).

Tal opressão, é importante dizer, toma como um de seus eixos operacionais as mais diversas formas de violências de gênero contra mulheres: física, emocional, psicológica, econômica, institucional etc. Concordamos com Lourdes Bandeira, quando comenta a centralidade deste fenômeno para as realidades sociais brasileiras, já que “(...) a violência contra a mulher é uma força social (...) dotada de capacidade estruturante da realidade social” (BANDEIRA, 2017, p. 21). Central para as relações de gênero, esta violência “(...) tem a ilusão de fixar, por um lado, a identidade da agredida e do agressor como se cada um deles tivesse uma ‘essência’ definida (...)” (BANDEIRA, 2017, p.21).

Arrematar a apresentação dos conceitos fundamentais com os quais esta pesquisa lidou envolve demarcar a onipresença da ferramenta teórico-metodológica da interseccionalidade (AKOTIRENE, 2018). De forma ampla, a mobilizamos de acordo com Patricia Hill Collins e Sirma Bilge, para quem:

Essa definição prática descreve o principal entendimento da interseccionalidade, a saber, que, em determinada sociedade, em determinado período, as relações de poder que envolvem raça, classe e gênero, por exemplo, não se manifestam como entidades distintas e mutuamente excludentes. De fato, essas categorias se sobrepõem e funcionam de maneira unificada. Além disso, apesar de geralmente invisíveis, essas relações interseccionais de poder afetam todos os aspectos do convívio social (COLLINS; BILGE, 2021, p.15).

Num país multiétnico e multirracial como o Brasil, os estudos sobre gêneros e sexualidades têm se acostumado a perspectivas atravessadas por entendimentos desta natureza. É imprescindível, nesse sentido, que a interação entre diferentes matrizes de opressão seja apropriadamente dimensionada.

No caso específico da violência de gênero, autoras como Sueli Carneiro têm sugerido lentes adequadas para dimensionar o problema, no que se refere às vivências específicas de mulheres negras. Para a autora:

Em relação ao tópico da violência, as mulheres negras realçaram outra dimensão do problema. Tem-se reiterado que, para além da problemática da violência doméstica e sexual que atingem as mulheres de todos os grupos raciais e classes sociais, há uma forma específica de violência que constrange o direito à imagem ou a uma representação positiva, limita as possibilidades de encontro no mercado afetivo, inibe ou compromete o pleno exercício da sexualidade pelo peso dos estigmas seculares, cerceia o acesso ao trabalho, arrefece as aspirações e rebaixa a autoestima (CARNEIRO, 2019, p. 278).

Como será possível perceber ao longo da estruturação metodológica – passando pela maneira como optou-se pela coleta de dados até sua análise – estas preocupações vinculadas aos aspectos compartilhados e as diferenciais na maneira como violências de gênero contra mulheres são praticadas/vivenciadas estiveram presentes ao longo de toda a pesquisa.

Procedemos, a seguir, com um detalhamento acerca da situação das desigualdades e das violências de gênero contra mulheres no contexto social brasileiro, goiano e goianiense, trazendo reflexões e informações preliminares sobre temas relevantes como mercado de trabalho, desigualdade de renda, saúde e violência.

2.1 Representação na população, escolaridade, mercado de trabalho e desigualdades de renda

Hirata e Kergoat (2007, p. 599) definem a divisão sexual do trabalho como “a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos”, sendo esta “um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos”. A designação dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva conformam essa divisão, junto com uma valorização maior das tarefas realizadas na esfera produtiva.

Para Biroli (2016a), a divisão sexual do trabalho é algo central quando pensamos sobre desigualdades de gênero. Trazendo o exemplo do cuidado diferenciado com as crianças, a autora argumenta que não é a gestação ou a relação amorosa que coloca a mulher na situação de principal responsável, mas a atribuição dessas responsabilidades em relações hierárquicas. Okin (1989, p. 4) também discute o fato de que tanto a expectativa quanto a própria divisão sexual do trabalho contribuem para deixar as mulheres mais vulneráveis. Para a autora, existe um ciclo de relações de poder que permeiam a vida na casa e no local de trabalho.

Apesar de, histórica e teoricamente, trabalharmos com uma espécie de divisão entre as esferas pública e privada – ou entre a vida pública do mercado, da política, do espaço de trabalho etc. e a vida doméstica – teóricas feministas denunciam há muitas décadas que essa divisão é ilusória. As hierarquias, opressões, desigualdades dentro de casa influenciam diretamente nas possibilidades e condições que as mulheres terão no espaço público. Nos próximos parágrafos apresentamos alguns dados sobre a realidade brasileira que apontam para a necessidade de pensarmos de forma conjunta políticas relativas ao cuidado de crianças e da casa, ao mercado de trabalho e à diminuição das desigualdades de renda.

O mercado de trabalho tem representado um espaço significativo para perceber não apenas as dinâmicas de violências contra mulheres, mas também as desigualdades que estas enfrentam em relação aos homens e entre elas próprias, quando consideramos marcadores como raça e classe. Segundo dados referentes ao ano de 2020, encontrados em relatório da Faculdade de Campinas (FACAMP), a composição da População em Idade Ativa (PIA) é majoritariamente feminina, especialmente quando consideramos as populações negras brasileiras (Núcleo de Pesquisa de Economia e Gênero - NPEgen, 2021).

A PIA é composta por 28,3% de mulheres negras, 25,9% de homens negros, 24,9% de mulheres brancas e 20,9% de homens brancos. Quando se analisa a população ocupada, os dados invertem-se. As mulheres negras têm uma taxa de participação de 47% enquanto os homens brancos de 66,7%. Vale destacar que, entre os serviços mais precarizados, como o trabalho doméstico, encontra-se a prevalência da mão de obra feminina negra (62,8% sem carteira assinada e 56,3% como carteira assinada, do total de 100% da população empregada neste setor) (NPEgen, 2021).

Quando observamos, no relatório, os dados obtidos para justificar a ausência do mercado de trabalho, 34,8% das mulheres negras e 26,7% das mulheres brancas afirmam que cuidar dos afazeres domésticos é uma das razões pelas quais não marcam presença no mercado de trabalho. Outra razão significativa são problemas de saúde ou gravidez: com o mesmo percentual, 7,9% das mulheres brancas e negras apresentam a mesma razão.

É possível perceber, pelos dados, que há uma profunda desigualdade entre a oferta de oportunidades e as parcelas da população brasileira que são capazes de aproveitá-las. Esta discrepância responde, como os próprios números do relatório indicam, a um entrecruzamento de marcadores de gênero, raça e classe que auxiliam na produção e reprodução de desigualdades.

Pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2021 apresenta dados que ajudam a complexificar aqueles já apresentados. O relatório aponta que há, no Brasil, uma média de 16,8 horas semanais dedicadas a cuidados de pessoas ou afazeres domésticos. Homens e mulheres, no entanto, empregam uma quantidade de horas distintas nestas tarefas: enquanto os primeiros trabalham cerca de 11 horas por semana, as últimas empregam cerca de 21,4 horas (quase o dobro de tempo). Quando raça e classe entram na análise, a situação mostra-se ainda mais complexa: 10,9 horas para homens brancos e 11 horas para homens negros, contra 20,7 horas de mulheres brancas e 22 horas de mulheres negras; 11 horas para homens com remunerações mais baixa; 24,1 horas para mulheres com remunerações mais baixa; 10,8 horas para homens com as remunerações mais altas e 18,2 horas para mulheres com as remunerações mais altas (IBGE, 2021). Quando observamos dados sobre quem realiza serviços domésticos e de cuidado no Brasil vemos que classe é um marcador central, já que 54% das mulheres pobres realizaram esse trabalho contra 25% das mulheres ricas (PASSOS; SOUZA, 2021).

Outras dinâmicas de consagração das desigualdades acabam expostas no relatório do IBGE. Dados importantes trazidos pelo documento mostram que, no que se refere ao ensino superior, a taxa de mulheres graduadas é sempre superior nos grupos entre 25 e 64 anos. Apenas no grupo populacional dos que possuem 65 anos ou mais a taxa de escolaridade superior é maior entre homens (10,8% contra 9,5%), o que coloca em perspectiva a disparidade entre a presença desigual de homens e mulheres no mercado de trabalho. Apesar disto, as desigualdades entre mulheres brancas e negras persiste:

Em 2019, mulheres pretas ou pardas entre 18 e 24 anos apresentavam uma taxa ajustada de frequência líquida ao ensino superior de 22,3%, quase 50% menor do que a registrada entre brancas (40,9% e quase 30% menor do que a taxa verificada entre homens brancos (30,5%). A menor taxa ajustada de frequência escolar líquida se verificou entre os homens pretos ou pardos (15,7%) (IBGE, 2021, p.5).

Esta maior qualificação no aspecto educacional vem como resultado de políticas institucionais e ganhos de movimentos sociais que afetaram, também, outras áreas. Na saúde, por exemplo, como o supracitado relatório informa, a taxa de mortalidade infantil de meninas caiu de 17,2 mortes a cada mil nascimentos para 12,8 mortes, entre 2011 e 2019.

É importante ressaltar as fortes barreiras que mulheres brancas e, especialmente, mulheres negras, ainda enfrentam para ocupar espaços públicos e de deliberação. A partir

de uma série de indicadores coletados, o documento é taxativo: “Se, por um lado, as mulheres são mais escolarizadas, por outro, têm menor inserção no mercado de trabalho e na vida pública em geral” (IBGE, 2021, p.8). É a partir destas constatações que o documento propõe a necessidade de assegurar às mulheres maior equidade nas oportunidades e na participação política.

2.1.1 A realidade em Goiás

Quando voltamos nossa atenção para a situação em Goiás, de acordo com pesquisa realizada pelo Instituto Mauro Borges (IMB), as mulheres são 52,3% da população do estado, que possui 7,1 milhões de habitantes. A raça que predomina é a parda: 29,4% da população goiana é composta por mulheres pardas; 18,6% por mulheres brancas e 3,9% por mulheres pretas (CLAUDINO et al, 2022)

No que se refere à escolaridade, a mesma pesquisa indica que há um equilíbrio entre homens e mulheres até o ensino fundamental. A partir do ensino médio, as mulheres passam a ter um grau de instrução superior. Quando observamos dados sobre o ensino superior completo em Goiás, 8,3% das pessoas com essa escolaridade são mulheres, enquanto 5,2% são homens. Importante ressaltar que entre 2015 e 2021, houve um aumento significativo das pessoas que finalizaram o ensino superior no estado (entre os homens passou de 3,6% para 5,2%; e entre mulheres aumentou foi de 5,8% para 8,3%) (CLAUDINO et al, 2022).

Com relação às remunerações, tem-se que o rendimento médio efetivamente recebido de todos os trabalhos, em 2021, foi de R\$ 2.361,04, sendo um valor médio de R\$ 2.602,56 para pessoas do sexo masculino e R\$ 2.036,61 para o feminino. A Figura 12 apresenta os rendimentos médio por grau de instrução e gênero, evidenciando a significativa disparidade salarial entre os sexos, sendo que esta disparidade aumenta conforme o grau de instrução aumenta. (CLAUDINO et al, 2022, p. 14).

De acordo com o documento, homens com ensino superior possuem rendimento mensal de R\$ 5.667,07 enquanto mulheres com o mesmo grau de instrução ganham R\$ 3.717,84. Apesar de mais escolarizadas e do aumento do grau de instrução, como visto elas ganham menos e ainda sofrem mais com o desemprego. Em Goiás, a taxa de desocupação entre mulheres aumentou de 10,1% em 2015 para 17,7% em 2021; a taxa de

desocupação dos homens variou de 7,2% para 11,6% no mesmo período (CLAUDINO et al, 2022).

Sobre a posição na ocupação, 30,6% das mulheres ocupadas são empregadas na iniciativa privada e possuem carteira assinada; 23,1% trabalham por conta própria; 18,7% trabalham como empregadas domésticas sem carteira; 10,6% trabalham no setor privado sem carteira; 8,8% trabalham como empregadas domésticas sem carteira assinada (CLAUDINO et al, 2022). Há um problema grave quando as mulheres não possuem carteira assinada, pois como discutido anteriormente, elas são as principais responsáveis pelo cuidado das pessoas mais vulneráveis e pelos afazeres domésticos. Não ter carteira assinada significa que elas se encontram em uma situação de maior vulnerabilidade no mercado de trabalho, sem direitos garantidos, podendo perder o emprego e não ter nenhuma segurança.

Outra mudança significativa no mesmo período se relaciona com o número de famílias chefiadas por mulheres. Em 2015, 34,52% das famílias eram chefiadas por mulheres; em 2021, passou para 50,55%.

O documento também traz uma discussão sobre o perfil das mulheres goianas que se encontram em situação de vulnerabilidade a partir dos dados de junho de 2021 do Cadastro Único (CadÚnico). Em Goiás, 855.961 domicílios inscritos no CadÚnico com um total de 2,13 milhões de pessoas. Destas, as mulheres representam 57,3%, sendo a maioria delas negra (75% são de cor parda ou preta) e jovem (60% têm até 34 anos). Além disso, dos domicílios inscritos, 79,7% têm como pessoa de referência uma mulher. Essas mulheres chefes de família quase não estudaram, sendo que 39,5% não terminaram o ensino fundamental e 9,6% não têm instrução.

A baixa escolaridade reflete diretamente nas oportunidades de emprego. Dessa maneira, apenas 36,5% das mulheres chefes de família declararam exercer alguma função remunerada, na semana anterior à entrevista. Ainda, cerca de 1% declarou que exercem alguma função remunerada, mas na semana citada estava afastada. Além disso, ressalta-se que 50,7% dessas mulheres complementam sua renda com o benefício Bolsa Família. Ademais, são 282.922 famílias chefiadas por mulheres que recebem o benefício Bolsa Família, 41,8% do total. (CLAUDINO et al, 2022, p. 17).

2.1.2 *A realidade em Goiânia*

Apresentamos brevemente nos próximos parágrafos o perfil da mulher goianiense, pois acreditamos que ele é importante para compreendermos de quem estamos falando nesse relatório e como as mulheres estão situadas no contexto da cidade de Goiânia.

A primeira observação se relaciona a quantas mulheres temos no município. Pouco mais da metade da população é feminina, dado que segue a tendência brasileira, onde 51,1% da população é composta por mulheres (IBGE, 2022). A tabela abaixo indica essa informação sobre a cidade.

Tabela 1: Número de mulheres em Goiânia.

Quantidade	Percentual (%)
≅ 815.000	51,84

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da PNADC (2º trimestre de 2022).

No que se refere à cor, quando somamos a população feminina preta e parda, observamos que 55,12% das mulheres são negras; 43,27% são brancas; 1,35% amarela; e 0,22% indígena. Os dados da cor das mulheres de Goiânia se aproximam aos da população geral da região Centro Oeste: 64,5% da população desses estados é negra, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) de 2021 (IBGE, 2022). No Sul, a população negra representa 24,3% do total; e no Norte, 80,9%. A importância de destacar a cor das mulheres goianienses se relaciona com o fato de que mulheres negras estão na base da pirâmide social no Brasil, em situação de maior vulnerabilidade, renda mais baixa, ocupação mais precária no mercado de trabalho etc.². Por essa razão é preciso considerar essa informação quando políticas públicas são elaboradas e buscar não só a superação das desigualdades de gênero, mas também as de raça. Na tabela abaixo estão as informações sobre a raça das mulheres goianienses.

Tabela 2: Número de mulheres em Goiânia por cor.

Cor/Raça	Quantidade	Percentual (%)
-----------------	-------------------	-----------------------

² Sobre desigualdades de raça no Brasil, consultar o informativo do IBGE “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil - 2ª edição”. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972_informativo.pdf. Acesso em 30 de maio de 2023.

Branca	352.439	43,27
Preta	59.240	7,27
Amarela	11.002	1,35
Parda	389.756	47,85
Indígena	1.783	0,22

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da PNADC (2º trimestre de 2022).

No que se refere à idade, a maioria das mulheres em Goiânia possuem entre 30 e 59 anos (43,95%). A segunda faixa etária mais comum é a de 18 a 29 anos (18,24%). Esses dados mostram que 62,19% das mulheres goianienses se encontram na faixa etária mais apta a participar do mercado de trabalho. Muitas vezes, no entanto, essas mulheres não estão no mercado de trabalho. Os dados brasileiros mostram que enquanto 73,7% dos homens com 15 anos ou mais participam da força de trabalho; apenas 54,5% das mulheres o fazem (IBGE, 2021). Quando observamos as mulheres com 15 a 29 anos e filhos de até três anos de idade, vemos que a maternidade é um fator que dificulta a participação das mulheres no mercado de trabalho: 54,6% das mulheres dessa faixa etária com filhos fazem parte da força de trabalho; enquanto 67,2% das mulheres sem filhos participam (IBGE, 2021). Chamamos atenção para esse dado porque políticas públicas que auxiliem as mulheres com filhos, como creches, são essenciais para que elas consigam participar e permanecer no mercado de trabalho. A tabela abaixo mostra com mais detalhes a faixa etária das mulheres goianienses.

Tabela 3: Número de mulheres em Goiânia por faixa etária.

Faixa etária	Quantidade	Percentual (%)
0 -14	124.495	15,28
15 – 17	30.716	3,77

18 – 29	148.600	18,24
30 – 59	357.957	43,95
60 – 64	46.189	5,67
>65	106.544	13,08

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da PNADC (2º trimestre de 2022).

Além de participarem menos no mercado de trabalho, essa participação é marcada por desigualdades. A maior parte das mulheres goianienses (50,35%) ganha entre meio até dois salários-mínimos.

Tabela 4: Número de mulheres em Goiânia por faixa de renda.

Renda	Quantidade	Percentual (%)
0 + 0,5 SM	21.023	5,67
0,5 + 1 SM	91.202	24,60
1 + 2 SM	132.542	35,75
2 + 3 SM	51.106	13,78
3 + 5 SM	44.608	12,03
5 + 10 SM	22.970	6,19
10 + 20 SM	6.582	1,78
> 20 SM	763	0,21

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da PNADC (2º trimestre de 2022).

Outra informação relevante para compreender a situação das mulheres goianienses se refere à escolaridade. Tanto a participação no mercado de trabalho quanto o rendimento se relacionam com a escolaridade, mas também se sabe que outros fatores interferem, como o sexismo e o racismo. Em Goiânia, aproximadamente 60% das mulheres têm, no mínimo, o ensino médio completo.

Tabela 5: Número de mulheres em Goiânia por escolaridade.

Escolaridade³	Quantidade	Percentual (%)
Menos de 1 ano de estudo	32.450	4,18
Fundamental incompleto	188.041	24,22
Fundamental completo	44.913	5,78
Médio incompleto	48.188	6,21
Médio completo	219.011	28,21
Superior incompleto	52.865	6,81
Superior completo	190.965	24,60

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da PNADC (2º trimestre de 2022).

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) do 2º trimestre de 2022, apresentados acima, indicam que em termos médios, as mulheres possuem 38,5 anos de idade, renda de R\$ 2.798,85 e 10,7 anos de estudo. Os dados, nesse momento, não foram esmiuçados, mas indicam alguns desafios, como aumentar a escolaridade e participação das mulheres no mercado de trabalho; e construir e

³ Nível de instrução mais elevado alcançado (pessoas de 5 anos ou mais de idade) padronizado para o Ensino Fundamental com duração de 8 anos.

implementar políticas públicas interseccionais – já que raça e maternidade, por exemplo, impactam fortemente nas possibilidades das mulheres.

Analisando dados sobre o mercado de trabalho em Goiânia de 1990 a 2005, Leite e Souza (2008) encontraram que as mulheres ganham salários menores e que entre os que ganhavam mais de 20 salários-mínimos os homens representavam 70% do total.

Em Goiânia, a renda média per capita foi de R\$1.753,69 em 2021 (IMB, 2022). Chama atenção também o Índice de Gini de Goiânia que é de 0,51, enquanto no estado de Goiás é 0,467 (IMB, 2022) indicando a necessidade de políticas na capital que possam combater a desigualdade social.

Melhores condições de renda, trabalho e escolaridade estão relacionadas a outras oportunidades para as mulheres. As opressões não são isoladas. Um exemplo é o estudo de David et al (2020) sobre o perfil das mulheres vítimas de homicídio em Goiânia. As autoras encontraram que 58,4% das vítimas possuíam baixa escolaridade.

2.2 Violência contra as mulheres e saúde das mulheres

A questão da violência doméstica é um tema que vem se intensificando cada vez mais na nossa atualidade. É um fenômeno grave, uma violação aos direitos humanos e um problema de saúde pública. No Atlas da Violência 2020, foram confirmadas 4.519 vítimas de homicídio, uma taxa de 4,3 para cada 100 mil habitantes do sexo feminino, e, se agrava ainda mais com as mulheres negras, cerca de 68%. (IPEA, 2020).

Porém, a questão da mulher e seus direitos é um assunto que só começou a ser percebido como questão social e a ter maior visibilidade depois da década de 70, tendo a atenção e responsividade do Estado tão somente a partir dos anos de 1980, após movimentos feministas se manifestarem e questionarem a respeito. Várias foram as discussões, durante muitos anos os movimentos se articularam para que os direitos das mulheres fossem minimamente respeitados. Como relatam Medeiros e Zanello (2018), nos anos 1980, as questões relacionadas à saúde e violência dominaram as discussões dos feminismos, e na década de 1990, a Organização Mundial da Saúde declarou a violência contra as mulheres como um problema de saúde pública.

No Brasil, vários marcos contribuíram para erradicação da violência contra a mulher. Em 1985 a implantação das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM) teve início com a mobilização feminista dos anos 1970-80 (Arruda da Silva et al., 2012) em prol dos direitos humanos, sendo um reconhecimento do Estado de que a

violência contra mulheres (VCM) fosse vista como um problema público que o Estado precisa combater e se responsabilizar.

Em 2003, foi implementada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR) que possui ações integradas com outros Ministérios e Secretarias dentre eles o Ministério da Saúde (MS), a fim de incorporar as especificidades de gênero nas políticas públicas e o estabelecimento das condições necessárias para alcançar a plena cidadania das mulheres (NARVAZ, 2009).

Já em 2006 foi instituída a Lei 11.340/2006, conhecida popularmente como Lei Maria da Penha, que conforme seu artigo 1º cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher e prevê a adoção de políticas públicas voltadas a prevenção, punição e erradicação da violência contra a mulher.

Uma outra contribuição foi a criação da Lei do Femicídio que foi realizada durante o governo Dilma V. Rousseff (01/2011-08/2016), cuja ementa “altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos” (BRASIL, 2015).

O Estado de Goiás possui um forte histórico de violência contra mulheres e, em especial, contra as mulheres negras e indígenas. Em alguns relatórios, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) aponta que a incidência da violência contra mulher em Goiás chega a ser maior que todas as outras Unidades da Região Centro-Oeste juntas (Distrito Federal, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul). Conferindo ênfase à capital goiana e região metropolitana, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2021), as cidades de Goiânia, Aparecida de Goiânia, Senador Canedo e Trindade estão entre os municípios nos quais as taxas de mortes violentas intencionais são superiores à média nacional nos anos de 2019 e 2020 (FBSP, 2021).

A partir do observatório da violência da Secretaria de Estado Segurança Pública de Goiás, foi levantada a existência de 119 casos de feminicídio entre os anos de 2018 a 2020, havendo diferenças nos dados com relação às informações apresentadas pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública nos anos de referência, relativos ao método de coleta. Os dados do Observatório são provenientes do Sistema de Registro de Atendimento Integrado (RAI) e, portanto, podem ser ampliados à medida em que se dê o andamento das investigações nos “procedimentos policiais instaurados para a apuração dos fatos” (GOIÁS, 2021). Já os dados dos anuários são tradicionalmente recolhidos do

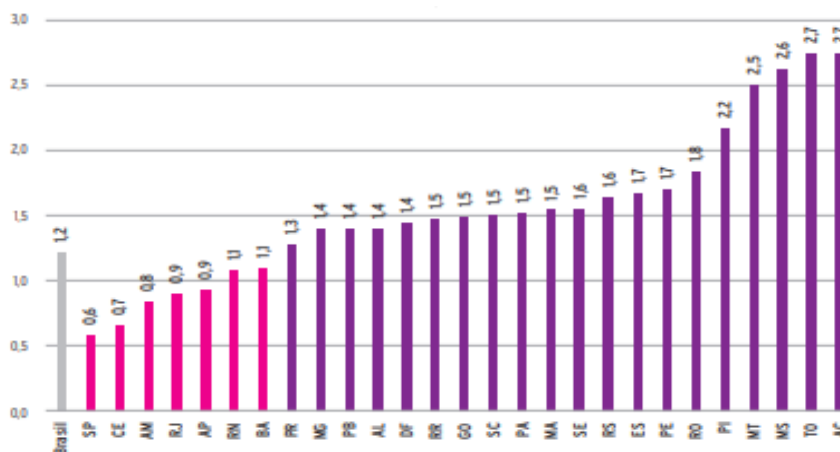
Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, CID-BR 10 (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021).

A partir desses dados, tanto nacionais quanto estaduais, e buscando discutir sobre a questão da situação da violência e da saúde da mulher, traremos discussões de autores e de literatura que relata os casos em Goiás e Goiânia. Este relatório é pautado em pesquisa bibliográfica que se constitui em revisão de literatura sobre a violência contra a mulher no estado de Goiás.

A partir das buscas em bases de artigos científicos, como Scielo, apuramos que em 2018 foram encontrados 5 artigos, em 2019 selecionamos 4 artigos, em 2020 foram encontrados 2 artigos e em 2021 foi ano com mais artigos escritos sobre violência contra a mulher no estado de Goiás com 7 artigos publicados.

Para visualizar esses índices de violência, buscamos dados através da Secretaria de Segurança Pública que confirmam os tipos de violência que as mulheres em Goiás mais sofrem. Em relação ao feminicídio, Goiás se mantém na “média” com 1,5% de casos, de acordo com gráfico 1.

Gráfico 1 – Taxa de feminicídio, Brasil e UFs, 2021.

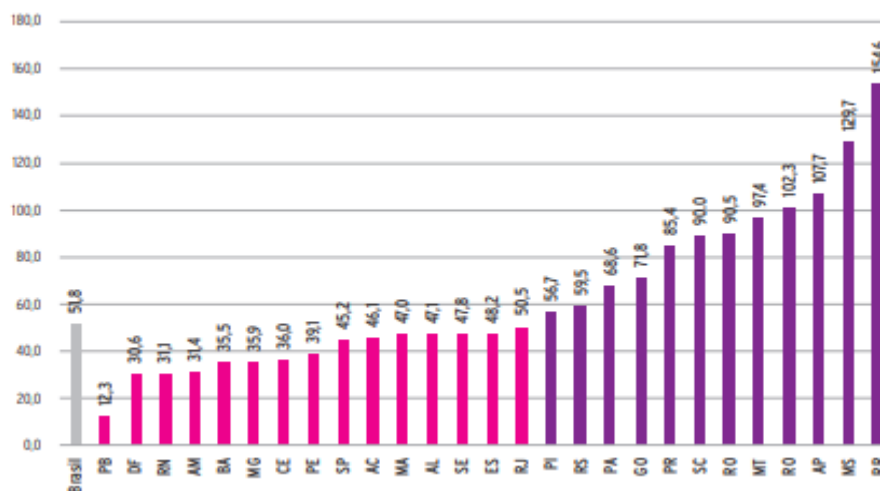


Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (1) Taxas por 100 mil mulheres.

O gráfico abaixo diz respeito a taxa média de estupros e estupros de vulneráveis, vítimas do gênero feminino. Nesse ponto, Goiás ficou acima da média nacional em 2021

com 71,8%, a média ficou em torno de 51,8 para cada 100 mil habitantes do sexo feminino no país.

Gráfico 2 – Taxa de estupro e estupro de vulnerável, vítimas do gênero feminino, Brasil e UFs, 2021



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

A tabela abaixo traz dados referentes à cidade de Goiânia, de vítimas de violência doméstica contra a mulher em 2021. Por meio desses dados, podemos observar que a ameaça é a violência mais sofrida pelas mulheres goianienses (3425 vítimas no ano), seguido de crimes contra a honra (3283), lesão corporal vem em terceiro lugar (1830), seguido de estupro (50) e, por último, feminicídio (4).

Tabela 6 – Quantidade de vítimas de violência doméstica contra a mulher em Goiânia, 2021.

QUANTIDADE DE VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER EM GOIÂNIA EM 2021													
NATUREZAS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
FEMINICÍDIO	2	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	4
ESTUPRO	5	4	1	4	8	2	3	9	3	6	2	3	50
AMEAÇA	296	257	276	282	292	248	259	301	312	309	299	294	3425
LESÃO CORPORAL	149	149	136	127	153	135	147	169	159	189	163	154	1830
CRIMES CONTRA A HONRA (CALÚNIA, DIFAMAÇÃO E INJÚRIA)	260	236	278	272	268	233	262	293	310	325	285	261	3283

Fonte: Sistema de Informação de Mortalidade, DATASUS, 2021.

Os dados dessa tabela foram retirados do banco de dados do RAI por meio do painel RAI Ocorrências da ferramenta Qlik Sense. Foram considerados apenas crimes consumados onde foi informado o envolvimento de "violência doméstica" com a vítima do sexo feminino.

Para diminuir esses dados, o Estado tem promovido ações e políticas que auxiliam para garantir ações pontuais em casos de violência contra a mulher. Uma dessas ações foi a Patrulha Maria da Penha, que ocorreu após o Decreto nº 8.524 de 2016 que é um:

programa da Polícia Militar cuja finalidade é de apoiar às vítimas, e fiscalizar o cumprimento de medidas protetivas e de segurança por parte de seus autores. Tem em seu efetivo de serviço, além de policiais do sexo masculino, policiais femininas, que atuam em ação integrada com a Secretaria da Mulher e Polícia Civil, por meio da Delegacia Especializada da Mulher. A Patrulha Maria da Penha – PMP, é um programa que fiscaliza o cumprimento das Medidas Protetivas de Urgência, através do monitoramento dos agressores, coibindo assim a reincidência destes. (SILVA e FERREIRA, p.102, 2018)

Este estudo aponta sobre a efetividade na diminuição dos crimes contra a mulher graças à atuação da Patrulha Maria da Penha em conjunto com as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher e ainda com o Poder Judiciário em Goiás, apontando que os autores de violência foram afastados dos lares, com casos isolados de reincidência.

Faz-se necessário pontuar que, a questão da violência contra as mulheres gera impactos socioeconômicos, assim como impactos na saúde (OMS, 2005, 2010, 2013). Pela violência sofrida mulheres passam a ter uma piora na saúde, utilizando mais os serviços de saúde. Além da violência física, a psicológica, moral, sexual e patrimonial também causam vários danos à saúde mental dessas mulheres tais como depressão, ansiedade, fobias, estresse pós-traumático, suicídio, tentativa de suicídio, abuso de álcool e drogas, insônia, exacerbação de sintomas psicóticos, problemas alimentares, depressão pós-parto, transtorno bipolar (HENRICA, et al., 2008; Rose, TREVILLION, WOODALL, MORGAN, GEDER, HOWARD, 2011; TREVILLION, HUGHES, FEDER, BORSCHMANN, ORAM, & HOWARD 2014).

Um estudo feito em Goiânia em 2015, com dados coletados dos prontuários e fichas de notificação de mulheres atendidas em um ambulatório de referência no atendimento às vítimas de violência sexual, afirma que:

houve uma baixa adesão (37,8%) à conclusão do tratamento ambulatorial pelas vítimas, evidenciando alto abandono no seguimento de tratamento em relação a outros serviços. A reduzida continuidade do seguimento ambulatorial está relacionada às diversas causas como ausência de qualidade do serviço de saúde, falta de diálogo entre vítima e profissional de saúde e efeitos colaterais dos medicamentos que interferem na qualidade de vida da mulher em tratamento. (SOUZA et al, p.121, 2019).

Portanto, esses estudos buscam proporcionar um maior esclarecimento a respeito dos dados de violência das mulheres e, assim, buscar políticas públicas que abarquem todas essas questões. Um exemplo em Goiás, foi a Lei no 20.272/18, sancionada em 17 de setembro de 2018, na Assembleia Legislativa, que nos termos do art. 10 da Constituição Estadual,

Cria Regime Especial de Atendimento para a mulher vítima de violência doméstica e familiar, nos serviços públicos de saúde, psicoterápico e de referência em cirurgia plástica, no âmbito do Estado de Goiás, quando o dano físico necessite de realização de procedimentos cirúrgico-estético reparador” (GOIÁS, 2018).

Logo, a criação de um observatório para trabalhar as questões das violências contra as mulheres seria fundamental para continuarmos ampliando políticas públicas efetivas. Sabemos, contudo que boa parte dos casos de violência não são objeto de denúncias, por isso será igualmente importante aprofundar as investigações sobre os atendimentos de ferimentos e casos suspeitos e/ou comprovados de mulheres na rede do sistema de saúde pública.

Seguramente com dados atualizados tanto gestores quanto pesquisadores, assim como também a sociedade civil terá melhores subsídios para pensar na formulação de novas políticas públicas tais como criar novos dispositivos de apoio, monitoramento e execução de políticas para o enfrentamento da violência contra as mulheres em Goiânia.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES E A IMPORTÂNCIA DE PENSAR POLÍTICAS NO NÍVEL MUNICIPAL

Compreendemos Políticas Públicas, a partir do conceito de Dye (1984), como aquilo que o governo opta por fazer ou não fazer. É uma área interdisciplinar que possui implicações de curto e longo prazo, a depender do seu ciclo, e que envolve (1) Construção de agenda; (2) Formulação da política; (3) Processo decisório; (4) Implementação; (5) Avaliação, e ainda, segundo Celina Souza (2018), a Coordenação.

Para pensarmos em políticas públicas, de forma que estas promovam igualdade e inclusão social, antes precisamos olhar de forma interseccional para as desigualdades de raça, classe e gênero e como isso afeta a vida das mulheres. Muitas são as desigualdades que permeiam o mundo. Todas elas determinam como os indivíduos se dispõem e quais recursos materiais e/ou simbólicos lhes serão alcançáveis. As desigualdades sociais se manifestam na hierarquia, nos privilégios e na dominação, onde uma parte significativa de homens e mulheres sofrem privações diversas. Uma das formas de manifestação dessas desigualdades é a de gênero e está contida no clássico “O Segundo Sexo”, de Simone de Beauvoir:

Ora, a mulher sempre foi, senão a escrava do homem ao menos sua vassala; os dois sexos nunca partilharam o mundo em igualdade de condições; e ainda hoje, embora sua condição esteja evoluindo, a mulher arca com um pesado handicap (BEAUVOIR, 1970, p. 14).

Mas o gênero não explica nada sozinho. Como Bell Hooks explica, a classe é uma forma de separação/ divisão das mulheres. (HOOKS, 2019). Consideramos a classe aqui como uma categoria construída socialmente.

Nosso gênero é constituído e representado de maneira diferente segundo nossa localização dentro de relações globais de poder. Nossa inserção nessas relações globais de poder se realiza através de uma miríade de processos econômicos, políticos e ideológicos. Dentro dessas estruturas de relações sociais não existimos simplesmente como mulheres, mas como categorias diferenciadas, tais como "mulheres da classe trabalhadora", "mulheres camponesas" ou "mulheres imigrantes". Cada descrição está referida a uma condição social específica. Vidas reais são forjadas a partir de articulações complexas dessas dimensões. (BRAH, 2006, p. 341).

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana.

Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas. (COLLINS; BILGE. 2021, p. 16)

Além de considerar as opressões, a interseccionalidade as compreende por meio da diferença. Collins e Bilge (2021) estão preocupadas com um trabalho intelectual dialógico que foque nessas diferenças de forma a construir debates interseccionais que perpassam a produção acadêmica e se voltam para a justiça social.

Responder a essas desigualdades por meio de transformação social e diálogo entre sociedade civil e Estado é o papel das políticas públicas. Segundo Farah (1988), é responsabilidade do poder público identificar as situações reais de discriminação e desigualdade que atingem as mulheres para criar ações e programas que possibilitem a construção de uma vida digna e garantam o direito a uma cidade para todas e todos. Para isso, é necessário um esforço conjunto entre pesquisadores, movimentos sociais e gestores de políticas públicas nesta tarefa.

Nesse sentido, é preciso que a esfera local incorpore as perspectivas interseccionais ao desenhar programas que se dirijam especificamente a mulheres ou que incluam essa questão nas iniciativas de diversas áreas e setores. Para a redução dessas assimetrias, olhemos para a Constituição de 1988, que garantiu de forma potente os direitos sociais e democráticos no Brasil. Mesmo com esse avanço, as mulheres (aqui consideramos todas) carecem de emancipação por meio de mudanças na estrutura social.

O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM (2013-2015), o último vigente, criado pela Secretaria de Política para as Mulheres (SPM) no Governo Dilma Rousseff, faz reivindicações quanto à igualdade no mundo do trabalho, de gênero, raça, classe, etnia, educação, cidadania, saúde, direitos sexuais e reprodutivos, enfrentamento à violência, participação igualitária nos espaços de poder, fortalecimento, econômico, direito à terra e à cultura. A nível municipal, é importante a consolidação de uma Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres (SMPM) que esteja alinhada com o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, pois a efetivação de políticas públicas só se dá a partir de gestores e atores sociais que consigam, a partir de um olhar feminista,

construir uma agenda que busque superar limites e reduzir essas desigualdades em todos os níveis federativos.

O rompimento com o papel socialmente imposto às mulheres na estrutura social pode se dar por meio da proposição de novas agendas políticas de inclusão e da busca por reconhecer as mulheres como sujeitos políticos e a legitimidade da agenda de gênero criada com a democratização. Essa ruptura depende, sobretudo, da inclusão da perspectiva de gênero em vários espaços, tanto públicos como privados. A educação, nesse sentido, torna-se ferramenta estratégica para o alcance dessas políticas.

Conforme determina a Constituição de 1988, cabem aos municípios atuar prioritariamente na educação infantil, especialmente nas creches e nas pré-escolas que ocupam a faixa etária de 0 a 3 anos e de 03 a 6 anos. Não obstante, de forma comum, compete aos estados, o Distrito Federal e os municípios atuarem no ensino fundamental (MARTINS, 2020). Desse modo, observa-se que o município possui papel relevante na gestão da educação local, porquanto principal responsável pela prestação da educação básica.

A educação é uma das áreas em que o município pode fazer a diferença quando o objetivo é enfrentar as desigualdades de gênero. Mas ressaltamos que para acabar com essas desigualdades sob a perspectiva interseccional é necessário que todas as secretarias atuem e que o município se comprometa com políticas transversais de gênero. Na transversalidade de gênero

há a incorporação de perspectivas feministas no enquadramento de política pública, tanto na construção de problemas públicos, quanto na definição do curso da ação pública, materializando-se no desenvolvimento de condições institucionais para a transversalidade, que favorecem a aderência dessas políticas às agendas políticas feministas. (Marcondes; Farah, 2021, p. 2).

Conforme discutido anteriormente nesse relatório, as desigualdades de gênero, raça e classe impactam conjuntamente nas condições de vida das mulheres. Por essa razão, é preciso um olhar e uma atuação conjunta dos órgãos da prefeitura para enfrentar esse problema. Nesse sentido, acreditamos que a construção de um Observatório das Mulheres de Goiânia é uma iniciativa que aponta na direção de trabalho conjunto e unificado das secretarias com o objetivo de fornecer informações e subsídios que possam auxiliar na construção de políticas públicas de combate às violências de gênero, de desigualdades de renda e mercado de trabalho, de acesso às escolas e creches, de condições dignas de moradia.

4 OBSERVATÓRIOS DE MULHERES

Nos últimos anos, o Brasil deu início a algumas iniciativas de criação de observatórios de mulheres, devido a necessidade de reunir e difundir informações específicas sobre elas. Ana Mouraz Lopes (2010, p. 78) enfatiza que há duas respostas a esse fenômeno, a primeira se relaciona com a questão de *accountability* (prestações de contas) nas políticas públicas e a segunda com a “multiplicidade dos olhares possíveis sobre os fenômenos sociais, que a sociedade civil e as suas Instituições personificam”. Mas também pode ser uma forma de medir a implantação e efetividade das políticas públicas destinadas ao público daquele observatório.

Foram identificados 14 observatórios que abordam especificamente a temática das mulheres. Destes, 13 são do Brasil, e um da América Latina. Incluiu-se este último pois ele inspirou a construção de outros observatórios. No quadro abaixo é possível observar os observatórios identificados.

Quadro 1 – Lista de observatórios das mulheres.

Observatório da Mulher de Fortaleza	Observatório da Mulher Distrito Federal
Observatório USP Mulheres	Observatório Mulher Teresina
Observatório da Violência de Gênero no Amazonas	Observatório da Mulher contra a Violência (Senado Federal)
Observatório de Políticas Públicas para Mulheres no Espírito Santo	Observatório da Violência Contra a Mulher de Santa Catarina
Observatório das Mulheres Rurais do Brasil	Observatório Judicial da Violência contra a Mulher - Estado do Rio de Janeiro
Observatório Municipal de São Paulo da Violência contra a Mulher	Observatório Brasil de Igualdade de Gênero
Observatório de Violência Política contra a Mulher	Observatório da Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe

Fonte: SANTOS, ALMEIDA E MACHADO (2022).

Sejam iniciativas institucionais, públicas ou privadas, os observatórios das mulheres podem ser considerados instrumentos de informação que servem para difundir a condição cidadã da mulher, bem como para combater a desigualdade e garantir a proteção dos direitos humanos fundamentais. É a publicização de dados e informações sobre as questões que tangem à mulher que possibilitam estudos e o desenvolvimento de políticas públicas mais efetivas, garantindo o acesso das mulheres aos seus direitos básicos e fundamentais.

Observatórios da Mulher: análise e discussões

Ao iniciar a análise dos observatórios, percebeu-se que, dentre os treze observatórios analisados, há uma variação no que diz respeito à abrangência territorial e da gestão. O Observatório USP Mulheres é um observatório institucional, organizado pela Universidade de São Paulo, que visa divulgar informações específicas sobre a situação das mulheres na USP. Já o Observatório da Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe, produzido pela Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), reúne informações mais abrangentes sendo o foco dados sobre as mulheres da América Latina.

A maioria dos observatórios analisados se enquadra nas amplitudes municipal, estadual ou nacional. São três os observatórios que analisam e divulgam informações sobre mulheres localmente, todos com dados situados em capitais brasileiras: Observatório Mulher de Teresina, Observatório da Mulher de Fortaleza e Observatório Municipal de São Paulo da Violência contra a Mulher. Outros cinco compõem a categoria do domínio estadual: Observatório da Violência Contra a Mulher de Santa Catarina; Observatório da Violência de Gênero no Amazonas; Observatório Judicial da Violência contra a Mulher do Estado do Rio de Janeiro; Observatório de Políticas Públicas para Mulheres no Espírito Santo (Observatório MulherES) e Observatório da Mulher do Distrito Federal.

No que tange às divulgações de dados nacionais, podemos apontar quatro sites: Observatório da Mulher contra a Violência, do Senado Federal, Observatório das Mulheres Rurais do Brasil, Observatório de Violência Política contra a Mulher e Observatório Brasil de Igualdade de Gênero, administrado pelo Ministério das Mulheres do Governo Federal.

Dentre esses sites, destacamos o Observatório Brasil de Igualdade de Gênero idealizado em 2009, durante o governo da Presidenta Dilma Rousseff, pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), sendo o primeiro observatório da mulher criado no País. Essa iniciativa se tornou possível a partir do diálogo com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), responsável pela criação do Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe.

O foco do Observatório gerenciado pelo Governo Federal era disseminar informações gerais e nacionais sobre as desigualdades de gênero e informar sobre os direitos das mulheres brasileiras, visando a promoção da equidade de gênero entre homens e mulheres no país. Considerava, ainda, as múltiplas formas de desigualdades entre as mulheres, levando em conta as questões raciais, sexuais, geracionais, regionais, deficiências etc.

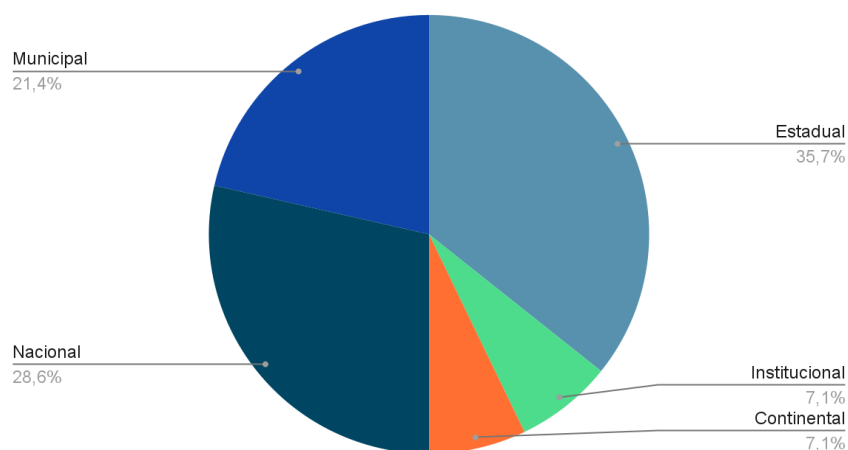
Este observatório tem por objetivo promover o acesso à informação sobre a igualdade de gênero e as políticas destinadas às mulheres para o seu fortalecimento na participação social, garantindo um diálogo nacional e internacional com intercâmbio e disseminação de informação, inclusive com os indicadores de gênero, dando visibilidade às políticas públicas e ações voltadas para a mulher (BRASIL, 2015).

Ao acessar o site, era possível analisar informações e conteúdos produzidos com o intuito de monitorar e avaliar a situação socioeconômica das mulheres no Brasil, bem como monitorar e avaliar o alcance das políticas públicas cujo objetivo era a promoção da igualdade de gênero, além de fomentar, por meio de dados e informações, a mídia brasileira sobre a temática das mulheres e de gênero. Todavia, desde 2019, a partir da atual gestão do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, este observatório se encontra fora do ar, não tendo sido possível analisar mais de perto o conteúdo publicado nele.

A seguir, é possível visualizar graficamente os Observatórios da Mulher separados por abrangência.

Gráfico 3 – Abrangência dos Observatórios da Mulher

Abrangência



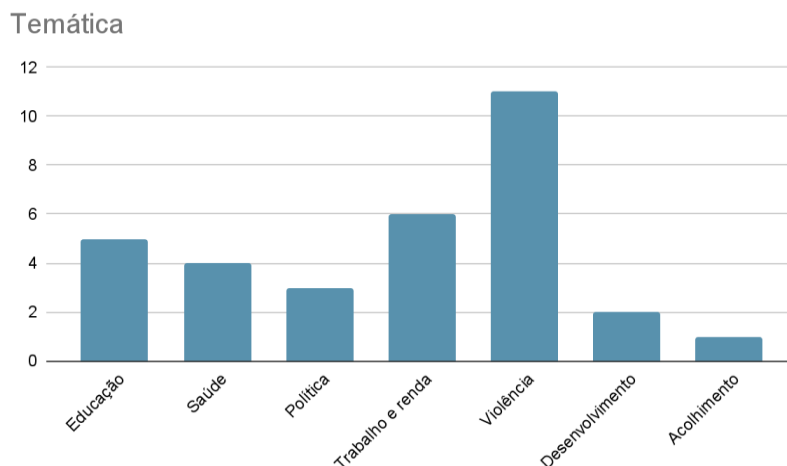
Fonte: SANTOS, ALMEIDA e MACHADO (2022).

Para uma análise mais detalhada desses sites, categorizou-se o conteúdo divulgado em temática, tipos de dados, periodicidade de publicações e fontes de informações. A seguir, apresenta-se os resultados dessa análise.

Temática

A categorização por temática foi necessária pois os observatórios variam quanto ao tema de suas publicações, que podem abordar diversas questões como educação, saúde, política, trabalho e renda, violência, desenvolvimento social e acolhimento, como também pode focar em apenas um aspecto, como violência e política. O gráfico a seguir demonstra quais são as temáticas mais recorrentes entre os observatórios:

Gráfico 4 – Temáticas abordadas nos Observatórios da Mulher



Fonte: SANTOS, ALMEIDA e MACHADO (2022).

A partir desses dados, é possível notar que a maioria dos sites disponibiliza dados e/ou informações ligados à violência contra as mulheres, enquanto questões sobre desenvolvimento social e acolhimento são temas menos recorrentes, demonstrando que há uma preocupação ou uma necessidade social e governamental de se enfrentar a violência contra a mulher em todas as suas categorias, mas principalmente a violência física e o feminicídio. Todavia, a pequena divulgação de informações sobre acolhimento, que normalmente são casas de apoio às mulheres violentadas, e o desenvolvimento social, indicam que poucas são as informações divulgadas sobre isso, ou pouco se está investindo, de fato, para o desenvolvimento de políticas públicas efetivas nesses setores.

a) Educação

Dentro da temática da educação, a abordagem varia entre apresentação de dados de escolaridade e presença feminina em ambientes de ensino e aprendizagem, e publicações que abordam a importância da educação para a superação da violência de gênero. Podemos identificar essa fala no Observatório da Violência Contra a Mulher de Santa Catarina ao afirmar que “os/as profissionais da educação, como atores sociais corresponsáveis pelo projeto de mudança das crenças socialmente aceitas que propagam as desigualdades de gênero, podem, assim, promover ações preventivas e de atenção às situações de violência contra a mulher”.

No entanto, a maioria dessas informações são apenas divulgadas em estatísticas numéricas, como Observatório USP Mulheres, que aponta graficamente a realidade das mulheres que são estudantes, docentes e servidoras na Universidade de São Paulo.

Já o Observatório das Mulheres Rurais do Brasil e o Observatório da Mulher do Distrito Federal, por sua vez, têm enfoque nos dados sobre a escolaridade de mulheres em diferentes âmbitos da sociedade brasileira. No caso do primeiro, o enfoque são as habitantes do meio rural, e o segundo divulga informações sobre a questão educacional das mulheres nas regiões administrativas do Distrito Federal.

b) Saúde

De maneira semelhante, a abordagem dos observatórios na temática da saúde varia entre a apresentação de dados e a publicação de textos que debatem o assunto. O Observatório da Violência Contra a Mulher de Santa Catarina aborda a questão da violência contra as mulheres como um problema de Saúde Pública e traz um texto importante que trata das consequências da violência doméstica e intrafamiliar para a saúde das mulheres, além de apresentar formas de prevenção e resposta às violências.

A violência doméstica gera riscos de morbidade e de agravos à saúde, tais como morte por homicídio, suicídio e tentativa de suicídio, doenças sexualmente transmissíveis, depressão, ansiedade, hiperatividade, dificuldade de aprendizagem, uso e abuso de drogas, além da gravidez indesejada e do risco de contaminação por doenças sexualmente transmissíveis, entre elas o [Vírus da Imunodeficiência Humana] HIV, quando há a ocorrência da violência sexual.⁴

Enquanto isso, os demais observatórios apresentam os dados em números e gráficos, como é o caso do Observatório MulherES, que reúne números em relatórios referentes à saúde reprodutiva, morbidade e mortalidade feminina, saúde mental, mortalidade materna e infecções sexualmente transmissíveis. Já o Observatório Mulher Teresina, por sua vez, realizou um levantamento sobre o adoecimento por câncer, e outro a respeito de tentativas de suicídio, entre as mulheres da capital piauiense.

c) Política

No que tange à política, dois entre os três observatórios que apresentam algum conteúdo a respeito do tema trazem dados sobre a presença e a participação de mulheres nesse âmbito. São eles: Observatório MulherES e Observatório da Igualdade de Gênero

⁴ Disponível em: <https://ovm.alesc.sc.gov.br/mulher-e-saudae/>. Acesso em: 6 jan. 2023.

da América Latina e do Caribe, que se diferenciam basicamente quanto à abrangência das análises. Enquanto o primeiro apresenta números estatísticos sobre a participação feminina na política nacional, estadual e municipal, o segundo traz dados e análises em nível continental, com foco na América Latina.

O observatório com abrangência nacional, divulga informações que consideram a porcentagem de mulheres no Poder Executivo e no Poder Judiciário, bem como o número de prefeitas e vereadoras eleitas no Brasil. Já o observatório com abrangência na América Latina traz esses números de modo mais amplo, com demonstrações de dados dos países que assinaram o Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, presentes no continente sul-americano.

O Observatório de Violência Política contra a Mulher, por sua vez, traz um relatório que reúne o conjunto das investigações realizadas entre os anos de 2020 e 2021. Dividido por temas, o site possui análises de dados a partir de pesquisas realizadas diretamente com as candidatas e pesquisas relativas ao Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral das candidatas à prefeitura das capitais brasileiras nas últimas eleições.

d) Trabalho e renda

Nas questões relacionadas a trabalho e renda das mulheres, apenas um dos observatórios conta com uma publicação de cunho teórico a respeito da importância de as mulheres possuírem um trabalho digno, a fim de atingirem independência econômica, para prover a sua subsistência e a de seus filhos.

Os cinco demais observatórios que abordam o tema apresentam dados estatísticos referentes, por exemplo, ao total de mulheres responsáveis familiares cadastradas no Cadastro Único para Programas do Governo Federal (CadÚnico), e, com maior frequência, a forma como o mercado de trabalho, a força de trabalho e o uso do tempo, o desemprego e a pobreza se relacionam e se fazem presentes na realidade das mulheres brasileiras.

A profundidade com que a questão trabalhista é tratada varia entre os observatórios, de forma que o Observatório da Mulher do Distrito Federal é o que explora o tema com maior riqueza de detalhes, reunindo gráficos que analisam a questão, até mesmo os meios de transporte usados por mulheres para se deslocarem até o trabalho e o tempo gasto no trajeto. O tema também é tratado com maior especificidade pelo Observatório das Mulheres Rurais do Brasil, que aborda a quantidade de mulheres em

cada uma das áreas de trabalho dentro da agricultura, bem como as suas funções e se estão em cargos de liderança ou não.

Nenhum dos observatórios analisados fez recorte de raça/cor para saber quem são as mulheres que mais sofrem com a pobreza extrema e ocupam a base dessa pirâmide econômica. São dados que precisam ser visibilizados, pois, mesmo entre as mulheres, existe desigualdade social, como tratado por Biroli (2018) e discutido anteriormente nesse relatório.

e) Violência e Femicídio

O Observatório Judicial da Violência contra a Mulher do Estado do Rio de Janeiro traz informações sobre quais as ações penais mais distribuídas, quais processos estão em trâmite no Estado, respeitando a identidade das vítimas, o número de medidas protetivas de urgência atendidas e a quantidade de atendimentos do Projeto Violeta e Femicídio, que visa combater o feminicídio no estado. Ainda dentro da temática, o Observatório da Violência de Gênero no Amazonas apresenta um mapa com dados mais detalhados sobre a questão, como o abandono de incapaz; abandono do lar; ameaça de morte; apropriação indébita; calúnia/injúria/difamação; constrangimento ilegal; danos materiais; desaparecimentos; desordem; estelionato; estupro; furto; homicídio; injúria racial; lesão corporal; maus tratos; rapto; roubo; tentativa de homicídio; violação de domicílio e violência doméstica e familiar. Embora os dados sejam mais detalhados, não foi possível identificar as fontes de informação de onde foram coletados.

Já o Observatório da Violência Contra a Mulher de Santa Catarina traz dados atualizados e completos de violências físicas e sexuais, como lesão corporal, feminicídio e estupro, do ano de 2021 e de janeiro a junho de 2022. Enquanto isso, o Observatório da Mulher de Fortaleza possui um mapa interativo dividido por bairros e regiões da cidade com os dados de violência doméstica, familiar e sexual contra a mulher. Esse mapa ajuda a população a identificar os bairros ou locais mais violentos contra as mulheres em Fortaleza, podendo indicar onde ações de enfrentamento à violência doméstica devem ser intensificadas pelo poder público.

O Observatório da Mulher do Distrito Federal publiciza informações sobre a violência doméstica no DF, e é possível comparar os dados de 2020 e 2021, por Região Administrativa; características do crime de violência contra a mulher (VCM) e o perfil das vítimas e dos autores. Além disso, divulga um gráfico de acompanhamento da violência doméstica no DF desde 2010, bem como o descumprimento de medidas

protetivas. Traz dados ainda sobre estupro, importunação sexual, assim como o perfil das vítimas e autores e o período em que mais ocorrem, como dia da semana e horário típico.

No Observatório da Mulher contra a Violência do Senado Federal é possível identificar dados sobre homicídios de mulheres; notificações de violência contra mulheres realizadas por órgãos de saúde; boletins de ocorrência de violência contra mulheres registrados e processos na justiça relativos à violência doméstica e familiar. Já o Observatório Municipal de São Paulo da Violência contra a Mulher apresenta dados estatísticos sobre todas as formas de violência contra a mulher, principalmente a violência doméstica e física, e números de feminicídio no Estado. O site buscava traçar paralelos com o tipo de violência ocorrida e os períodos em que esses casos acontecem, além de gerar diagnósticos, levando em conta o perfil das mulheres vítimas de violência. Todavia o observatório saiu do ar e não foi possível acessar informações mais detalhadas sobre o conteúdo publicado.

O Observatório de Violência Política contra a Mulher traz um relatório que reúne um conjunto de investigações realizadas pelas pesquisadoras do observatório entre os anos de 2020 e 2021, sobre violências praticadas contra mulheres candidatas às prefeituras das capitais do país nas eleições de 2020. Por fim, o Observatório das mulheres do CEPAL traz dados e análises sobre vários tipos de feminicídios, mas foca, principalmente, nos feminicídios provocados por companheiros ou ex-companheiro, abrangendo o feminicídio íntimo e doméstico.

Essa é a temática com maior aparecimento dentre os sites analisados. Isso indica uma preocupação com a violência contra a mulher e o feminicídio. Todavia esses números só reduzirão, de fato, quando forem consideradas as questões históricas e socioculturais envolvidas nesse processo. Enquanto houver reforço social e cultural dos papéis de gênero instituídos aos homens e mulheres na sociedade (RUBIN, 1975; SCOTT, 1995; SAFIOTTI, 2004), apenas o punitivismo prevalecerá, com uma crescente sensação de medo e não de mudança.

f) Desenvolvimento

Ao se analisar o tema de desenvolvimento social, apenas dois observatórios abordam a temática. O Observatório da Mulher do Distrito Federal, que traz dados sobre as mulheres atendidas pelas unidades vinculadas à Subsecretaria de Assistência Social (SEDES); mulheres inscritas em programas sociais do governo e quantidade de mulheres inscritas no CadÚnico e sobre transferência de renda. E o Observatório da Violência

Contra a Mulher de Santa Catarina que, embora seja voltado para a especificidade da violência de gênero no estado, publicou um texto que fala sobre a importância de considerar a participação das mulheres no processo de desenvolvimento social de Santa Catarina (SC), no qual afirma que

se as mulheres fossem incluídas no processo de desenvolvimento, as aldeias, bairros, cidades e países teriam melhores níveis de qualidade de vida e condições de sobrevivência! Porém, ao excluir pelo menos a metade da população do acesso aos bens e aos espaços (terra para sobrevivência), o atual modelo de desenvolvimento atribui prioridade aos interesses masculinos, gerando desigualdade e pobreza.⁵

Embora o texto aponte questões relevantes, ele não apresenta formas reais de como as mulheres poderiam participar do desenvolvimento social e nem se havia, no estado, políticas públicas para efetivar esse anseio.

g) Acolhimento

Ao analisarmos o acolhimento de mulheres, percebemos ainda que é ínfima esse tipo de informação, visto que apenas o Observatório da Mulher do Distrito Federal abordou o tema e apresentou dados. O site traz informações sobre os atendimentos realizados pela Secretaria da Mulher por meio da Campanha #MulherVocêNãoEstáSó, iniciada em razão da pandemia do COVID-19, e o perfil quanto à situação de trabalho e nível de ensino das mulheres cadastradas no Projeto OPORTUNIDADES. Apresenta, ainda, o número de atendimentos mensais realizados pelos Núcleos de Atendimento à Família e ao Autor de Violência Doméstica (NAFAVDs), em 2021, separado por sexo e por unidade; atendimentos mensais realizados pelos Centros Especializados de Atendimento à Mulher (CEAMs), em 2021; o quantitativo mensal de acolhimentos realizados pela Casa Abrigo em 2021; o número de atendimentos mensais realizados pelo programa Empreende Mais Mulher em 2021, dividido por curso; e os atendimentos, mensais realizados pela Unidade Móvel em 2021 e pelo Projeto Mulheres Hipercriativas, que promove atividades voltadas para o empreendedorismo em áreas como artesanato, gastronomia, moda, beleza, marketing digital, audiovisual e empreendedorismo criativo.

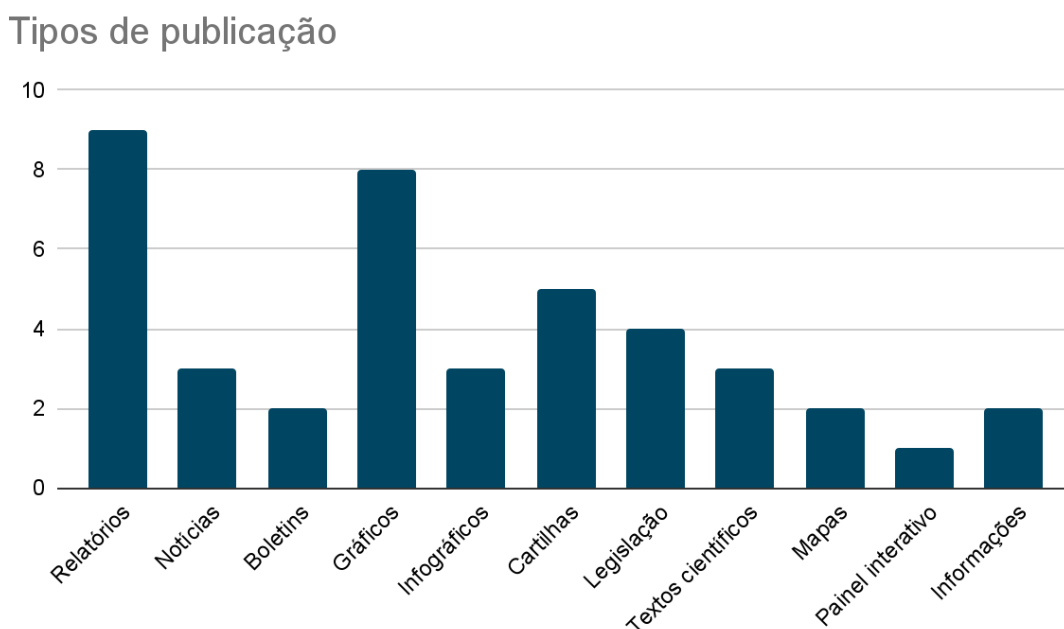
Tipos de publicação

⁵ Disponível em: <https://ovm.alesc.sc.gov.br/mulher-e-desenvolvimento/>. Acesso em: 6 jan. 2023.

Além da categoria temática, também analisamos os observatórios para compreender quais formatos adotados para suas publicações e difusão de dados. Entre os quatorze sites analisados, a maioria apresenta gráficos e relatórios, os quais representam a forma mais adequada de reunir dados quantitativos, demonstrando que há uma predominância de conteúdos quantitativos nos sites. As informações trazidas em forma textual, por sua vez, aparecem em formatos diversos, de forma a abranger a variedade dos conteúdos abordados pelos observatórios.

De maneira geral, materiais como relatórios, boletins, infográficos, cartilhas e textos científicos são disponibilizados no formato de PDF, reunidos em uma única página por onde podem ser acessados. Notícias, gráficos e mapas, por sua vez, costumam aparecer em abas específicas, acessadas a partir do menu principal. As publicações referentes à legislação aparecem tanto em PDF, quanto no formato de conteúdo hospedado diretamente no site, como podemos observar no gráfico abaixo que apresenta a relação de quantos sites apresentam determinado tipo de publicação. Cada site possui conteúdos publicados em um formato ou mais.

Gráfico 5 – Tipos de publicações dos Observatórios da Mulher



Fonte: SANTOS, ALMEIDA e MACHADO (2022).

A partir do gráfico, percebeu-se que as publicações que permitem difundir dados numéricos, como relatórios e gráficos, são as mais presentes nos sites analisados, enquanto cartilhas e textos científicos configuram metade dos formatos publicados. Essas informações indicam que os responsáveis pelos Observatórios estão realizando coletas e estatísticas pertinentes com a falta de dados observada nos documentos governamentais, tentando combater o silenciamento de informações relacionadas às mulheres. Enquanto os formatos mais informativos e textuais, como cartilhas, boletins e textos científicos, cuja finalidade seria formar (ou nutrir) a população que busca por esse tipo de conteúdo, são abordados com menos preocupação. Um passo a se considerar sobre essa diferenciação é a jovialidade da maioria dos sites, cujas criações iniciaram a partir de 2012 no país. E muitos ainda estão em fase de implementação, não tendo site específico ou compondo uma página das Secretarias (Municipais ou Estaduais) de Políticas para Mulheres.

Frequência de publicação

A frequência de publicação varia de site para site, indicando que falta pessoal e/ou verba para continuar fomentando os Observatórios das Mulheres pelo país. Como apontado anteriormente, tanto o Observatório Municipal de São Paulo da Violência contra a Mulher, quanto o Observatório Brasil de Igualdade de Gênero estão fora do ar e não é possível acessar o conteúdo publicado. Além deles, temos o Observatório da Violência de Gênero no Amazonas, que não é atualizado desde 2016; e o Observatório da Mulher contra a violência (Senado), que apresenta muitos dados e gráficos, entretanto, o último data de 2019. Desde então, a única atualização do site são relatórios e divulgações de eventos sobre a temática, divulgados até o ano de 2021.

O Observatório USP Mulheres usa seu espaço para comunicados e avisos, principalmente relacionados à segurança das mulheres dentro do campus. Possui uma área onde são publicados artigos e relatórios científicos sobre o observatório e questões de gênero. Não existe uma periodicidade definida para tais publicações. O que foi possível analisar é que quando algo importante sobre o assunto para a comunidade acadêmica precisa ser veiculado, eles utilizam o espaço do site do observatório.

O Observatório Mulher de Teresina foi implementado recentemente, não possui site próprio e tem suas publicações veiculadas em uma aba da Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres. Identificamos quatro produções, sendo dois relatórios anuais, referentes a dados do ano de 2021, uma cartilha sobre violência em

relacionamentos afetivos, e um boletim, com dados sobre violência sexual contra meninas, cuja frequência de publicação não é definida, uma vez que foi lançada apenas a primeira edição.

Embora o Observatório Judicial da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Estado do Rio de Janeiro tenha uma aba para notícias, elas não são publicadas com frequência e são poucas no site. Os relatórios sobre Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) são publicados a cada dois anos. Todavia, dados estatísticos sobre feminicídios no estado são mensais e estão atualizados. Já o Observatório da Violência Contra a Mulher de Santa Catarina publica dados referentes a violências físicas e sexuais mensalmente, e o relatório reúne os números desde o ano de 2021 até o mês de junho de 2022. As notícias, por sua vez, não possuem frequência de publicação definida, e a última atualização consta de abril de 2022.

Com duas edições do Relatório de Violência Política contra a Mulher, referentes aos anos de 2020 e 2021, o Observatório de Violência Política contra a Mulher do Senado tem uma publicação mais anual. É possível encontrar uma cartilha no site sobre a temática central do Observatório e algumas notícias, todavia sem frequência definida. Já o Observatório Mulher de Fortaleza possui apenas três matérias relacionadas à mulher e um mapa interativo dividido por bairros e região de Fortaleza com os dados de violência contra a mulher no site. Lançado em 2020, a plataforma é muito simples e sem informações para além dos dados interativos e das três matérias publicadas.

Enquanto isso, o Observatório da Mulher do Distrito Federal, mesmo sem postar notícias periodicamente, apresenta algumas publicações de estudos e relatórios sobre o tema e dados atualizados. Os gráficos são anuais e os relatórios também. Por fim, temos o Observatório da Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe, cujos informes sobre as desigualdades de gênero em temas-chave, como trabalho remunerado e não remunerado; uso do tempo e pobreza; acesso à tomada de decisões e representação política; violência de gênero; saúde e direitos reprodutivos, são anuais. Os resultados de muitas pesquisas são divulgados no decorrer do ano, não deixando o site parado por muito tempo.

Fontes dos dados

A última categoria analisada foram as fontes de dados utilizadas como base para fomentar as informações publicadas nos sites. Os observatórios organizam e consolidam dados de áreas diversas, como segurança, saúde e educação. Os números, no entanto, são

coletados por outros órgãos, específicos de cada uma das áreas a serem abordadas. Esses órgãos são, em sua maioria, Secretarias Municipais e de Estado, no caso dos observatórios de respectiva abrangência. No caso dos observatórios que tratam dados de todo o território nacional, as estatísticas provêm, em geral, de institutos de pesquisa, como o IBGE.

Devido a própria natureza do site e da temática principal abordada pelo observatório, alguns dados são coletados de apenas uma fonte, a exemplo do Observatório Municipal de São Paulo da Violência contra a Mulher, que é fomentado pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da Cidade de São Paulo. Já o Observatório Judicial da Violência contra a Mulher (RJ) conta com informações advindas do Banco de Dados do Poder Judiciário Fluminense. O Observatório da Mulher contra a Violência do Senado Federal divulga informações coletadas a partir do Instituto de Pesquisa DataSenado.

A única fonte de informação identificável do Observatório de Violência Política contra a Mulher foi o portal da Transparência Eleitoral Brasil, enquanto o Observatório das Mulheres Rurais do Brasil é atualizado principalmente com dados do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Possivelmente, irão ampliar para mais fontes posteriormente, visto que abrangem temáticas de educação e renda feminina.

Além desses, temos os Observatórios que abrangem mais categorias e, deste modo, precisam de mais informações para obter um alcance e um cruzamento maior de dados. Dentre os demais sites, o que conseguiu uma cooperação maior entre todas as secretarias estaduais foi o Observatório MulherES, que possui como fonte as Secretarias Estaduais de Saúde, Segurança Pública e Defesa Social, de Educação, de Controle e Transparência, da Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Profissional e Desenvolvimento Econômico, de Direitos Humanos, de Economia e Planejamento, de Gestão e Recursos Humanos, de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social. Além destas, contam ainda com o apoio da Superintendência Estadual de Comunicação Social, do Ministério Público do Espírito Santo, da Defensoria Pública, da Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedorismo, do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher, da Escola de Serviço Público e do Banco do Estado do Espírito Santo.

No âmbito municipal, temos o Observatório da Mulher de Fortaleza, que, para a coleta de dados, conta com o apoio da Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SMDHDS), do Centro de Referência e Atendimento à Mulher

em Situação de Violência Francisca Clotilde e da Coordenadoria de Políticas Especiais para Mulheres. O Observatório da Mulher de Teresina, por sua vez, recebe dados da Fundação Municipal de Saúde (FMS), do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) do Ministério da Saúde (MS), e da Polícia Civil.

Também observamos coletas de fontes nas delegacias de polícia, por meio de consulta aos arquivos e aos boletins de ocorrência, preservando o sigilo e garantindo o acesso aos dados públicos; nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); nos Conselhos Tutelares; Cartórios e nas Unidades Básicas de Saúde, além das próprias Assembleias Legislativas e Tribunais de Justiça.

A conclusão a partir da pesquisa dos Observatórios encontrados é que se o objetivo é divulgar dados sobre a situação das mulheres nas mais diferentes áreas e divulgar as ações realizadas pela prefeitura e pelas secretarias municipais, é necessária uma atuação conjunta dos diferentes órgãos da prefeitura, além de outros órgãos da Administração Pública que possuem informações e que fazem atendimentos às mulheres. Além disso, cabe mencionar que a atualização dos sites dos Observatórios parece ser um desafio, assim como a disponibilização de textos e análises acessíveis, já que a pesquisa indicou que gráficos e tabelas foram os formatos mais comuns de apresentação dos dados. Acreditamos que esses aspectos devem ser levados em consideração no momento de formulação do Observatório das Mulheres de Goiânia.

5 METODOLOGIA

Conforme indicado na introdução deste relatório, o objetivo da pesquisa era realizar estudos circunstanciados da situação das mulheres no município de Goiânia a partir da análise das bases de dados municipais na área de saúde, segurança, educação e renda/trabalho para a elaboração de subsídios tanto para a atuação dos gestores municipais quanto para a elaboração da proposta de Observatório das Mulheres em Goiânia.

Além da busca por diferentes bases de dados públicas, no trabalho de pesquisa, sempre que possível, realizamos cotejamentos com outras fontes como pesquisas, relatórios e notícias publicadas em veículos de comunicação e informação. Buscou-se coletar, sistematicamente, informações tais como dados sobre violência contra as mulheres, a saúde das mulheres, renda, escolaridade, trabalho, moradia etc. Um dos objetivos era observar e responder se existe uma intersecção desses dados que vulnerabilizam ainda mais a situação dessas mulheres e que, portanto, poderiam contribuir para a prática da violência contra as mulheres em Goiânia.

A coleta desses dados foi realizada por meio de técnicas de estatística descritiva (DIEHL, 2007), cujas informações levantadas foram sistematicamente catalogadas para, posteriormente, se tornarem base para análise de variáveis qualitativo e quantitativo. Segundo Freund e Simon (2000), ambos citados por Diehl et al (2007), a estatística descritiva “compreende o manejo dos dados para resumi-los ou descrevê-los, sem ir além, isto é, sem procurar inferir qualquer coisa que ultrapasse os próprios dados”. Acredita-se, portanto, que essa forma de estatística aplicada ao presente estudo foi imprescindível para organizar a massa de informações e compreender, inicialmente, as características das mulheres goianas vítimas de violência de gênero.

Evidentemente, essa primeira etapa consiste no passo fundamental para o exercício sociológico em sua realização de inferências a partir da literatura existente, além do cotejamento com outras pesquisas realizadas. Por essa razão, realizamos, também, uma abordagem qualitativa com a qual buscou-se compreender e aprofundar o conhecimento sobre os fenômenos, desde a percepção dos participantes ante um contexto natural e relacional da realidade que os rodeia (MINAYO, 2014). Já a pesquisa quantitativa é um método de pesquisa social que utiliza a quantificação nas modalidades de coleta de informações e no seu tratamento, mediante técnicas estatísticas, tais como

percentual, média, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão, entre outros. (MICHEL, 2005).

Sobre a coleta das amostras, inicialmente a intenção era focar nos casos de violência contra mulheres, mas, posteriormente, em acordo com o interesse da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, principal parceira desta pesquisa, decidiu-se explorar o diagnóstico das mulheres de forma geral por interesse da prefeitura para conhecer os perfis das mulheres que acessam os serviços ou estão cadastradas nos sistemas da Prefeitura de Goiânia.

Dessa forma, a Secretaria da Saúde, a Agência da Guarda Civil Metropolitana de Goiânia, a Secretaria de Educação, a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação e a Secretaria Municipal de Inovação, Ciência e Tecnologia, e suas gerências integrantes, constituíram lócus de coleta dos dados. Nesta perspectiva, a busca nas Secretarias teve como objetivo a coleta de amostras de dados produzidos a partir de suas políticas específicas. Da mesma forma, também buscou-se compreender em que medida as ações estavam entrelaçadas por meio de uma perspectiva intersetorial e interseccional.

Também foi realizado um levantamento de dados por meio de pesquisa documental de artigos, dissertações, teses, a fim de catalogar e sistematizar dados sobre a violência contra as mulheres em Goiânia para contribuir com o estudo do tema e fomentar estratégias que visem combatê-la. Segundo Marconi e Lakatos (2007), o levantamento de dados por meio de fontes variadas, como se define a presente investigação, é imprescindível em qualquer pesquisa, seja ela de natureza documental ou não, correspondendo à fase em que se coletam informações prévias sobre o campo de interesse.

Convém ressaltar que para a realização desse trabalho a equipe contou com um grupo de pesquisadoras/es bem representativo. Como desdobramento importante no campo da gestão da pesquisa, foram constituídas diferentes frentes. Estruturado em dois grandes eixos, cada um se desdobrava em outras frentes. Com isso otimizamos esforços, além de poder contar com a sinergia do grupo. Uma parte da equipe responsabilizou-se pelo levantamento de informações relativas aos dados de violências contra as mulheres e as informações sobre a saúde das mulheres de Goiânia; já a outra ficou responsável por coletar e analisar dados mais gerais sobre a situação das mulheres relativas à renda, escolaridade, trabalho, moradia etc.

A seguir, apresentam-se as principais categorias de coletas de dados:

VIOLÊNCIA CONTRA MULHER	EDUCAÇÃO	EMPREGO E RENDA	SAÚDE
Estatísticas sobre violências	Estudantes	Empregadas formais	Saúde reprodutiva
Medidas protetivas	Creches	Informais	Doenças (câncer de útero, ovários, mama, trombose, DST, HIV)
Perfil das vítimas: idade/cor/renda	Evasão escolar	Donas de casa (trabalho não remunerado)	Morbidade: aborto, parto
Secretarias de Segurança Pública	Servidoras	Projetos/Auxílios de renda em Goiás para mulheres	Entrada por violência, estupro, lesão corporal, aborto provocado.
Tribunal de Justiça/MP/ Defensoria Pública	Programas/Projetos Municipais direitos das mulheres na escolarização	Sine/ Ministério da Cidadania/ CadÚnico	Situação da saúde das mulheres goianas.

Para além dos dois eixos, definiu-se, ainda, dois outros grupos para dar suporte e/ou realizar ações complementares, análises e produção de materiais. Assim, constituiu-se uma equipe especializada em abordagens estatísticas que buscou bases de dados secundárias com informações sobre Goiânia, e um grupo de pesquisadoras da comunicação ficaram responsáveis por escrever matérias jornalísticas que depois poderão ser postadas no site do Observatório e realizar pesquisas em observatórios de outros municípios e estados com o objetivo de dar subsídios para o futuro Observatório de Mulheres em Goiânia.

Em um primeiro momento, cada subgrupo responsável pelas coletas de dados buscou, por meio de contato com as secretarias, captar dados disponíveis sobre mulheres. O contato junto às secretarias, essencial para a pesquisa, foi estruturado a partir das competências daquelas que pudessem conter dados relevantes para a investigação. Ou seja, percebeu-se, pelas atribuições funcionais dos órgãos, que eles poderiam possuir

dados relacionados à situação das mulheres em Goiânia ou desenvolver políticas que atendessem prioritariamente esse grupo.

As tratativas junto às Secretarias se deram por encaminhamento de correio eletrônico, ofícios e reuniões técnicas (quando necessárias). Nas buscas por meio de correspondências, estes continham um questionário com perguntas básicas para as secretarias e/ou suas gerências. Assim, o primeiro aspecto analisado foi o tipo de resposta obtida⁶. A classificação destas respostas foi desenvolvida a partir da amplitude do acesso à informação, sendo possível extrair, até o momento, cinco categorias de respostas:

1. **Acesso Integral** – a informação responde ao que foi perguntado de forma completa;
2. **Acesso Parcial** – a resposta não contempla integralmente o que foi perguntado. Caso o órgão tenha apresentado uma justificativa legal para deixar de fornecer a informação, trata-se de uma informação satisfatória;
3. **Ausência de Informação** – o órgão alega que não dispõe da informação ou a resposta não foi a solicitada;
4. **Acesso Negado** – o órgão nega expressamente o acesso às informações, sob alegação de sigilo ou outro motivo;
5. **Sem resposta** – o órgão não respondeu ao pedido de acesso à informação.

Com base nesses parâmetros, os resultados obtidos foram posteriormente apresentados pelos subgrupos, em forma de gráficos e planilhas. A partir dos levantamentos preliminares foram elaborados relatórios parciais. Esses documentos também foram importantes para a realização de uma primeira análise em trabalhos que foram apresentados em eventos tais como o VI Simpósio Internacional da Faculdade de Ciências Sociais, da Universidade Federal de Goiás.

Na primeira fase de sistematização de dados, o resultado não nos surpreendeu. Já sabíamos das dificuldades na obtenção de dados, mesmo tendo desde o início, o compromisso das várias instituições de que seriam repassadas as informações necessárias para o desenvolvimento da pesquisa. Primeiro porque, lamentavelmente, é parte da

⁶ Esta metodologia foi utilizada por uma organização não governamental de Direitos Humanos, *Article 19*, criada em Londres, para captar informações das agências de saneamento do Brasil e verificar quais delas praticaram políticas para a redução dos impactos da pandemia Covid-19 na falta de acesso à água potável para as famílias em vulnerabilidade social.

cultura administrativa e política brasileira a ideia de que os dados de uma gestão se encerram nos quatro anos de mandato. A segunda, está na alta rotatividade dos gestores das secretarias municipais, o que acaba contribuindo para a descontinuidade das ações de uma gestão para outra, e isso implica também perda de memória técnica. Assim, a pesquisa não conseguiu alcançar seu objetivo nas amostras coletadas – o que se deu pela falta de dados em algumas secretarias da rede municipal. Houve muitos obstáculos para se obter acesso a algumas informações, que muitas vezes não existem ou mesmo não foram catalogadas.

Por essa razão, ressaltamos a importância de dar continuidade à pesquisa objetivando a construção do Observatório de Mulheres em Goiânia, a apuração mais refinada de dados, sobretudo no que se refere à violência contra mulheres. Este instrumento será fundamental para orientar procedimentos, inspirar políticas públicas e implementar medidas para mitigar tal violência. Para Gregori (1999, p.199), esses estudos contribuem para novas perspectivas de compreensão do fenômeno social da violência contra as mulheres:

(..) A maioria dos estudos sobre a mulher, inclusive o meu, constata que as mulheres vivem e se relacionam de maneiras diferentes com o fato de serem oprimidas. (...). É preciso, pois, desenvolver novas linhas de investigação que sejam capazes de aprender as transformações culturais que culminam em modificações nas relações de gênero. (GREGORI, 199, p. 199).

Ademais, a cultura história/social da violência contra as mulheres é tão enraizada e presente na nossa sociedade, que faz necessário romper com a ideia de que “briga de marido e mulher ninguém mete a colher”, pois, se no passado o Estado não intervia nessas violências, hoje é urgente o que poder público apresente mecanismos para resolução desse fenômeno.

Por essa via, ressaltamos que a continuidade da pesquisa é de suma importância para criação do Observatório da Violência contra as Mulheres em Goiânia. Além da proposta de criação desse organismo, teríamos a oportunidade de manter a coleta de amostras por meio de entrevistas, subsidiar a sistematização e a interpretação dos dados, ressaltando os pontos prioritários que demandam ações/omissões municipais.

Por fim, ressalta-se que as amostras coletadas neste documento, assim com sua respectiva avaliação pelos subgrupos responsáveis pelas coletas, convergem para continuidade da pesquisa com uma nova proposta metodológica; implementar medidas preventivas de maneira integrada e intersetorial nas áreas de saúde, educação, assistência,

comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, e subsídio para criação do observatório das mulheres.

Diante da complexidade do estudo da violência contra mulheres em Goiânia, a proposta de uma nova metodologia para continuar a pesquisa é bem descrita por Gregori (1993, p.199/200):

A maioria dos estudos sobre a mulher, inclusive o meu, constata que as mulheres vivem e se relacionam de maneiras diferentes com o fato de serem oprimidas (...). É preciso, pois, desenvolver novas linhas de investigação que sejam capazes de apreender as transformações culturais que culminam em modificações nas relações de gênero. Os papéis de gênero devem ser abordados, a meu ver, sem elaborar uma dicotomia que opõe, de maneira fixa, os padrões “tradicionais” aos padrões “modernos” – padrões são construções das pessoas em relação com o mundo. (GREGORI, 1993, p. 199-200).

Assim, recomenda-se que logo após a criação do Observatório de Mulheres em Goiânia, proceda-se à implementação de políticas públicas na rede municipal. Desta forma, a política pública municipal poderá avançar progressivamente na qualidade das políticas e, assim, proporcionar às mulheres em situação de violência um atendimento humanizado e qualificado nos serviços especializados e na Rede de Atendimento e, ainda, garantir a implementação da Lei Maria da Penha e demais normas jurídicas nacionais e internacionais (enfrentamento e garantia de direitos); e garantia da segurança cidadã e acesso à justiça às mulheres em situação de violência (BRASIL, 2011).

Constatada a dificuldade de acessar os dados por meio das secretarias, as pesquisadoras optaram por duas estratégias que pudessem complementar as informações coletadas: a realização de entrevistas com gestoras/es para compreender melhor as barreiras na captação e catalogação dos dados sobre mulheres; e a busca por bases de dados secundárias produzidas por institutos de pesquisa nacionais. Devido ao escasso tempo e à demora de trâmites burocráticos, não foi possível realizar entrevistas na primeira etapa da pesquisa, mas estas estão previstas para a segunda fase.

Devido às dificuldades de conseguir dados sobre as mulheres goianienses junto às secretarias municipais, as pesquisadoras julgaram que seria importante realizar, na segunda fase da pesquisa, entrevistas com gestores que poderiam explicar com mais propriedade quais as dificuldades para organizar e disponibilizar os dados. Compreendemos que cada secretaria possui especificidades e dificuldades particulares para lidar com as informações e programas oferecidos à população, porém acreditamos que produzir dados que permitam a percepção mais acurada sobre a quantidade e as características das mulheres atendidas pelos programas municipais é algo essencial tanto

para a construção e permanência do Observatório quanto para que este seja um instrumento relevante na construção de políticas públicas que possam diminuir as desigualdades de gênero em Goiânia.

Dessa forma, em 22 de julho de 2022, as pesquisadoras revisaram o projeto de pesquisa e o submeteram à Plataforma Brasil, com o objetivo de realizarem entrevistas com gestores municipais. O projeto retornou com pendências alguns dias depois e foi submetido novamente em 28 de julho. No dia 28 de setembro, o parecer do projeto solicitou pequenas alterações e uma carta de anuência de cada uma das secretarias que teriam servidores entrevistados. Nós então solicitamos à SMPM que pedisse especialmente à Secretaria Municipal de Educação e à Guarda Civil Metropolitana as cartas de anuência para que pudéssemos realizar as entrevistas, mas elas ainda não foram enviadas. Nós então resolvemos enviar apenas a carta que já tínhamos, que era a da Secretaria Municipal de Saúde. No dia 19 de outubro de 2022, o projeto foi aprovado na Plataforma Brasil e, na próxima fase da pesquisa, pretendemos iniciar as entrevistas com gestores da SMPM e da SMS.

A outra estratégia, relativa à busca por informações em bases de dados secundárias foi realizada e essas informações e análise encontram-se no tópico 7 deste relatório. No próximo tópico, apresentamos os resultados obtidos junto às secretarias, relatando como se deram os contatos, se os pedidos de dados foram atendidos, e analisando os dados que foram enviados.

6 RESULTADOS A PARTIR DE DADOS DISPONIBILIZADOS PELAS SECRETARIAS

No *site* do poder executivo local⁷ encontram-se disponibilizados os seus órgãos, neles compreendidos a Secretaria Municipal de Saúde, a Secretaria Municipal de Finanças, a Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana, a Secretaria Municipal de Administração, a Secretaria Municipal de Educação, a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação, a Secretaria Municipal de Mobilidade, a Secretaria Municipal do Desenvolvimento e Economia Criativa, a Secretaria Municipal de Inovação Ciência e Tecnologia, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social, a Secretaria Municipal de Cultura, a Secretaria Municipal de Governo, entre outros. Na aba disponível de cada secretaria, há um hipertexto que encaminha os navegadores às atribuições e competências de cada órgão, além de fornecer informações de e-mails e telefones das secretarias.

Buscou-se contato com a Secretaria Municipal de Saúde, a Secretaria Municipal de Educação, a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação, a Secretaria Municipal de Inovação, Ciência e Tecnologia e a Agência da Guarda Civil Metropolitana. Além disso, as pesquisadoras mantiveram contato direto durante toda a pesquisa com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e receberam dados desse órgão. Na impossibilidade de buscar dados de todas as secretarias, e em contato com a SMPM, identificou-se que os órgãos elencados acima poderiam abrigar dados relacionados a situação da mulher em Goiânia.

Neste item do relatório apresentamos as atividades realizadas ao longo de 2022 junto às secretarias. Conforme mencionado anteriormente, a ideia inicial era analisar os dados disponibilizados sobre mulheres pelas secretarias, porém observou-se no decorrer da pesquisa que os órgãos não possuíam dados ou não tinham condições de disponibilizar os dados para a pesquisa. Dessa forma, nesse momento apresentamos, primeiramente, quais foram as questões enviadas para as secretarias e qual tipo de acesso tivemos. A classificação das respostas foi desenvolvida, conforme informado na metodologia, a partir da amplitude de acesso à informação, sendo possível extrair cinco categorias de respostas que podem ser observadas no Quadro 2.

⁷ <https://www.goiania.go.gov.br/>

Quadro 2 – Tipo de acesso aos dados solicitados às secretarias.

1. Acesso Integral – a informação responde ao que foi perguntado de forma completa;
2. Acesso Parcial – a resposta não contempla integralmente o que foi perguntado. Caso o órgão tenha apresentado uma justificativa legal para deixar de fornecer a informação, trata-se de uma informação satisfatória;
3. Ausência de Informação – o órgão alega que não dispõe da informação ou a resposta não foi a solicitada;
4. Acesso Negado – o órgão nega expressamente o acesso às informações, sob alegação de sigilo ou outro motivo;
5. Sem resposta – o órgão não respondeu ao pedido de acesso à informação.

No item 6.1, apresentamos então de forma objetiva os dados obtidos junto às secretarias por meio de tabelas. As secretarias que disponibilizaram dados sobre mulheres goianienses foram a Secretaria Municipal de Saúde, a Guarda Civil Metropolitana e a SMPM. Esses dados foram analisados pelas pesquisadoras e são apresentados nos itens 6.2, 6.3 e 6.4, respectivamente. A Secretaria Municipal de Educação disponibilizou dados sobre as servidoras do órgão, e estes foram analisados no item 6.1.3 deste relatório.

6.1 Como se deu o acesso aos dados das secretarias solicitados pelas pesquisadoras?*6.1.1 Secretaria Municipal de Saúde*

Seguindo a metodologia desenvolvida para categorizar as respostas obtidas das secretarias, nós apresentamos na tabela abaixo todas as perguntas que foram enviadas por e-mail para a Secretaria de Saúde e informamos para cada uma delas, de forma objetiva, o tipo de acesso obtido de acordo com a tabela abaixo:

Tabela 7 – Acesso aos dados da Secretaria Municipal de Saúde.

Perguntas	Acesso integral	Acesso parcial	Ausência de informação	Acesso negado	Sem resposta
1. Existe algum programa específico da Secretaria voltado para		X			

mulheres/meninas? (últimos 3 anos – 2019/2021)					
2. Quais são os programas?	X				
3. Quanto foi/é investido? Quanto o programa recebeu de recursos? O recurso veio da esfera federal, estadual e/ou municipal?		X			
4. A Secretaria tem uma base de dados das beneficiárias desses programas? Estão arquivadas ou catalogadas? Como podemos ter acesso?	X				
5. A Secretaria tem algum tipo de análise desse material? Algum relatório sobre o que foi realizado?	X				
6. Notificações de violência interpessoal e autoprovocada, segundo faixa etária, sexo, raça e renda		X			
7. Número de óbitos, segundo faixa etária, sexo, raça e renda	X				
8. Número de óbitos por causas externas,	X				

segundo faixa etária, sexo, raça e renda					
9. Número de óbitos por violência, segundo faixa etária, sexo, renda e raça	X				
10. Número de casos de violência, segundo tipo de violência, por faixa etária no sexo feminino.					X
11. Esperança de vida (por sexo, por raça, por renda)			X		
12. Taxa específica de fecundidade (por faixa etária, por raça, por renda)			X		
13. Notificações de violência interpessoal e autoprovocada (por faixa etária e sexo)					X
14. Dados sobre vacinação (por vacinas, por sexo)	X				
15. Dados das mulheres beneficiadas pelo Bolsa Família			X		
16. Principais enfermidades que atingem mulheres por faixa etária, raça e renda	X				

17. Mortalidade materna, por raça, faixa etária e renda	X				
18. Número de usuárias do sistema			X		
19. Número de usuárias do sistema cujo relatório apresenta a condição de saúde: Fumante		X			
20. Número de usuárias do sistema cujo relatório apresenta a condição de saúde: alcoolismo		X			
21. Número de usuárias do sistema saúde portadoras de necessidades especiais		X			
22. Número de usuárias do sistema de saúde auto reconhecidas como pessoas trans gênero ou número de usuárias no CID (classificação internacional de doenças) 10-F64		X			

Ressaltamos que a Secretaria de Saúde foi a que enviou mais dados para as pesquisadoras e que eles serão discutidos e analisados no item 6.2.

6.1.2 Agência da Guarda Civil Metropolitana

Seguindo a metodologia desenvolvida para categorizar as respostas obtidas das secretarias, nós apresentamos na tabela abaixo todas as perguntas que foram enviadas por

e-mail para a Agência da Guarda Civil Metropolitana de Goiânia e informamos para cada uma delas, de forma objetiva, o tipo de acesso obtido de acordo com a listagem abaixo:

Tabela 8 – Acesso aos dados da Agência da Guarda Civil Metropolitana.

Perguntas	Acesso integral	Acesso parcial	Ausência de informação	Acesso negado	Sem resposta
1. Quantas Mulheres foram atendidas em situação de violência entre os anos de 2019 a 2021?					X
2. Quantas Mulheres obtiveram medidas protetivas entre os anos de 2019 a 2021?					X
3. Quantas mulheres foram atendidas em geral pela guarda em 2019, 2020 e 2021?					X
4. De acordo com documento enviado pela guarda, com dados revisados em 23 de março de 2022, 2774 mulheres foram atendidas pela GCM entre 2019 e 2021. Gostaríamos das seguintes informações sobre essas mulheres, por cada um dos envolvimento (vítima, autora, infratora, testemunha etc.): Idade; Raça - Etnia ; Setor de residência; Religião; Ocupação; Estado civil; Se PCD ou Não; Se mãe ou não;					X

<p>Se usuária de álcool e outras drogas ou não; Se usuária de programas de assistência social; Se parceiro íntimo (se não qual a natureza da relação); Possui renda própria (há dados sobre renda?); Escolaridade; Há quanto tempo sofre agressões; (se vítima) Qual o tempo de relacionamento com o requerido; (se vítima) Quantidade e idade dos filhos; Foi procurada pelo requerido após medida protetiva; (se vítima) Necessidades (jurídica, psicológica, médica e/ou social; (se vítima) Se tem cadastro no CadÚnico.</p>					
<p>5. Em relação às mulheres com medidas protetivas atendidas pela Patrulha Mulher Mais Segura em 2019, 2020 e 2021. Gostaríamos das seguintes informações: Idade; Raça - Etnia ; Setor de residência; Religião; Ocupação; Estado civil; se PCD ou Não; se mãe ou não; se usuária de álcool e outras drogas ou não; se usuária de programas de</p>					X

<p>assistência social; se parceiro íntimo (se não qual a natureza da relação); Possui renda própria (há dados sobre renda?); Escolaridade; Há quanto tempo sofre agressões; Qual o tempo de relacionamento com o requerido; Quantidade e idade dos filhos; Foi procurada pelo requerido após medida protetiva; Necessidades (jurídica, psicológica, médica e/ou social; Se tem cadastro no CadÚnico</p>					
<p>6. Também gostaríamos de ter acesso aos relatórios realizados pelas guardas que fez o atendimento.</p>					X
<p>7. Cruzamento dos dados: mulheres que foram vítimas de violência ou estão com medidas protetivas receberam parcelas do programa de renda da prefeitura? Se houver, qual o perfil dessas mulheres (de acordo com as informações acima)?</p>					X
<p>8. Dados quantitativos dos agressores que gostaríamos de ter acesso: Idade; Raça - Etnia ; Setor de residência;</p>					X

<p>Religião; Ocupação; Estado civil; Se PCD ou Não; Se pai ou não; Se usuário de álcool e outras drogas ou não; Se usuário de programas de assistência social; Se parceiro íntimo (se não qual a natureza da relação); Possui renda própria (há dados sobre renda?); Escolaridade; Possui relação com a vítima; Possui cadastro no CadÚnico; Quantos mandados por agressão nos anos de 2019 a 2021.</p>					
---	--	--	--	--	--

Obs.: Informações em negrito estão no formulário “Atendimento e pesquisa” do Mulher Mais Segura.

Ressaltamos que já na primeira reunião realizada com a Guarda Municipal nós tivemos acesso aos dados de atendimentos às mulheres disponibilizados pelo Observatório de Violência e Segurança da Guarda e aos dados presentes nos relatórios de produtividade da Patrulha Mulher Mais Segura. Esses dados e o contato com a Guarda serão detalhados no item 6.3 deste relatório.

6.1.3 Secretaria Municipal de Educação

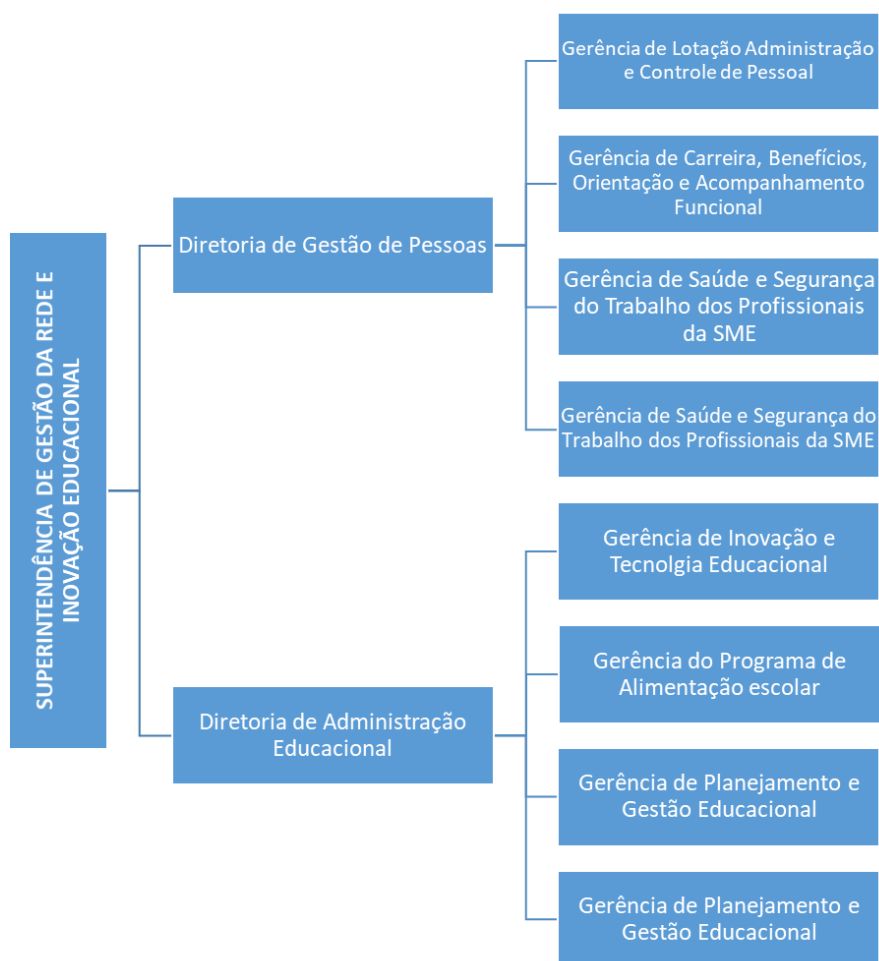
O contato com a Secretaria de Educação foi feito por intermédio da SMPM. Houve uma boa receptividade por parte dos servidores que integram as gerências do órgão, como também foi possível o agendamento de reuniões realizadas de modo online no dia 24 de março de 2022 às 15 horas e presencial no dia 28 de março de 2022 às 14 horas. Segue abaixo o registro da reunião realizada no dia 28 de março de 2022 na sede da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia.



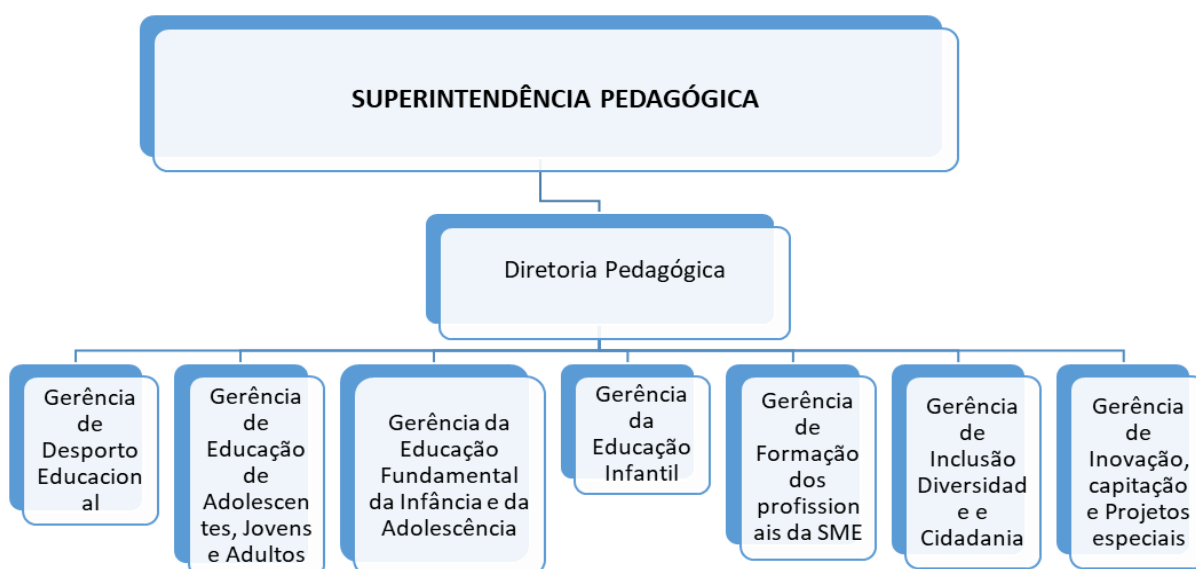
Local: Secretaria Municipal de Educação.

O órgão é organizado por departamentos, notadamente: a Secretaria Executiva; a Chefia de Gabinete; a Chefia da Advocacia Setorial; a Diretoria Administrativa; a Superintendência de Gestão da Rede e Inovação Educacional; a Superintendência Pedagógica; a Coordenadoria Regional de Educação; e as Unidades Educacionais. A hierarquia se dá respectivamente nessa ordem.

Cada um desses departamentos possui diretorias e, subsequentemente, gerências responsáveis pelo desempenho das atividades. Focamos nas duas superintendências existentes na secretaria, vez que se tratam dos departamentos responsáveis pelo armazenamento dos dados. Tal informação foi adquirida em reunião presencial com as gerências da superintendência de gestão da rede e inovação educacional e da superintendência pedagógica. Abaixo estão os organogramas das duas superintendências.



Fonte: GOIÂNIA, 2022.



Fonte: GOIÂNIA, 2022.

Essa estrutura possui características específicas. Como está organizada de forma descentralizada, a coleta de dados tende a ser mais complexa, uma vez que cada departamento, cada diretoria e cada gerência possui uma equipe de trabalho. Estas equipes, embora teoricamente estejam interligadas, não se submetem umas às outras. Nesse sentido, a partir dos relatos dos gestores das gerências nas reuniões, este subgrupo desenvolveu a hipótese de que as gerências não trabalham de forma coordenada e conjunta.

Após as reuniões, momento em que foi possível dialogar com as gerências e melhor entender como funcionam, e do mapeamento feito no site da prefeitura acerca das competências e atribuições de cada órgão, verificou-se que os dados pleiteados deveriam/poderiam estar em posse das superintendências.

Assim, foi realizado a produção de fichas para que a Superintendência de Gestão da Rede e Inovação Educacional e a Superintendência Pedagógica pudessem responder. Buscou-se fomentar dados tanto positivos como negativos, com o propósito de verificar se as secretarias possuem política de gênero e trabalham na perspectiva interseccional.

Entre os dias 14 a 18 de abril de 2022 foram encaminhadas as fichas de número 1 (dados genéricos) para as duas superintendências; e as fichas específicas também para cada superintendência, com solicitação de devolução no prazo de 15 dias. As respostas foram classificadas conforme indicado anteriormente.

Com base nesses parâmetros, será apresentado os resultados obtidos, até o presente momento, a partir da análise individualizada das fichas encaminhadas a cada superintendência. A princípio as fichas encaminhadas a Superintendência Pedagógica.

Tabela 9 – Acesso aos dados gerais da Superintendência Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação.

Perguntas	Acesso Integral	Acesso Parcial	Ausência de Informação	Acesso Negado	Sem resposta
Responsável pela Gerência/superintendência					X
Existe algum programa específico desta Gerência/Superintendência					X

voltado para mulheres/meninas durante 2015 a 2018? Se sim no item acima, qual?					
Existe algum programa específico desta Gerência/Superintendência voltado para mulheres/meninas durante 2018 a 2021? Se sim no item acima, qual?					X
Existe algum programa específico desta Gerência/Superintendência voltado para mulheres/meninas durante 2019 a 2021? Se sim no item acima, qual?					X
Existe algum programa específico desta Gerência/Superintendência voltado para mulheres/meninas realizado em outro período? Se sim no item acima, qual?					X
Se há programas específicos, foi realizado em conjunto/cooperação com outra Gerência/Superintendência? Se sim no item acima, qual o nome do Programa?					X

Este programa definiu alguma política de aprimoramento durante a pandemia de Covid-19?					X
Este programa definiu alguma política de aprimoramento durante a pandemia de Covid-19? Se sim no item acima, ela foi implementada?					X
Existem dados catalogados ou arquivados destes Programas? Se sim no item acima, onde podem ser acessados? Necessita de convênio ou processo administrativo para acessá-los? Se sim no item acima, qual?					X
Caso não existam dados catalogados ou arquivados, como esses dados estão organizados? Tratam-se de dados gerais, agregados, ou é possível identificação pessoal?					X
Nos dados, acerca desses programas, é possível identificar (selecionar apenas se existirem programas) (sim ou não): Endereço; Faixa de renda; Escolaridade; Tipo de					X

<p>moradia; Cor; Gênero; Identidade de gênero; Se possui deficiência; Estado civil; CTPS; Condição de ocupação (empregada/desempregada); Se desempregada, há quanto tempo? Tipo de ocupação; Do lar; Se possuem filhos; Se possuem filhos com deficiência; Quais programas governamentais são beneficiárias.</p>					
<p>Caso não seja possível identificar esses dados por meio do Programa, quais dados são possíveis identificar e ter acesso?</p>					X
<p>Existe algum relatório do Programa? Se sim no item acima, onde acessá-los?</p>					X
<p>Se existe Programa específico, este é resultado de alguma portaria; resolução; decreto; lei; não sabe informar (selecionar todos que se aplicam) (sim ou não): do município; do estado; de parceria/convênio com outras instituições; do Ministério Público do Estado de Goiás; da</p>					X

Defensoria Pública do Estado de Goiás; do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás; da Câmara Municipal; Outros; não sabe informar; Se Outros no item acima, qual?					
Quanto foi/é investido no Programa?					X
Quanto o programa recebeu de recursos?					X
Os recursos vieram da esfera (selecionar todos que se aplicam)					X
Caso seja possível colher esses dados na secretaria, quem seria o servidor responsável?					X
Necessita de algum documento para ter acesso? Se sim, quais?					X
Para quem encaminhar a solicitação de acesso? Telefone do responsável; E-mail do responsável.					X
Campo para observações					X

As fichas denominadas “formato genérico” referem-se a um modelo único, sem especificações, encaminhada para as duas superintendências. O intuito dessas fichas foi a captação de informações gerais sobre as superintendências, sem adentrar na competência de cada uma. Abaixo, seguem os dados obtidos das fichas específicas encaminhadas à Superintendência Pedagógica.

Tabela 10 – Acesso aos dados específicos da Superintendência Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação.

Perguntas	Acesso Integral	Acesso Parcial	Ausência de Informação	Acesso Negado	Sem resposta
É possível identificar a quantidade de estudantes mulheres e meninas matriculadas na rede municipal de ensino? () SIM () NÃO					X
Se sim, é possível identificar: Idade () renda familiar aproximada () número de filhos () número de irmãos () cor () fase escolar () estado civil () se é trabalhadora formal () se é trabalhadora autônoma () se é pessoa com deficiência () se possui filhos com deficiência () se possui pais com deficiência () se possui irmãos com deficiência () se é portador de algum CID () se já houve reprovação () se já evadiu da escola () por quanto tempo perdurou a evasão escolar () o motivo da evasão escolar () se já foi/vítima de violência doméstica/familiar () Se já foi vítima de violência sexual ()					X

Não é possível identificar nenhum desses dados () Outros, quais					
Durante a pandemia da covid-19 é possível identificar os dados da evasão escolar? () SIM () NÃO					X
Após o retorno das aulas presenciais, é possível identificar a quantidade de alunas que não retornaram à escola () SIM () NÃO					X
Caso possua esses dados, eles estão catalogados ou arquivados? Como podem ser acessados?					X
Necessita de algum convênio ou processo administrativo para acessá-los? () SIM () NÃO					X
Caso esses dados estejam na superintendência, qual servidor pode receber a equipe para a coleta? Telefone; email					X
A superintendência possui outros dados relativos aos estudantes aqui não mencionados? () SIM () NÃO Se sim, quais?					X

A gerência possui esses dados, mas apenas de forma geral, numérica, sem divisão por gênero? () Sim () Não. Se sim, eles estão catalogados ou arquivados? Como podem ser acessados?					X
Caso esses dados existam, mas não estejam nesta superintendência, onde podem ser solicitados?					X
Em relação às fichas do SIMAC (Sistema de Informação Municipal de Agravos de Comunicação), como podem ser acessadas?					X
Outras observações					

Tabela 11 – Acesso aos dados sobre os alunos matriculados na EJA e nas Salas de Extensão da Superintendência Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação.

Perguntas	Acesso Integral	Acesso Parcial	Ausência de Informação	Acesso Negado	Sem resposta
É possível identificar o quantitativo de mulheres e meninas matriculadas na rede municipal de ensino na EJA e nas salas de extensão? () SIM () NÃO.					X
Se sim, é possível identificar: Idade () renda familiar aproximada () número de filhos () número de irmãos (X

<p> <input type="checkbox"/> cor () fase escolar () <input type="checkbox"/> estado civil () se é <input type="checkbox"/> trabalhadora formal () se é <input type="checkbox"/> trabalhadora autônoma () se <input type="checkbox"/> possui filhos com deficiência () <input type="checkbox"/> se possui pais com <input type="checkbox"/> deficiência () se possui <input type="checkbox"/> irmãos com deficiência () <input type="checkbox"/> qual CID é portador () se já <input type="checkbox"/> houve reprovação () se já <input type="checkbox"/> evadiu da escola () por <input type="checkbox"/> quanto tempo perdurou a <input type="checkbox"/> evasão escolar () o motivo <input type="checkbox"/> da evasão escolar () se já <input type="checkbox"/> foi/é vítima de violência <input type="checkbox"/> doméstica/ familiar () Se já <input type="checkbox"/> foi vítima de violência sexual <input type="checkbox"/> () com que idade iniciou as <input type="checkbox"/> atividades escolares () Não é <input type="checkbox"/> possível identificar nenhum <input type="checkbox"/> desses dados ()Outros, <input type="checkbox"/> quais </p>					
<p> Mulheres e Meninas mães estudantes na rede municipal de ensino, matriculadas na EJA ou nas salas de extensão, podem ir à escola acompanhadas de seus filhos menores? () SIM () NÃO Se não, quais os impedimentos? </p>					X

Atualmente em que região desta capital localizam as salas de extensão e as EJAS?					X
Qual o turno que possui maior quantidade de mulheres e meninas matriculadas na EJA e nas salas de extensão? () Não é possível identificar esse dado					X
Caso possua esses dados, eles estão catalogados ou arquivados? Como podem ser acessados? Precisa de algum convênio ou processo administrativo para acessá-los? () SIM () NÃO					X
Caso esses dados estejam nesta superintendência, qual servidor pode receber a equipe para a coleta? Telefone; e-mail					X
Como podem ser acessados?					X
Caso esses dados existam, mas não estejam nesta superintendência, onde podem ser solicitados?					X
Outras observações					X

Tabela 12 – Acesso aos dados sobre os alunos com deficiência (PCD) da Superintendência Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação.

Perguntas	Acesso Integral	Acesso Parcial	Ausência de Informação	Acesso Negado	Sem resposta
-----------	-----------------	----------------	------------------------	---------------	--------------

<p>É possível identificar o quantitativo de mulheres e meninas com deficiência matriculadas na rede municipal de ensino? () SIM () NÃO. .</p>					X
<p>Se sim, é possível identificar: Idade () renda familiar aproximada () número de filhos () número de irmãos () cor () fase escolar () estado civil () se é trabalhadora formal () se é trabalhadora autônoma () se possui filhos com deficiência () se possui pais com deficiência () se possui irmãos com deficiência () qual CID é portador () se já houve reprovação () se já evadiu da escola () por quanto tempo perdurou a evasão escolar () o motivo da evasão escolar () se já foi/é vítima de violência doméstica/ familiar () Se já foi vítima de violência sexual () Não é possível identificar nenhum desses dados () com que idade iniciou as atividades escolares ()Outros, quais</p>					X

Caso possua esses dados, eles estão catalogados ou arquivados? Como podem ser acessados? Precisa de algum convênio ou processo administrativo para acessá-los? () SIM () NÃO					X
Caso esses dados estejam nesta superintendência, qual servidor pode receber a equipe para a coleta? Telefone; Email					X
A superintendência possui outros dados relativos as estudantes com deficiência aqui não mencionados? () SIM () NÃO. Se sim, quais?					X
A gerência possui esses dados, mas apenas de forma geral, numérica, sem divisão por gênero? () Sim () Não. Se sim, eles estão catalogados ou arquivados?					X
Como podem ser acessados?					X
Caso esses dados existam, mas não estejam nesta superintendência, onde podem ser solicitados?					X
Outras observações					X

Conforme mostrado nas tabelas, as pesquisadoras não obtiveram resposta das fichas enviadas para a Superintendência Pedagógica. Em relação às fichas encaminhadas

para a Superintendência de Gestão da Rede e Inovação Educacional, os resultados podem ser observados abaixo.

Tabela 13 – Acesso aos dados genéricos da Superintendência de Gestão da Rede e Inovação Educacional da Secretaria Municipal de Educação.

Perguntas	Acesso Integral	Acesso Parcial	Ausência de Informação	Acesso Negado	Sem resposta
Responsável pela Gerência/superintendência					X
Existe algum programa específico desta Gerência/Superintendência voltado para mulheres/meninas durante 2015 a 2018? Se sim no item acima, qual?					X
Existe algum programa específico desta Gerência/Superintendência voltado para mulheres/meninas durante 2018 a 2021? Se sim no item acima, qual?					X
Existe algum programa específico desta Gerência/Superintendência voltado para mulheres/meninas durante 2019 a 2021? Se sim no item acima, qual?					X
Existe algum programa específico desta					X

Gerência/Superintendência voltado para mulheres/meninas realizado em outro período? Se sim no item acima, qual?					
Se há programas específicos, foi realizado em conjunto/cooperação com outra Gerência/Superintendência? Se sim no item acima, qual o nome do Programa?					X
Este programa definiu alguma política de aprimoramento durante a pandemia de Covid-19?					X
Este programa definiu alguma política de aprimoramento durante a pandemia de Covid-19? Se sim no item acima, ela foi implementada?					X
Existem dados catalogados ou arquivados destes Programas? Se sim no item acima, onde podem ser acessados? Necessita de convênio ou processo administrativo para acessá-los? Se sim no item acima, qual?					X
Caso não existam dados catalogados ou arquivados,					X

como esses dados estão organizados? Tratam-se de dados gerais, agregados, ou é possível identificação pessoal?					
Nos dados, acerca desses programas, é possível identificar (selecionar apenas se existirem programas) (sim ou não): Endereço; Faixa de renda; Escolaridade; Tipo de moradia; Cor; Gênero; Identidade de gênero; Se possui deficiência; Estado civil; CTPS; Condição de ocupação (empregada/desempregada); Se desempregada, há quanto tempo? Tipo de ocupação; Do lar; Se possuem filhos; Se possuem filhos com deficiência; Quais programas governamentais são beneficiárias.					X
Caso não seja possível identificar esses dados por meio do Programa, quais dados são possíveis identificar e ter acesso?					X

Existe algum relatório do Programa? Se sim no item acima, onde acessá-los?					X
Se existe Programa específico, este é resultado de alguma portaria; resolução; decreto; lei; não sabe informar (selecionar todos que se aplicam) (sim ou não): do município; do estado; de parceria/convênio com outras instituições; do Ministério Público do Estado de Goiás; da Defensoria Pública do Estado de Goiás; do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás; da Câmara Municipal; Outros; não sabe informar; Se Outros no item acima, qual?					X
Quanto foi/é investido no Programa?					X
Quanto o programa recebeu de recursos?					X
Os recursos vieram da esfera (selecionar todos que se aplicam)					X
Caso seja possível colher esses dados na secretaria, quem seria o servidor responsável?					X

Necessita de algum documento para ter acesso? Se sim, quais?					X
Para quem encaminhar a solicitação de acesso? Telefone do responsável; E-mail do responsável.					X
Campo para observações					X

Tabela 14 – Acesso aos dados específicos da Superintendência de Gestão da Rede e Inovação Educacional da Secretaria Municipal de Educação.

Perguntas	Acesso Integral	Acesso Parcial	Ausência de Informação	Acesso Negado	Sem resposta
É possível identificar a quantidade de servidoras mulheres da Secretaria Municipal de Educação? () SIM () NÃO.	X				
Se sim, é possível identificar: cargo () número de filhos () renda aproximada () cor () escolaridade () estado civil () se possui outro emprego () se é pessoa com deficiência () se possui filhos com deficiência () se é portador de algum CID () Se já foi afastada e qual o motivo do afastamento ()		X			

tipo de moradia () localidade da moradia () se já foi/é vítima de violência doméstica () Não é possível identificar nenhum desses dados () Outros, qual					
Caso possua esses dados, eles estão catalogados ou arquivados?		X			
Como podem ser acessados?		X			
Necessita de algum convênio ou processo administrativo para acessá- los? () SIM () NÃO		X			X
Caso esses dados estejam na superintendência, qual servidor pode receber a equipe para a coleta? Telefone; e-mail					X
A superintendência possui outros dados relativos aos servidores aqui não mencionados? () SIM () NÃO; Se sim, quais?					X
A gerência possui esses dados, mas apenas de forma geral, numérica, sem divisão por gênero?	X				

() SIM () NÃO					
Se sim, eles estão catalogados ou arquivados? Como podem ser acessados? Caso esses dados existam mas não estejam nesta superintendência, onde podem ser solicitados?					X
Caso esses dados existam, mas não estejam nesta superintendência, onde podem ser solicitados?		X	X		
Outras observações					X

Conforme demonstrado nas tabelas acima, os pedidos de acesso à informação dos dados disponíveis na Superintendência Pedagógica permaneceram sem respostas, tanto na ficha em formato genérico quanto nas fichas em formato específico, motivo pelo qual, neste caso, não será realizada a análise individual das perguntas. A análise dos dados obtidos pela Superintendência de Gestão da Rede e Inovação Educacional serão analisados no item 6.5 deste relatório.

6.1.4 Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

Desde o início da pesquisa, mantivemos contato direto com a SMPM, conforme dito anteriormente, e uma das estagiárias atuou na Secretaria organizando os dados do Programa Renda Família + Mulher. Essas informações serão analisadas no item 6.5 deste relatório. Informamos que as questões enviadas para as outras Secretarias não foram enviadas para a SMPM, mas que na segunda etapa da pesquisa isso será realizado com o objetivo de mapear com detalhes as atividades desenvolvidas por essa secretaria.

6.1.5 Outras secretarias

Visando a obtenção de dados sobre empreendedorismo, inclusão digital, aperfeiçoamento técnico, conhecimento científico, tecnológico e de inovação, buscou-se o contato com a Secretaria Municipal de Inovação, Ciência e Tecnologia no dia 11 de abril de 2022, por meio de encaminhamento de e-mail, em endereço eletrônico disponibilizado.

Nesse contato, foi encaminhado o questionário preliminar com as mesmas perguntas realizadas às demais secretarias, com o propósito de fornecer, à diretoria do órgão, uma primeira apresentação do conteúdo a que se refere a pesquisa.

Antes mesmo de encaminhar as fichas, foi realizado contato telefônico com o número disponibilizado no site da prefeitura - (62) 3524 – 3817-, onde obteve-se a informação de que se tratava de uma secretaria nova, criada por meio de uma fusão no ano de 2021.

Considerando esse cenário e a competência do órgão, conforme disponibilizado no site da prefeitura da capital, foi formulado um questionário com perguntas específicas, como: Existiu/existe algum programa específico para mulheres e meninas na secretária? É possível identificar o perfil socioeconômico das mulheres contempladas por este programa? Quais programas foram implementados pela secretaria desde sua criação (2021)? Quais grupos esses programas visam atingir? Qual programa/política adotada pela secretaria para garantir o apoio ao empreendedorismo voltado para a área de ciência e tecnologia?

Embora a secretaria tenha sido provocada a contribuir com a pesquisa, o e-mail encaminhado não foi respondido, podendo-se obter até o momento o seguinte resultado:

Tabela 15 – Acesso aos dados da Secretaria Municipal de Inovação, Ciência e Tecnologia.

Perguntas	Acesso integral	Acesso parcial	Ausência de informação	Acesso negado	Sem resposta
Existe algum programa específico da Secretaria voltado para mulheres/meninas? (últimos 3 anos – 2019/2021)					X
Quais são os programas?					X

Quanto foi/é investido? Quanto o programa recebeu de recursos? O recurso veio da esfera federal, estadual e/ou municipal?					X
A Secretaria tem uma base de dados das beneficiárias desses programas? Estão arquivadas ou catalogadas? Como podemos ter acesso?					X
Gostaríamos de fazer uma visita <i>in loco</i> . Qual pessoa pode ficar responsável por nos receber e auxiliar no acesso aos arquivos?					X
Definir um calendário de visita (dia/horário)					X
É possível identificar o perfil socioeconômico das mulheres contempladas por este programa?					X
Quais programas foram implementados pela secretaria desde sua criação (2021)?					X
Qual grupo esses programas visam atingir?					X
Qual programa/política adotada pela secretaria para garantir o apoio ao empreendedorismo					X

voltado para a área de ciência e tecnologia?					
--	--	--	--	--	--

Da mesma forma, buscou-se contato com a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação que resultou numa reunião online, por meio da plataforma *meet*, no dia 28/03/2022 às 9h com a servidora responsável.

Em que pese tenha-se tentado obter dados relacionados à questão habitacional da mulher goianiense, através das políticas implementadas pela secretaria competente, nessa reunião, foi informado pela servidora que no recorte da pesquisa (2019/2021) não havia dados disponíveis, razão pela qual não foi dado prosseguimento com esta secretaria.

6.2 Dados obtidos na Secretaria Municipal de Saúde sobre mulheres em Goiânia

A primeira reunião com a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) ocorreu no dia 28 de abril de 2022, de forma remota. Estavam presentes as pesquisadoras Rayani Mariano e Jully Anne Ribeiro e uma servidora da Gerência de Atenção aos Ciclos de Vida. Ressaltamos que a reunião ocorreu com a Patrícia porque ela foi o contato que a SMPM forneceu para as pesquisadoras. Ela nos explicou que a SMS já trabalhou com diferentes sistemas, e que mais recentemente, quando iniciou a pandemia, implantou-se o CELK-GOIANIA.

Após essa primeira conversa, no dia 29 de abril de 2022 enviamos o primeiro e-mail com as informações que gostaríamos de obter da SMS. Cabe esclarecer que para a elaboração do questionário enviado nos baseamos nas informações disponibilizadas pelo Observatório da Mulher do Distrito Federal e na primeira conversa realizada com a servidora responsável, que nos mostrou um pouco a interface do CELK e pudemos observar alguns campos que imaginamos que poderiam render informações importantes.

No dia 2 de junho de 2022, foi realizada uma nova reunião, dessa vez com a presença de duas servidoras da SMS, de um consultor de implantação do sistema CELK e dos pesquisadores Lara, Pedro, Jully e Rayani. Foi uma reunião com muitas informações importantes. Destacamos que, na ocasião, o consultor nos informou que poderíamos ter acesso à plataforma CELK, caso a gestão autorizasse; que algumas das informações solicitadas por nós talvez estivessem disponíveis no sistema de atendimento do SAMU; que caso não houvesse algum relatório que atendesse a nossa solicitação, seria possível fazer um script via banco e eles conseguiriam buscar os dados. Uma das servidoras nos

informou que estavam trabalhando de forma a alimentar no CELK os beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF).

Ressaltamos que, apesar das informações repassadas sobre a possibilidade de acessarmos o CELK, isso não ocorreu. Mas acreditamos ser importante destacar todas as informações transmitidas pelas/os servidoras/es durante as reuniões porque elas podem ser úteis para a segunda fase da pesquisa. Considerando, por exemplo, que a SMPM possui dados sobre as mulheres que foram atendidas em função do programa Renda Família + Mulher, a possibilidade de linkar os dados das duas secretarias (SMS e SMPM) poderia trazer informações valiosas para a elaboração de políticas públicas municipais para mulheres. Sabe-se que as mulheres em situação de vulnerabilidade têm mais dificuldades para acessar o sistema público de saúde, e, por isso, maior probabilidade de sofrerem doenças que poderiam ser evitadas ou tratadas no início. Saber se essas mulheres que buscaram receber a Renda Família + Mulher têm sido atendidas pelos equipamentos públicos de saúde do município de Goiânia seria uma informação relevante.

Nos dias 14 e 15 de junho foram realizadas reuniões presenciais na SMS. A primeira com a presença de diferentes servidoras da SMS, além da pesquisadora Rayani acompanhada de uma servidora da SMPM. O objetivo inicial foi apresentar o projeto. Na ocasião, a servidora responsável da SMPM foi indagada se o Observatório seria de políticas ou de análises, e respondeu que o objetivo era que contribuísse para as políticas públicas e ajudasse na Rede de Atendimento às Mulheres. As servidoras da SMS informaram que a Secretaria havia realizado um projeto com a *Vital Strategies* cujo resultado foi o relatório “Integração de bases de dados para o enfrentamento da violência contra mulheres”, publicado em fevereiro de 2022. O principal objetivo do projeto, que contou com a integração de 13 bases de dados, era compreender a trajetória das mulheres vítimas de violência nos serviços de saúde. Na ocasião da reunião, as servidoras informaram que tem sido difícil acessar outras bases de dados que não sejam da saúde e que elas teriam interesse de fazer um link com os dados da saúde e da segurança pública.

Durante essa primeira reunião presencial, as servidoras presentes também mostraram preocupação com as ações que poderiam ser feitas a partir dos achados do projeto desenvolvido pela *Vital Strategies*. Elas argumentaram que, além do diagnóstico, dos dados, das informações, era preciso pensar em ações de tempo real. Disseram que há casos em que as mulheres tinham três medidas protetivas e mesmo assim foram assassinadas, e sugeriram que o Observatório fosse essa política real. A preocupação principal é o que fazer a partir dos dados que o relatório mostra, o que fazer com as

mulheres que sofreram violência. Elas também afirmaram que os autores de violência não têm sido responsabilizados e perguntaram o que poderíamos fazer em relação a isso.

Além disso, durante a reunião elas também informaram que com a pandemia, as notificações foram reduzidas em 25%, e que apesar de o relatório compreender um período de 10 anos, elas tiveram que pular o ano de 2021 porque as ações foram reduzidas. Sobre dados, as servidoras da SMS também falaram que o sistema da Secretaria de Segurança Pública é quem consolida os dados. E que o Instituto Mauro Borges também concentra as informações. Por fim, informaram que seria necessário um termo de cooperação com a SMPM para que fossem disponibilizados os bancos de dados da SMS para a pesquisa.

Em relação ao Observatório, elas falaram sobre a necessidade de produzir painéis em tempo real, levantaram dúvidas sobre como seriam alimentados esses painéis, com qual periodicidade e forma de transmissão. Também perguntaram se o Observatório seria independente.

No dia seguinte, 15 de junho de 2022, foi realizada uma segunda reunião na SMS, organizada pela servidora responsável e que contou com a presença da pesquisadora Rayani Mariano. Foi uma reunião mais burocrática, com a coordenadora da Escola Municipal de Saúde Pública (EMSP) de Goiânia e com a, gerente de Planejamento e Projetos, além de outras servidoras da SMS. Na reunião, as servidoras informaram que qualquer projeto de coleta de dados de saúde em Goiânia precisaria passar pela EMSP.

Além dessas informações sobre a necessidade de o projeto ser aprovado na EMSP, que ainda não haviam sido informadas para as pesquisadoras, durante a reunião as servidoras ressaltaram que tinham interesse em linkar os dados que possuem com os dados obtidos na pesquisa e com o CadÚnico; e que se o Observatório fosse implementado poderíamos fazer um termo de cooperação entre todas as secretarias.

Após essa reunião, as pesquisadoras se organizaram para enviar os documentos solicitados pela Escola Municipal de Saúde Pública de Goiânia. Todos foram enviados no dia 28 de junho de 2022. No dia 8 de agosto, recebemos as respostas com as informações que foram solicitadas. E no dia 11 de agosto, recebemos o parecer favorável e a carta de anuência.

No dia 8 de julho de 2022, foi realizada outra reunião na SMS, dessa vez com a presença do então Secretário de Saúde, e da Secretária da SMPM, além de uma servidora da SMS e outra da SMPM e das pesquisadoras Rayani, Simone e Thainá. Durante a reunião, a secretária da SMPM falou da importância da pesquisa para integrar a rede de

atendimento. A servidora da SMS disse que a ideia é que o Observatório funcione da forma mais autônoma e que seja misto. Falou também sobre o “apagão de dados” e sobre a percepção errônea de que dados sobre violência contra as mulheres são inflados. O secretário Durval disse que há na Secretaria de Saúde um comitê de investigação para não ter dado duplicado. O Secretário também comentou que a *Vital Strategies* auxiliou muito e que eles estavam fazendo um aditivo que previa o apoio ao Observatório. Ele sugeriu a criação de um comitê que realizasse reuniões periódicas sobre os dados (bimestrais ou trimestrais). Por fim, ele comentou sobre a importância de ter os dados em tempo real e conseguir observar as variações.

A servidora da SMS explicou que a Secretaria tem vários bancos de dados; mas que não consegue responder se o crime foi feminicídio e sugeriu a criação de um comitê que consiga responder. A servidora da SMPM disse que é preciso tratar do modelo do Observatório e que a sociedade precisa participar. Também sugeriu instituir um grupo de trabalho com a Saúde, SMPM e Guarda Civil Metropolitana.

Após as reuniões, no dia 8 de agosto de 2022, a SMS respondeu o questionário que havia sido enviado e encaminhou algumas tabelas no Excel com os dados demandados. No item 6.1.1 deste relatório apresentamos uma tabela que mostra de forma objetiva como as perguntas foram respondidas e o nível de acesso aos dados solicitados.

Em todas as secretarias que obtivemos acesso, perguntamos se havia algum programa específico da Secretaria voltado para mulheres/meninas formulado/implementado nos últimos três anos, entre 2019 e 2021. A resposta obtida foi que os “programas da SMS Goiânia não são criados especificamente para mulheres/meninas, mas para a população em geral, porém algumas ações existem para estas populações”. Entre as ações mencionadas todas são iniciativas do governo federal. Muitas se relacionam com a gestação, parto, puerpério e amamentação. Também há ações relativas à saúde sexual e reprodutiva; ao controle do câncer de útero e mama; o cartão de saúde da caminhoneira etc.

Outra pergunta se relacionava ao valor investido nesses programas destinados às mulheres, mas ela não foi respondida de forma direta e objetiva. A SMS apenas nos informou sobre os percentuais que os municípios devem investir em saúde de acordo com a Constituição Federal.

Também indagamos sobre bases de dados das beneficiárias desses programas, e a SMS nos informou que não há nenhuma base específica sobre mulheres, mas que é possível filtrar e encontrar informações sobre elas. Também responderam que os bancos

nacionais estão listados no arquivo SISTEMAS DE INFORMAÇÃO; e que para a base de dados municipais, há um sistema próprio administrado pela empresa terceirizada CELK. E complementaram que para ter acesso aos bancos de dados com a identificação das mulheres é necessária a construção de um termo de cooperação, onde os tipos de dados e frequência das entregas seriam acordados.

Por último, foi indagado a todas as secretarias se possuíam algum tipo de análise dessas bases de dados. A SMS respondeu que sim, indicando que os relatórios de gestão estão disponíveis no endereço <https://saude.goiania.go.gov.br/informacoes-de-gestao-e-planejamento-da-sms-goiania/>; e que há o relatório mencionado anteriormente especificamente sobre violência contra as mulheres: “Integração de bases de dados para o enfrentamento da violência contra mulheres”.

Nos próximos itens, fazemos uma análise dos dados que foram disponibilizados sobre a situação das mulheres goianienses no que se refere à saúde.

6.2.1 *Morbidade e mortalidade feminina*

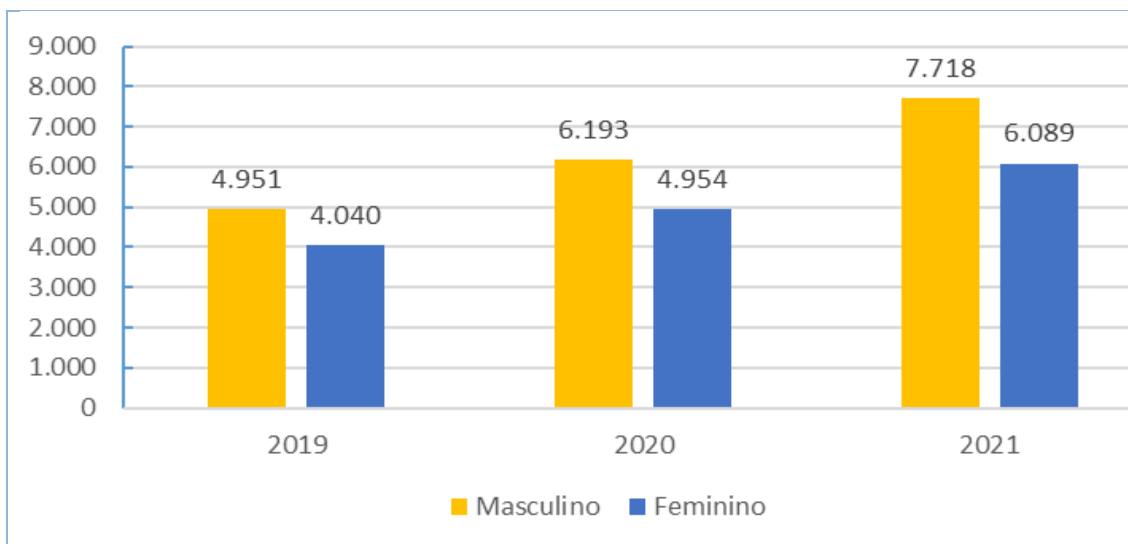
“Em saúde pública, compreende-se dado como registro de observações e de medidas objetivas de características de pessoas e de fatos que compõem determinado evento ou ocorrência de saúde em determinado tempo e lugar. Nessa linha, o dado agrega significado aos eventos de saúde” (CUNHA; VARGENS, 2017).

Como anteriormente informado, esse relatório se dá a partir dos dados provenientes da Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia no intento de apresentar subsídios para a construção do Observatório das Mulheres em Goiânia. Os dados, quando processados e convertidos em um contexto significativo, se transformam em informação. Através da informação se garante eficiência no agir do poder público e produção de conhecimento. Neste sentido, chegam os dados de morbidade e mortalidade feminina do município de Goiânia. Apresentamos abaixo as informações que conseguimos extrair das tabelas disponibilizadas para essa pesquisa.

Primeiramente, temos os dados gerais de mortes no município de Goiânia, cotejado por sexo. Convém ressaltar que a categoria utilizada foi sexo e não gênero, podendo haver diferenças no número de óbitos, caso a segmentação seja realizada segundo essa categoria. Sabemos que o número de mortes masculinas é maior que a feminina, isso ocorre não apenas devido a mortes naturais, mas segundo a OMS, a

exposição aos elementos externos, como acidentes, violência, lesões e guerras são um risco na vida dos homens.

Gráfico 6 – Total de óbitos de residentes em Goiânia por ano e sexo (2019 – 2021).



FONTE: Elaboração própria, dados originais da Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia (SMS).

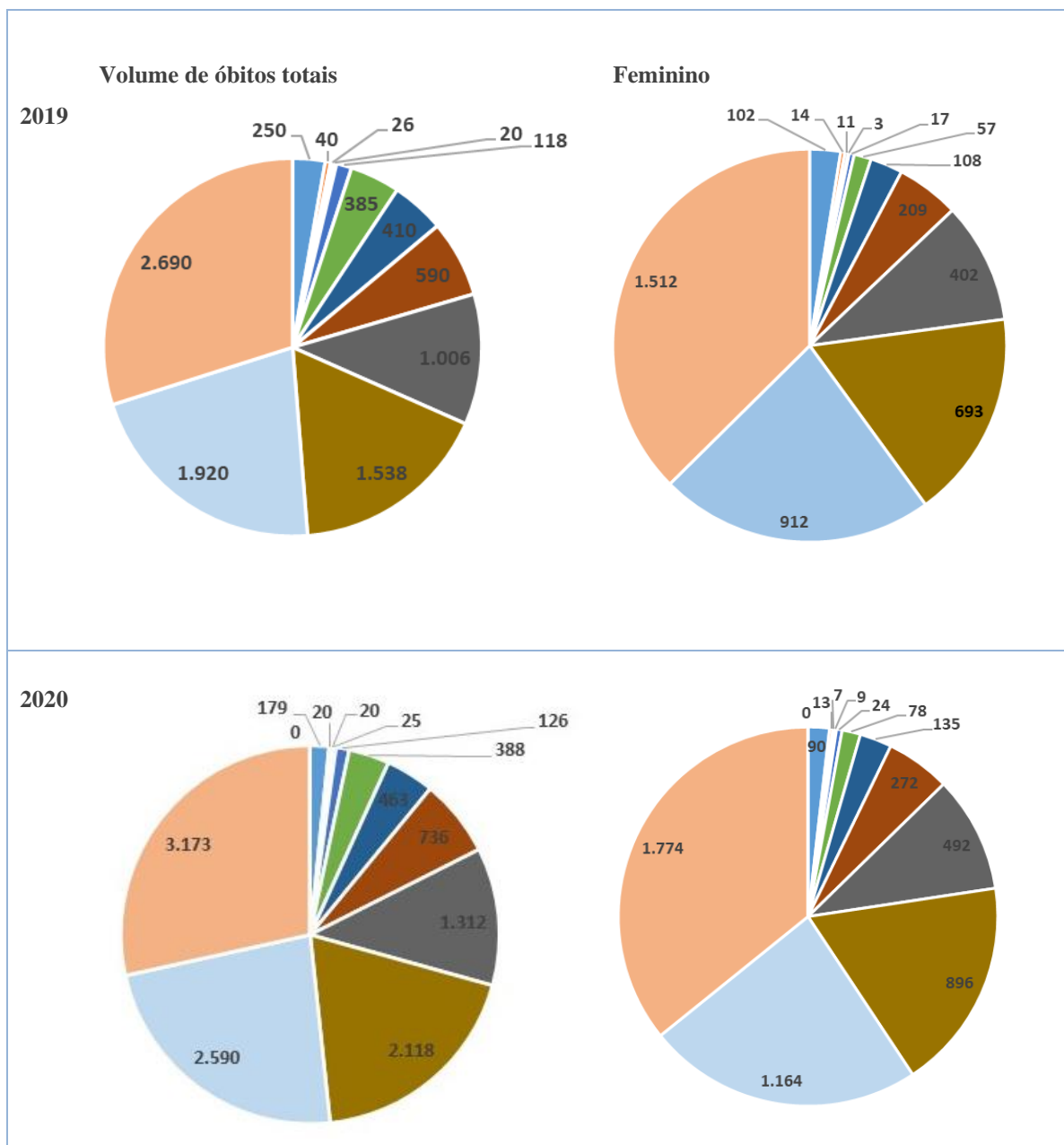
É importante frisar que tais riscos não são preponderantemente naturais, mas surgem por meio da construção social masculina e dos códigos de gênero da masculinidade que reforçam características como força e virilidade, por sua vez confundidas e/ou reificadas a negligência com a saúde e com o autocuidado. Desta sorte, temos um quadro de óbitos em Goiânia que não foge as estatísticas, mantendo o volume de mortes masculinas acima do volume de mortes femininas.

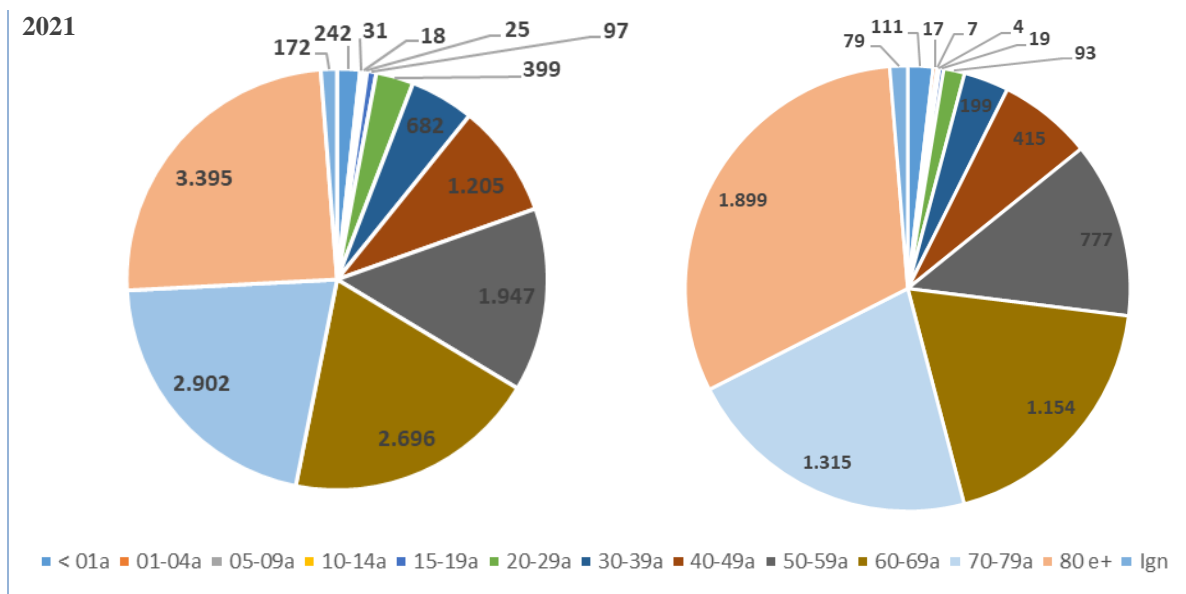
A diferença entre o volume de óbitos são: 2019: 0,09%; 2020: 0,08%; 2021: 0,08%. Nota-se uma distância menor que 10% no volume de mortes femininas em relação ao volume de mortes masculinas, o que nos instiga a perguntar quais são os momentos em que essas mortes têm um crescimento mais vertiginoso. Para responder essa pergunta podemos separar as faixas etárias em 3 grandes grupos: infantojuvenil (<01 – 19 anos), idade produtiva (20 – 59 anos) e melhor idade (> 59 anos). Observa-se que o número total de óbitos é maior na melhor idade. Sendo o volume de óbitos masculinos maior dentre as faixas etárias com cinquenta anos ou mais (50+), enquanto o maior volume de mortes femininas ocorre a partir dos 60 anos⁸, mesmo durante os anos afetados pela pandemia da

⁸ Para fins metodológico, foi arbitrado que o índice de crescimento será o equivalente a 500 óbitos ou mais em ambas as tabelas.

COVID-19, conforme gráfico abaixo. Cabe ressaltar que esses dados não separam os tipos de mortes (naturais e violentas) e que eventos específicos produziram um aumento de mortes naturais (doenças), sobretudo de pessoas mais velhas.

Gráfico 7 – Volume dos óbitos totais dos munícipes de Goiânia por faixa etária em comparação aos óbitos femininos no mesmo período (2019 – 2021).





FONTE: Elaboração própria, dados originários da Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia (SMS).

Quando observamos os anos relativos à idade produtiva, temos uma distância considerável entre o volume de mortes femininas e masculinas, principalmente período inicial, antes de atingirem 40 anos. No ano de 2019, anterior à crise sanitária despertada pela pandemia da COVID-19, temos os seguintes dados para idade produtiva: 57 óbitos femininos e 328 óbitos masculinos de pessoas entre 20 a 29 anos; 108 óbitos femininos e 302 óbitos masculinos de pessoas entre 30 a 39 anos; 209 óbitos femininos e 381 óbitos masculinos de pessoas entre 40 a 49 anos; e 402 óbitos femininos e 604 óbitos masculinos entre 50 a 59 anos.

Ao olharmos para os dados relativos aos anos afetados pela pandemia, por meio da segmentação por faixa etária, podemos observar que essa diferença menor que 10% é espelhada em determinadas faixas, mas diferenciando-se, principalmente, entre os anos de vida em atividade produtiva. No ano de 2020, foram observados 78 óbitos de mulheres entre 20 e 29 anos; 135 óbitos de mulheres entre 30 e 39 anos; 272 óbitos entre as mulheres de 40 a 49 anos; e 492 óbitos de mulheres na faixa dos 50 aos 59 anos de idade. Enquanto as ocorrências letais de homens entre 20 e 29 anos somaram 310 óbitos; 328 óbitos de homens entre 30 e 39 anos; 464 óbitos entre os homens de 40 a 49 anos; e 820 óbitos de homens na faixa dos 50 aos 59 anos de idade.

Já no ano de 2021, o ano com maior número de óbitos na faixa histórica escolhida, foram observados 93 óbitos de mulheres entre 20 e 29 anos para 306 óbitos masculinos; 199 óbitos de mulheres entre 30 e 39 anos para 483 óbitos masculinos; 415 óbitos entre as mulheres de 40 a 49 anos para 790 óbitos masculinos; e, por fim, 777 óbitos de

mulheres na faixa dos 50 aos 59 anos de idade enquanto foram verificados 1170 óbitos masculinos.

Os dados relativos ao grupo etário infantojuvenil, que podem ser observados na tabela abaixo, apontam para uma frequência de óbitos masculinos maior na grande maioria das faixas etárias pertencentes ao grupo em todo o período analisado. Apesar do ano de 2020 mostrar que no conjunto etário de <01 - 04a o volume de óbitos femininos tenha superado o volume de óbitos masculinos, essa diferença não consegue se sobressair na leitura do quadro geral de mortes em que o volume de óbitos masculinos se destaca.

Tabela 16 – Volume de óbitos por sexo e faixa etária (2019 – 2021).

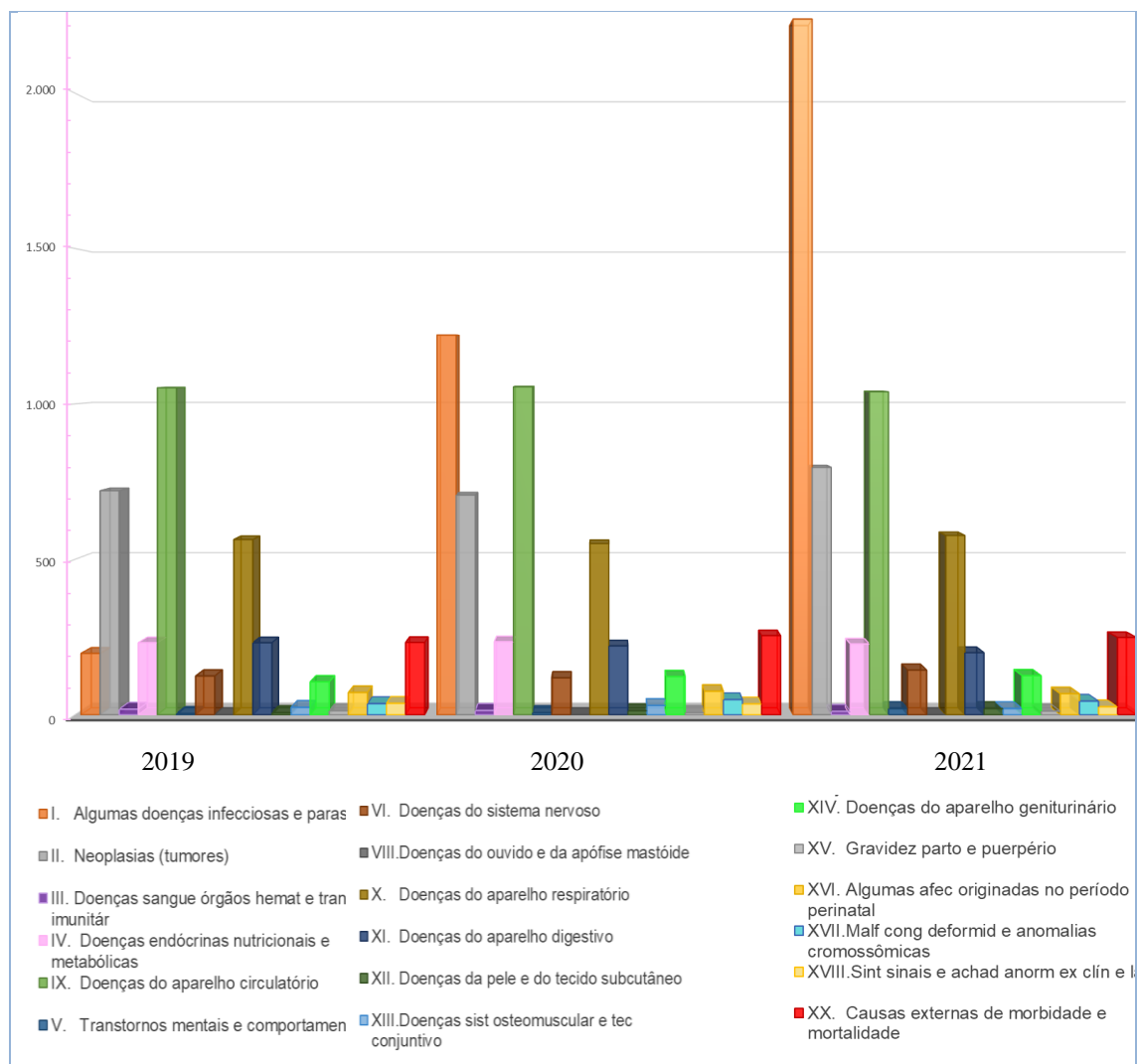
Faixa etária	2019		2020		2021	
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
< 01a	148	102	89	90	131	111
01-04a	26	14	07	13	14	17
05-09a	15	11	13	7	11	7
10-14a	17	3	16	9	21	4
15-19a	101	17	102	24	78	19

Fonte: Elaboração própria, dados originais Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia (SMS).

Podemos ainda observar que, apesar do montante de mortes ser maior nos anos de pandemia da covid-19, a maior concentração de mortes masculinas em relação aos óbitos femininos está compreendida nos primeiros anos de vida (< 01a), na adolescência (15 – 19a) e nos primeiros anos de atividade produtiva (20 – 49 a), uma diferença de mais de 200 óbitos por faixa etária.

Já as ocorrências de mortes de mulheres em Goiânia, nos anos verificados, prevalecem no grupo etário com mais de 60 anos. No gráfico abaixo, podemos observar quais são as principais enfermidades que atingiram a vida das mulheres goianienses nos anos de 2019 até o ano de 2021. Historicamente vemos em primeiro lugar, as doenças do aparelho circulatório, seguidas de neoplasias (tumores) e doenças do aparelho respiratório.

Gráfico 8 – Volume de mortes femininas em Goiânia por capítulo do CID 10 (2019 – 2021).



Fonte: Elaboração própria, dados originais da Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia (SMS).

Todavia é inegável o impacto da covid-19 na vida das mulheres goianienses. A covid-19 está compreendida pelo capítulo I “Algumas doenças infecciosas e parasitárias” da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID – 10), e seu impacto pode ser percebido na diferença de 1.024 mortes no ano de 2020 e 2.040 mortes no ano de 2021, e 198 mortes em 2019. Nessa pequena fração do tempo, o Cap. I passou a ocupar a terceira posição no volume de mortes, deixando em quarto lugar as doenças do aparelho respiratório.

As mortes compreendidas como “causas externas de morbidade e mortalidade” encontram o quinto lugar nesse cenário impactado pela covid-19 e o quarto lugar se olharmos para a última década (2012 – 2022). Dentre as causas externas que atingem

grandemente as mulheres, se destacam as quedas, os acidentes de transporte, lesões autoprovocadas e as agressões, informações que podem ser vistas na tabela abaixo.

Tabela 17 – Causas externas de mortalidade e morbidade feminina em Goiânia segundo o CID 10 (2019 – 2021).

	2019	2020	2021	Total
105 Acidentes de transporte	59	40	55	154
106 Quedas	108	102	121	331
107 Afogamento e submersões acidentais	5	4	4	13
108 Exposição a fumaça, ao fogo e as chamas	4	1	1	6
109 Envenenamento, intoxicação por ou exposição a subst. Nociva	4	0	2	6
110 Lesões autoprovocadas voluntariamente	31	28	24	83
111 Agressões	20	18	13	51
112 Eventos(fatos) cuja intenção e indeterminada	16	12	33	61
113 Intervenções legais e operações de guerra	0	0	0	0
114 Demais causas externas	12	20	18	50
Total	259	225	271	755

FONTE: Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia (SMS).

O volume das ocorrências de eventos (fatos) cuja intenção é indeterminada também é instigante, visto que no conjunto dos anos somam 61 óbitos femininos que não resultarão em medidas políticas e sociais de enfrentamento, proteção ou cuidado, tendo em vista a característica defectível do campo. Por outro lado, ao olhar para os dados relativos as agressões (tabela abaixo) temos condições de pensar medidas para o enfrentamento, a proteção e cuidado dessas mulheres.

Tabela 18 – Homicídios de mulheres em Goiânia segundo CID 10 (2019 – 2021).

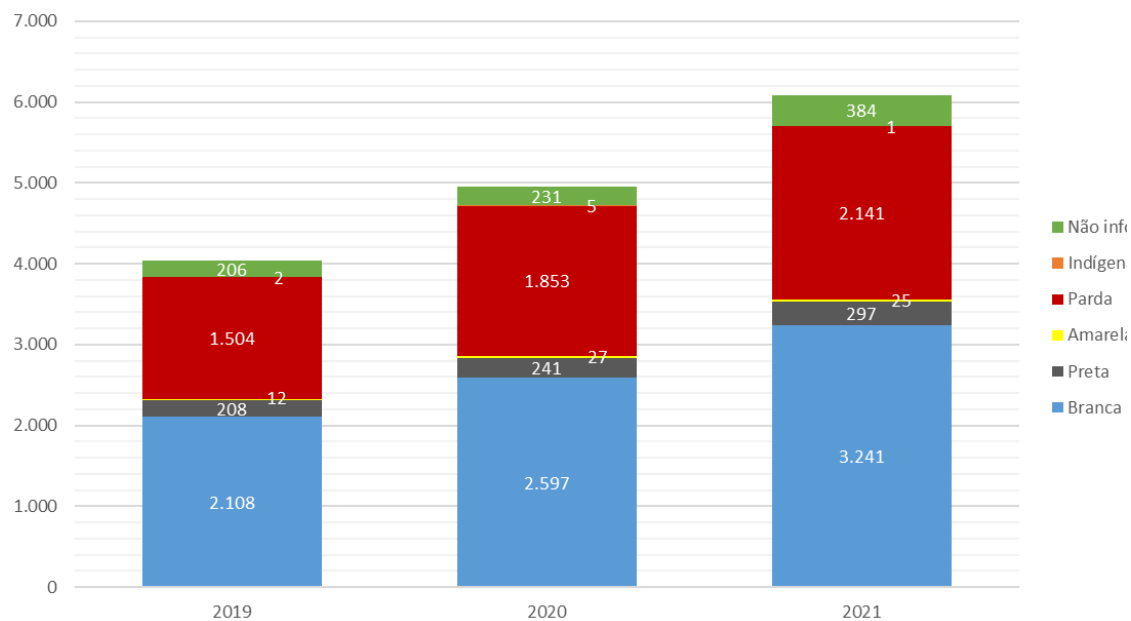
Cod.	CID	Descrição	2019	2020	2021	Total
10						
X91		Agressão enforcamento estrangulamento sufocação	2	1	0	3
X92		Agressão p/meio de afogamento e submersão	0	0	0	0
X93		Agressão disparo de arma de fogo de mão	0	0	0	0
X95		Agressão disparo outra arma de fogo ou NE	9	7	5	21
X97		Agressão p/meio de fumaça fogo e chamas	0	0	2	2
X99		Agressão objeto cortante ou penetrante	5	8	4	17
Y00		Agressão p/meio de um objeto contundente	2	2	0	4

Y04	Agressão p/meio de força corporal	1	0	2	3
Y05	Agressão sexual p/meio de força física	0	0	0	0
Y06	Negligencia e abandono	0	0	0	0
Y07	Outra síndrome de maus tratos	1	0	0	1
Y09	Agressão p/meios NE	0	0	0	0
Total		20	18	13	51
FONTE: Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia (SMS).					

Não é novidade que o aumento de armas de fogo nas mãos da população civil promove o aumento da violência e desfechos mais trágicos. Nos últimos três anos, 51 mulheres foram assassinadas em Goiânia, nesse curto período, 21 destas mulheres vieram a óbito por armas de fogo, 17 mulheres foram mortas com alguma arma branca, outras foram mortas por estrangulamento, pancadas e até mesmo tiveram seu corpo queimado. Mulheres são mortas em todas as classes sociais, raças, etnias ou esferas profissionais, contudo o facilitamento do uso de armas de fogo promove o facilitamento da decisão de vida e morte.

De forma simplificada, a interseccionalidade é a junção de um ou mais fatores que atravessam a vida das pessoas conduzindo-as a desfechos com maior ou menor risco de morte. Raça e classe são uma das variáveis que mais impactam a vida das pessoas, com ênfase na vida das mulheres. Nesse sentido, temos os dois gráficos a seguir, sendo os dados originais provenientes da Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia (SMS). Não há informações quanto a renda e, portanto, o primeiro gráfico remete ao binômio raça-cor das mulheres que vieram a óbito nos anos de 2019 a 2021 e o segundo são os dados de escolaridade dessas mesmas mulheres, podendo, segundo Salvato et al (2010) sugerir uma realidade econômica.

Gráfico 9 – Óbitos femininos segundo a raça/cor e o ano de ocorrência residentes em Goiânia (2019 – 2021).



Fonte: Elaboração própria, dados originais da Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia (SMS).

Diferente da realidade do estado⁹ o risco de vida da mulher negra na capital goiana não espelha o risco de vida da mulher negra em Goiás. Nos anos de 2019 a 2021 a população negra (pretos e pardos) goianiense perdeu, consecutivamente, 1.712 mulheres negras em 2019, 2.274 no ano de 2020 e 2.438 no ano de 2021. O volume de mortes de mulheres brancas superou o volume de óbitos de mulheres negras em 10,3%, 6,6% e 14% nos anos de 2019, 2020 e 2021 consecutivamente.

Entretanto, segundo o gráfico acima, nos três anos houve um volume de óbitos cuja raça-cor não foi informada, o que nos insere em um ambiente de insegurança pública e falta de equipamentos sociais, sendo necessário um trabalho focalizado para corrigir essa deficiência no espaço público. É relevante mencionar que se tratam de todas as mortes (naturais e violentas). É preciso evitar que os dados percam a qualidade, já que há um percentil de mulheres assassinadas cuja raça foi ignorada, o que pode ter ocorrido por não haver condições hábeis para o reconhecimento e classificação. Todavia, não há informações consistentes nesse sentido, deixando abertura para outras interpretações.

Quando olhamos para o nível de escolaridade (gráfico abaixo) as inconsistências são ainda maiores, havendo dois campos para a ausência de informação (não informado,

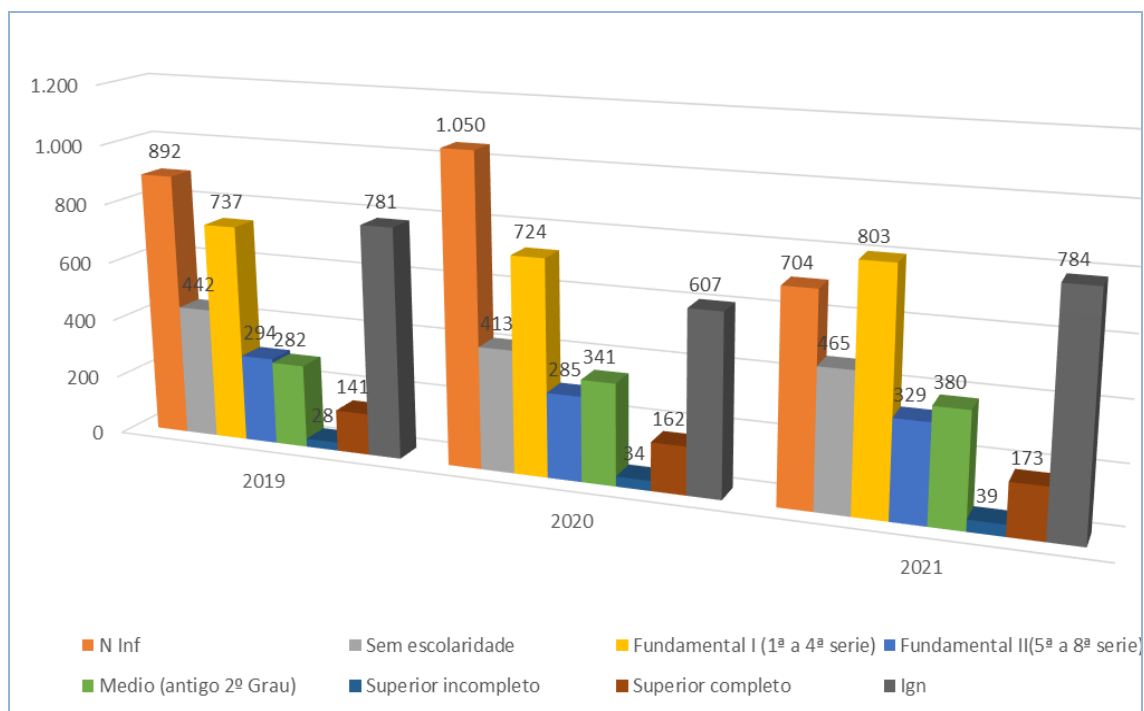
⁹ CF. CRUZ, J. A. R. Vidas Perdidas, Corpos Ignorados, Causas Obscuras: A Violência Contra A Mulher Nos Dados Recentes De Goiás E Região Centro-Oeste. Anais XII Seminário Internacional Pensar Direitos Humanos, 2021.

ignorado). Observando apenas o campo com o descritor “N. inf”, no ano de 2020 chegamos a 1050 óbitos cuja escolaridade não foi notificada. Nos demais anos a variável continua a apresentar um grande volume dentre as opções, em 2019, assim como em 2020, o volume de óbitos em que não foi informada a escolaridade é superior às demais variáveis. Apenas em 2021 a variável “não informada” ficou abaixo das demais variáveis. Se somarmos esses valores aos valores do campo “ign” teremos os seguintes valores de óbitos sem informação sobre escolaridade: 1.673 (2019); 1.657 (2020); 1.488 (2021).

A escolaridade média nas regiões mais pobres é cerca de três anos menor que nas regiões mais ricas. De fato, observa-se que a renda é diretamente proporcional à escolaridade, o que vem reforçar a hipótese de que o diferencial de renda pode ser explicado pela diferença de escolaridade (SALVATO et al. 2010, p.762).

Por outro lado, desprezando os casos não informados, podemos seguir os estudos que relacionam escolaridade a renda. Nesse sentido, definimos como diretriz quatro grupos que se relacionam com as variáveis apresentadas. O primeiro grupo identifica o montante de mulheres que se encontram “abaixo da linha de pobreza” onde se encontram as mulheres sem nenhuma escolaridade. O segundo grupo remete às mulheres com ensino fundamental I e II completos, compreendidas enquanto população de baixa renda. No terceiro caso, enquadramos os dados referentes às mulheres que vieram a óbito e possuíam apenas o ensino médio e ou não tinham concluído o ensino superior, compreendidas como população de classe média baixa. E, por último, os dados relativos às mulheres que concluíram o ensino superior remetem à população de classe média e classe média alta.

Aferimos que no ano de 2019 a grande maioria das mulheres que vieram a óbito, ou possuíam apenas a primeira fase do ensino fundamental (1ª a 4ª série) ou não possuíam nenhuma escolaridade, constituindo uma população de mulheres pobres, que ou possuíam uma baixa renda ou se encontravam abaixo da linha da pobreza quando vieram a óbito. Ao todo somam 1.163 mortes a mais que a população compreendida pela classe média baixa e 1.332 mortes a mais que a classe média e a classe média alta. Apesar do aumento geral no volume de mortes nos anos de 2020 e 2021, o quadro de mortes relacionado à renda segue o mesmo padrão, no qual as mulheres mais pobres são aquelas que mais vieram a óbito.

Gráfico 10 – Escolaridade das mulheres goianienses que vieram a óbito (2019 – 2021).

Fonte: Elaboração própria, dados originais da Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia (SMS).

Um diagnóstico mais preciso pode ser considerado pela instituição que detém a guarda dos dados, pois no processo de supressão da sensibilidade dos dados, alguns cruzamentos de informações deixaram de ser feitos. Igualmente, reforçamos a compreensão do cuidado dedicado a supressão de informação sensível pertencente aos dados originais. Todavia, com foco na efetivação e manutenção do observatório, sugerimos que o tratamento dos dados possa ser realizado por pesquisador vinculado ao observatório, garantindo um diagnóstico mais preciso da situação das mulheres na capital goiana.

6.2.2 Vacinação em Goiânia

Os dados sobre vacinação em Goiânia entre 2019 e 2021 mostram que, para a maior parte das vacinas, houve um certo equilíbrio entre quantidade de homens e mulheres vacinados contra as diferentes doenças. Apesar do equilíbrio, quando olhamos para todas as doses aplicadas, as mulheres se vacinaram mais. Essa diferença pode ser explicada pelo fato de que, historicamente no Brasil, as mulheres cuidam mais da saúde do que os homens. Segundo dados do Programa Nacional de Saúde (PNS), em 2019, a

proporção de mulheres que foi ao médico foi superior à dos homens (82,3% contra 69,4%) (GANDRA, 2021).

Uma das vacinas nas quais as mulheres superam em grande quantidade o número de homens é a da Hepatite B, e ela ajuda a explicar por que os índices de vacinação das mulheres nos três anos analisados é superior. Apesar de a vacina contra Hepatite B ser indicada para recém-nascidos, as pessoas que não são imunizadas devem tomar as três doses da vacina quando adultas. Cabe mencionar que a vacina é especialmente recomendada para mulheres grávidas não vacinadas na infância, o que provavelmente explica por que as mulheres tomam essa vacina muito mais do que os homens em Goiânia.

Outra questão importante que merece ser destacada é o fato de no ano de 2020, a taxa de vacinação na cidade de Goiânia ter sido muito inferior à de 2019. No primeiro ano da análise foram aplicadas no total 519.589 vacinas; enquanto em 2020 foram 389.132. Ou seja, foram 130.457 doses a menos. Em 2021, o número subiu para 550.972. Apesar de um pouco superior ao de 2019, ainda não parece ter sido suficiente para suprir a carência de doses aplicadas em 2020.

Vacinas de Proteção contra	2019			2020			2021		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
BCG (formas graves contra a tuberculose)	8.902	8.579	17.481	6.613	6.315	12.928	8.549	8.126	16.675
Pentavalente	16.779	16.182	32.961	14.154	13.333	27.487	20.703	19.243	39.946
dT (Difteria e Tétano)	25.234	30.411	55.645	16.565	20.215	36.780	24.941	26.666	51.607
Febre Amarela	14.660	14.303	28.963	21.184	21.028	42.212	28.202	26.445	54.647
Hepatite A pediátrica	7.849	7.656	15.505	6.276	5.769	12.045	9.054	8.614	17.668
Hepatite B	29.726	38.881	68.607	21.785	29.157	50.942	28.843	37.776	66.619
HPV (Papilomavírus Humano)	8.905	9.504	18.409	7.335	8.142	15.477	10.413	13.340	23.753
Meningocócica C	25.358	23.590	48.948	13.986	12.478	26.464	21.091	19.183	40.274
Pneumocócica 10V	19.328	18.591	37.919	11.820	11.082	22.902	20.200	19.034	39.234
Pneumocócica 23V	1.383	1.310	2.693	2.032	3.407	5.439	1.172	1.290	2.462
Vacina Injetável contra Poliomielite (VIP)	19.086	18.326	37.412	12.383	11.716	24.099	20.157	18.670	38.827
Vacina Oral contra Poliomielite (VOP)	12.213	11.804	24.017	8.696	8.118	16.814	13.535	12.975	26.510
Tetraviral (Sarampo, caxumba, rubéola e varicela)	6.987	6.817	13.804	3.726	3.408	7.134	575	521	1.096
DTP (Difteria, tétano e coqueluche)	5.124	5.024	10.148	11.727	10.971	22.698	15.450	14.901	30.351
Tríplice Viral (Sarampo, caxumba e rubéola)	28.561	37.384	65.945	17.384	21.103	38.487	23.515	23.699	47.214
Rotavírus	12.537	12.062	24.599	7.640	7.172	14.812	12.699	11.840	24.539
Varicela	7.747	8.786	16.533	6.113	6.299	12.412	14.423	15.127	29.550
TOTAL	250.379	269.210	519.589	189.419	199.713	389.132	273.522	277.450	550.972

6.2.3 *Análise das internações de mulheres atendidas no Sistema Único de Saúde (SUS) em Goiânia nos anos de 2019, 2020 e 2021*

Os dados sobre mortalidade, no Brasil, são adquiridos por meio do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Os dados de morbidade são produzidos através das doenças de notificação obrigatória, das doenças e acidentes de trabalho, e também das internações hospitalares, que incluem os diagnósticos e estão no Sistema de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde (SIH-SUS). O objetivo dessa seção é observar quais as principais doenças que levam as mulheres no município de Goiânia à internação no Sistema Único de Saúde (SUS).

Os registros sobre qual doença foi o motivo da internação obedecem ao que é estabelecido pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID). O CID determina a classificação e codificação das doenças e uma ampla variedade de sinais, sintomas, achados anormais, denúncias, circunstâncias sociais e causas externas de danos e/ou doença.

De tempos em tempos a CID é revista. Apesar da sua décima primeira edição (CID-11) estar em vigor desde 1º de janeiro de 2022, usaremos a sua versão anterior, a CID-10, publicada em 1992, uma vez que trabalharemos com os dados solicitados de 2019, 2020 e 2021 fornecidos pela Secretária Municipal de Saúde de Goiânia (SMS).

Existe uma hierarquia nos conceitos listados nessa classificação. Grupos maiores incluem grupos menores, que apresentam conceitos mais específicos. Esse mecanismo ajuda os profissionais da saúde no dia a dia, facilitando os diagnósticos. Por exemplo, o Capítulo I – Doenças infecciosas e parasitárias abrange doenças causadas por parasitas, como cólera, amebíase, tuberculose, viroses e micoses. Em síntese, agrupa as doenças infecciosas causadas por bactérias, fungos, protozoários e vírus. Os códigos variam de A00 a B99. Portanto, não será possível, nesse trabalho, identificar a causa específica da internação. Tão somente o grande grupo em que ela está inserida.

A CID está dividida em 22 capítulos, listados abaixo:

Quadro 3 – Capítulos da CID.

Capítulo	Título
I	Algumas doenças infecciosas e parasitárias.
II	Neoplasmas (tumores).

III	Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos e alguns transtornos imunitários.
IV	Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas.
V	Transtornos mentais e comportamentais.
VI	Doenças do sistema nervoso.
VII	Doenças do olho e anexos.
VIII	Doenças do ouvido e da apófise mastoide.
IX	Doenças do aparelho circulatório.
X	Doenças do aparelho respiratório.
XI	Doenças do aparelho digestivo.
XII	Doenças da pele e do tecido subcutâneo.
XIII	Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo.
XIV	Doenças do aparelho geniturinário.
XV	Gravidez, parto e puerpério.
XVI	Algumas afecções originadas no período perinatal.
XVII	Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas.
XVIII	Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte
XIX	Lesões, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas.
XX	Causas externas de morbidade e de mortalidade.
XXI	Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde.
XXII	Códigos para propósitos especiais.

FONTE: Elaboração própria, dados originais do Ministério Saúde

A partir dos capítulos (denominação que se dá a causa da internação) e a partir dos dados disponibilizados pela SMS foram elaboradas as tabelas apresentadas abaixo. Nelas trazemos as doenças, sinais, sintomas, achados anormais, queixas, circunstâncias sociais, causas externas que levaram as mulheres às internações entre os anos de 2019 a 2021. Desta forma, levando em conta as estatísticas apresentadas, buscamos compreender quais os principais diagnósticos que levam as mulheres goianienses a internação.

A tabela abaixo mostra os grandes grupos (capítulo) que provocaram internações nos anos de 2019, 2020 e 2021 de homens e mulheres. Nele podemos notar a prevalência de alguns diagnósticos em destaque, bem como o crescimento exponencial do número de internações derivadas de doenças infecciosas e parasitárias nos anos concomitantes à pandemia do vírus da COVID-19. Todavia, de forma geral, existe uma certa constância dos números entre os anos analisados e o número das principais causas de internações.

Tabela 19 – Internações por capítulo/ano (feminino e masculino).

Diagnóstico CID10¹⁰ (capítulo)	2019	2020	2021	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	3.799	9.077	14.787	27.663
II. Neoplasias (tumores)	5.492	4.946	5.038	15.476
III. Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos e alguns transtornos imunitários	469	395	433	1.297
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	879	746	890	2.515
V. Transtornos mentais e comportamentais	5.278	4.596	4.522	14.396
VI. Doenças do sistema nervoso	1.571	986	1.110	3.667
VII. Doenças do olho e anexos	1.135	829	925	2.889
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	113	51	76	240
IX. Doenças do aparelho circulatório	7.981	6.824	7.584	22.389
X. Doenças do aparelho respiratório	5.522	3.554	2.512	11.648
XI. Doenças do aparelho digestivo	7.114	5.210	5.273	17.597
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	1.058	808	865	2.731
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	2.415	1.231	1.422	5.068
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	5.166	3.726	4.140	13.032
XV. Gravidez parto e puerpério	11.479	10.543	10.513	32.535
XVI. Algumas afecções originadas no período perinatal	2.413	2.558	2.625	7.596
XVII. Malformações congênicas, deformidades e anomalias cromossômicas	662	323	425	1.410
XVIII. Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte	1.188	1.050	964	3.202
XIX. Lesões, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas	12.401	10.924	11.814	35.139
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	0	0	0	00
XXI. Contatos com serviços de saúde	1.341	1.595	1.867	4.803

¹⁰ Classificação Internacional de Doenças.

XXII. Códigos para propósitos especiais	0	2	0	2
Total	77.476	69.974	77.785	225.235

Fonte: Elaboração própria, dados originais da SMS

Quando comparados as motivações de internações entre os anos, o Capítulo 1, como anteriormente mencionado, se destaca. Este capítulo inclui as doenças infecciosas e parasitárias, que saem de 3.799 em 2019 e chegam a 14.787 em 2021. Esse aumento, possivelmente, foi alavancado pela infecção por Covid 19. Contudo, os dados não nos permitem fazer tal afirmação, uma vez que não apresentam os tipos específicos de infecções.

Somados os três anos, as ocorrências dos principais capítulos como causa de internação da população goianiense são as seguintes: lesões, envenenamento e algumas outras consequências de causas externas com 35.139; gravidez, parto e puerpério com total de 32.535; doenças infecciosas e parasitárias com 27.663; doenças do aparelho circulatório com 22.389; doenças do aparelho digestivo com 17.597; neoplasias (tumores) com 15.476; transtornos mentais e comportamentais com 14.396; doenças do aparelho geniturinário com 13.032; e doenças do aparelho respiratório 11.663.

Tabela 20 – Ocorrências de internações do sexo feminino por ano/capítulo.

Diagnóstico CID10 (capítulo)	2019	2020	2021	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	1.713	4.012	6.591	12.316
II. Neoplasias (tumores)	3.130	2.730	2.664	8.524
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	266	217	247	730
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	513	385	468	1.366
V. Transtornos mentais e comportamentais	2.012	1.800	1.779	5.591
VI. Doenças do sistema nervoso	810	493	492	1.795
VII. Doenças do olho e anexos	510	325	403	1.265
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	64	26	42	135
IX. Doenças do aparelho circulatório	4.078	3.146	3.602	10.826
X. Doenças do aparelho respiratório	2.734	1.653	1.180	5.567

XI. Doenças do aparelho digestivo	3.537	2.564	2.588	8.689
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	460	271	320	1.051
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	1.046	473	545	2.064
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	2.882	1.908	2.113	6.903
XV. Gravidez parto e puerpério	11.479	10.543	10.512	32.534
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	1.194	1.277	1.324	3.795
XVII. Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	345	160	179	684
XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	528	471	410	1.409
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	3.956	3.325	3.520	10.801
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	0	0	0	0
XXI. Contatos com serviços de saúde	703	739	755	2.197
XXII. Códigos para propósitos especiais	0	2	0	2
Total	41.960	36.520	39.734	118.214

Fonte: Elaboração própria, dados originais da SMS

Olhando diretamente para os dados de internações femininas, temos um volume expressivo que reincide sobre os mesmos capítulos que apresentamos na tabela anterior. Todavia é possível notar, ao compararmos as tabelas, como alguns casos de internações são mais comuns entre homens do que entre as mulheres, a exemplo do capítulo V, em que as internações femininas representam 38,8% do total de internações. Outro aspecto possível de ser observado é que há uma constância dos dados na maioria dos capítulos, oscilando pouco entre um ano e outro. Existe um leve declínio no número de internações no que confere aos capítulos XV e XVIII. Já nos capítulos XVI e XXI o que acontece é o contrário, há um leve aumento de incidências nos anos observados.

No ano de 2020, as doenças do sistema nervoso representadas no capítulo VI sofreram queda nas internações em quase 50% em relação aos dados apresentados no ano de 2019; já no ano de 2021, os dados se mantiveram consistentes em relação ao ano anterior. Isso também se repete nos capítulos XIII e XVII. Os capítulos II, V e X também

apresentam um declínio considerável do volume de internações, ainda que em menor escala.

Para além do capítulo I, o qual apresentou acentuada elevação no volume de incidências, o capítulo XXI também apresentou um aumento no seu volume entre os anos investigados. Este capítulo representa a procura comunitária por atendimento para exames e investigações, circunstâncias relacionadas à reprodução, riscos potenciais relativos a doenças sexualmente transmissíveis entre outras circunstâncias.

As informações quanto às internações de mulheres segundo raça/cor nos foram apresentadas segmentadas segundo ano de observação dos dados. Não produzindo sentido quanto a quais os tipos de ocorrências tendem a incidir sobre as mulheres de maneira cotejada, elas estão dispostas na tabela 3.

Tabela 21 – Internação de mulheres por raça/cor.

Cor/raça	2019	2020	2021	Total
Branca	3.295	2.269	4.401	9.965
Preta	438	401	572	1.411
Parda	24.282	20.694	25.304	70.280
Amarela	847	591	512	1.950
Indígena	9	7	3	19
Sem informação	13.089	12.558	8.942	34.589
Total	41.960	36.520	39.734	118.195

Fonte: Elaboração própria, dados originais da SMS.

Os dados presentes na tabela acima nos indicam que nos anos observados, a maior parcela da população feminina que buscou serviços de atendimento em saúde nos anos observados se declara enquanto mulheres pardas (70.280). Mulheres que se autodeclararam brancas somaram no total dos anos observados 9.965 mulheres. Há ainda um total de 1.950 mulheres autodeclaradas amarelas que tiveram internações nos anos observados, seguidas de 1.411 mulheres autodeclaradas pretas e 19 mulheres indígenas.

É necessária uma atenção especial ao volume de casos de internação sem informação, tendo em vista que o volume dessa perda de informação é superior ao número de mulheres autodeclaradas brancas, pretas, amarelas e indígenas. Já na tabela abaixo a perda da informação é superior a todas as demais classificações.

A esse respeito, os dados solicitados a SMS foram referentes aos anos 2019, 2020 e 2021. Entretanto, os dados pertinentes às internações por “capítulo e raça/cor” e “por faixa etária/capítulo” vieram agrupados de 2012 a 2021. Portanto, não foi possível avaliar os anos propostos, 2019, 2020 e 2012 em separado.

Tabela 22 – Internações por capítulo e raça/cor.

Cor/raça	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Sem informação	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	5.302	275	10.072	291	2	12.506	28.448
II. Neoplasias (tumores)	2.714	380	7.266	312	3	21.708	32.383
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	442	24	1.119	16	0	1.220	2.821
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	1.373	39	2.010	167	1	2.580	6.170
V. Transtornos mentais e comportamentais	836	301	6.618	786	18	10.863	19.422
VI. Doenças do sistema nervoso	649	69	2.461	114	0	3.541	6.834
VII. Doenças do olho e anexos	458	44	2.622	48	0	1.102	4.274
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	92	11	238	19	0	343	703
IX. Doenças do aparelho circulatório	8.861	306	13.227	484	4	18.718	41.600
X. Doenças do aparelho respiratório	8.660	157	10.765	333	2	11.311	31.228

XI. Doenças do aparelho digestivo	4.740	276	13.381	861	1	16.587	35.846
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	859	31	1.831	45	2	1.513	4.281
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	1.306	88	3.966	175	1	3.769	9.305
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	4.760	176	11.153	335	0	13.086	29.510
XV. Gravidez parto e puerpério	3.655	974	46.650	1.106	19	70.067	122.471
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	682	18	4.465	41	3	4.639	9.848
XVII. Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	337	23	1.188	77	1	1.163	2.789
XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	383	33	2.247	46	0	1.816	4.525
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	4.653	214	18.381	382	0	9.481	33.111
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	1	0	8	0	0	10	19
XXI. Contatos com serviços de saúde	741	50	2.596	60	0	3.284	6.731
XXII. Códigos para propósitos especiais	1	0	1	0	0	1	3
Total	51.505	3.489	162.265	5.698	57	209.308	432.322

Fonte: Elaboração própria, dados originais da SMS

Com observância aos dados cedidos pela SMS presentes na tabela acima, mulheres pardas continuam representando a maior parcela das internações na série

temporal. A principal motivação para estas internações se encontra no Capítulo XIX - Lesões, envenenamentos e alguma outra consequência de causas externas, somando na série temporal 18.381 internações. Esse capítulo compreende 1457 códigos para doenças subdivididas em 24 grupos. Os primeiros 100 códigos de doenças e enfermidades alocados nesse capítulo dizem respeito a traumatismos diversos. O capítulo também comporta queimaduras, geladuras, intoxicações, complicações derivadas de traumatismos, complicações de cuidados médicos e cirúrgicos, sequelas dos traumatismos, intoxicações e outras causas externas. Destarte a abrangência do capítulo colabora para a compreensão da amplitude do número de incidências, contudo não promove evidências para a construção de políticas públicas focalizadas.

Observando o segundo maior grupo cotejado por raça/cor temos um grande volume de internações de mulheres brancas no capítulo IX e X, na série temporal apresentada, sendo 8.861 e 8.660 internações sucessivamente. Já a população de mulheres de identidade racial amarela apresentou um volume considerável nos capítulos XI e V no que compete as ocorrências de internação. O capítulo que mais apresentou internações relativas à população de mulheres pretas foi o capítulo II. A população de mulheres indígenas na série temporal observada somou o total de 57 internações distribuídas pelos diversos capítulos, mas com maior incidência no capítulo V.

Visando o entendimento sobre a questão geracional e as incidências de internação, analisamos os dados oferecidos pela SMS segundo faixa etária / Capítulo (tabela acima). Como afirmado anteriormente, estes dados compreendem a série temporal de 2012 a 2021, não havendo, portanto, um grande impacto estatístico referente à pandemia da COVID – 19.

Neste sentido, observa-se, quanto às internações por doenças infecciosas e parasitárias (capítulo I), que as ocorrências não são muito discrepantes entre as diferentes faixas etárias. Já as neoplasias (capítulo II) ocorrem em todas as faixas etária. Contudo, na faixa etária a partir dos 30 anos tendem a aumentar. As doenças do sangue (capítulo III) apresentam um grande número de informações ignoradas sobre a faixa etária, tal qual os valores não apresentam uma grande variação entre as faixas etárias. Apesar do baixo volume em âmbito geral, as doenças endócrinas nutricionais (capítulo IV) atingem principalmente a faixa etária compreendida entre 1 e 4 anos de vida e estão presentes em todas as faixas etárias.

Nas tabelas anteriores vimos que há um grande volume de mulheres que buscam internações motivadas por transtornos mentais e comportamentais (capítulo V), na tabela

5 podemos notar que a procura começa a crescer a partir da faixa etária iniciada aos 20 anos de idade e mantém em ascensão até a faixa que compreende os 44 anos de idade, quando o volume das internações começa a retrair.

O maior pico de internações no capítulo VI, remetido as doenças dos nervos, acontece na faixa etária de 50 a 54 anos. Todavia, a incidência de internações femininas nesse capítulo é baixa, considerando que os dados apresentados são referentes a quase uma década. As doenças de olhos (capítulo VII) incidem com maior frequência sobre as mulheres a partir dos 40 anos mantendo-se em crescimento até os 69 anos e descrece o número de internações por essa motivação até os últimos anos de vida. No caso das doenças de ouvido (capítulo VIII) há um baixo volume considerando a série temporal, em todo caso, seu pico acontece na faixa etária de 35 a 39 anos.

Tabela 23 – Internação de mulheres em Goiânia de 2012 a 2021 por faixa etária/capítulo

Faixa etária	I	I I	III	I V	V	V I	VII	VIII	I X	X	X I	X II	XIII	X I V	X V	X VI	XVII	XVIII	X I X	XX	XX I	XXII	TOTAL
<1 ano	1.608	8 1	62	350	1	250	46	12	1 1 9	3.474	3 6 9	127	9	5 0 6	5	9.427	660	9 8	1 5 7	0	9 8	0	17.459
1-4 anos	2.519	5 0 8	146	789	1 2	365	115	45	5 5	4.900	1.084	355	111	7 6 0	0	1 6	405	119	8 7 5	1	105	0	13.285
5-9 anos	1.091	4 6 8	106	367	1 3	226	103	44	6 3	2.723	9 5 0	228	174	5 0 2	5	3	217	106	1.081	0	4 9	0	8.519
10-14 anos	8 1 1	5 2 0	156	139	7 4 0	251	45	34	4 1 6	7 1 6	1.312	195	295	1.967	22.610	5 4	126	160	1.476	2	136	1	32.162
20-24 anos	9 9 0	5 7 3	187	201	1.249	288	63	37	6 9 5	7 6 6	2.063	259	385	2.700	37.074	108	124	188	2.503	0	540	0	50.993
25-29 anos	1.235	9 0 7	174	237	1.726	250	96	43	1.147	7 9 4	2.559	248	432	2.568	29.782	8 4	146	244	2.443	1	1.479	1	46.596
30-34 anos	1.432	1.477	157	364	2.286	327	81	55	1.667	8 0 8	2.970	292	580	2.597	19.164	6 7	126	281	2.537	2	1.456	0	38.726
35-39 anos	1.694	2.513	198	385	2.659	470	99	84	2.437	8 3 7	3.262	282	687	2.802	9.870	3 0	122	352	2.499	1	944	0	32.227
40-44 anos	1.838	3.719	214	378	2.835	537	148	70	2.808	9 0 7	3.162	276	713	2.865	2.820	1 6	110	333	2.351	1	438	0	26.539
45-49 anos	1.872	4.298	217	396	2.731	586	215	74	3.534	1.023	3.145	313	812	2.451	2 0 6	1	109	455	2.302	2	247	0	24.989
50-54 anos	2.005	3.695	155	399	2.088	768	366	58	4.052	1.153	3.110	325	961	1.980	1 2	2	124	394	2.363	0	218	0	24.228
55-59 anos	2.037	3.219	147	403	1.602	648	545	48	4.619	1.398	2.932	262	988	1.726	7	3	123	353	2.297	2	229	0	23.588
60-64 anos	1.925	2.970	134	364	7 5 8	515	559	19	4.478	1.464	2.478	223	922	1.516	3	4	8 9	349	2.136	1	247	0	21.154
65-69 anos	1.785	2.389	170	307	3 6 2	378	607	15	4.225	1.678	2.028	234	650	1.248	0	2	6 5	304	1.777	2	184	1	18.411
70-74 anos	1.573	1.838	157	247	1 1 7	311	522	5	3.743	1.867	1.476	187	488	9 8 0	3	5	2 9	239	1.712	2	9 9	0	15.600
75-79 anos	1.350	1.398	130	240	3 5	210	344	1	3.204	2.006	1.073	125	353	7 8 8	0	6	1 3	199	1.546	0	8 6	0	13.107
80e + anos	2.009	1.463	167	363	1 7	265	241	1	4.243	3.614	1.177	187	418	1.071	0	1 6	1 0	241	2.306	2	109	0	17.920
Ignorados	6 7 4	3 4 7	144	241	1 9 1	189	79	58	9 5	1.100	6 9 6	163	327	4 8 3	9 1 0	4	191	110	7 5 0	0	6 7	0	6.819
T o t a l	28.448	32.383	2.821	6.170	19.422	6.834	4.274	703	41.600	31.228	35.846	4.281	9.305	29.510	122.471	9.848	2.789	4.525	33.111	19	6.731	3	432.322

Fonte: Elaboração própria, dados originais da SMS

6.3 Dados obtidos na Agência da Guarda Civil Metropolitana sobre atendimento às mulheres em Goiânia

A reforma gerencial da gestão pública conquistada nos anos de 1990, entre outras mudanças que ampliaram a democracia no país, contribuíram para o desenvolvimento do interesse institucional pela temática da elaboração de indicadores sociais voltados para a formulação de políticas públicas (GARCIA, 2001; COSTA; CASTANHAR, 2003).

Enquanto um órgão de segurança pública, a Agência da Guarda Civil Metropolitana de Goiânia (GCM) busca garantir a proteção da população como um todo, do patrimônio público e do meio ambiente. Para tanto realiza as ações por meio do patrulhamento preventivo, do mapeamento de áreas de risco, bem como do recebimento de denúncias. Entre os serviços prestados pela GCM estão sob sua competência os casos de: atentados contra a vida; violência doméstica; crimes contra a criança e adolescente; crimes contra o patrimônio público; crimes contra o meio ambiente; crimes contra os animais; tráfico de drogas em espaços públicos; uso de cerol e linhas cortantes; desastres naturais; e a busca por desaparecidos. Por conseguinte, é correto afirmar que a GCM opera a partir de Unidade de Comando Regional (UCR) e Unidades Especializadas, sendo a Patrulha Mulher Mais Segura uma dentre as demais formas de policiamento e gerenciamento de crises (GOIÂNIA, 2022).

Havendo sido solicitado colaboração entre as secretarias para averiguação das bases de dados municipais, tal qual as condições para o fomento do Observatório das Mulheres em Goiânia, em três ocasiões reuniram-se os servidores municipais da segurança pública de Goiânia e as pesquisadoras do projeto.

Na primeira oportunidade, os representantes da GCM apresentaram um conjunto de dados de elaboração própria, relativos aos anos de 2019 a 2021, os quais serão discutidos a seguir. Na segunda oportunidade, após discutir com maior profundidade as demandas do *Projeto para Análise das Bases de Dados sobre Situação das Mulheres em Goiânia e Produção de Subsídios para a Criação do Observatório da Mulher* foi elaborado um questionário, posteriormente enviado, com as principais questões para a compreensão da situação das mulheres em termos de segurança pública. Conquanto a colaboração estabelecida, não houve um retorno a respeito das questões enviadas. Portanto, passaremos à discussão dos dados entregues anteriormente.

O primeiro conjunto de dados remete ao programa Patrulha Mulher Mais Segura, o seguinte remete a todos os demais atendimentos realizados pelos diversos núcleos da GCM, havendo ainda intersecções das informações prestadas em reunião colaborativa.

Programa Mulher + Segura

Voltado ao atendimento de mulheres em situação de violência na capital goiana, o programa foi pensado segundo o art. 8 da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) em que “a política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” (Lei nº 11.340/2006). Por objetivo, o programa destina-se ao atendimento especializado e à verificação de medidas protetivas definidas pela Lei Maria da Penha (GOIÂNIA, 2022b).

Na elaboração do programa os resultados esperados seriam: o acompanhamento de mulheres beneficiadas com medidas protetivas; o efetivo encaminhamento para a rede de atendimento; institucionalizar e desenvolver programas de prevenção primária e secundária no enfrentamento da violência contra as mulheres, estimulando o envolvimento de organizações governamentais, não-governamentais e a comunidade; qualificar a atuação do Município no enfrentamento da violência contra a mulher, de modo a reduzir a incidência desse tipo de criminalidade; reduzir o feminicídio; e integrar a Guarda Civil Metropolitana no rol de órgãos que tratam do combate à violência contra a mulher no âmbito do Município de Goiânia (MATOS, 2018).

O relatório de atendimento e pesquisa é um instrumento de registro de ocorrência do programa Patrulha Mulher Mais Segura. Elaborado pela Agência da Guarda Civil Metropolitana, o documento é utilizado durante os atendimentos às requerentes de medida protetiva. A cada atendimento ele deve ser utilizado para prestar informações da requerente e do ocorrido. As informações solicitadas a respeito da requerente são: número do processo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJ-GO); se 1º juizado ou outro; nº sistema GCM; data do atendimento; nome da requerente; data de nascimento; Registro Geral (RG); endereço; telefone; escolaridade; se possui renda própria; qual o tempo do relacionamento com o requerido; quantidade e idade dos filhos; se foi procurada pelo autor da violência após a medida protetiva; se sim informar o meio; principais necessidades da requerente. Já a respeito do requerido o relatório apenas solicita o nome completo; o Cadastro de Pessoa Física (CPF) do requerido e se o requerido tem o mesmo endereço da requerente.

As pesquisadoras solicitaram acesso a essas informações, já que o relatório entregue pela GCM não continha esses dados, mas não foi possível ter acesso ao sistema da GCM onde esses relatórios estão escaneados.

É importante ressaltar que

A transparência e o monitoramento a respeito das Medidas Protetivas de Urgência (MPUs) processadas no Poder Judiciário brasileiro no que concerne ao tema da violência doméstica e familiar contra as mulheres e meninas são obrigações do Estado brasileiro junto ao sistema interamericano de direitos humanos. São, ainda, um dever constitucional, além de se configurarem como diretrizes previstas na Lei Maria da Penha (LMP) endereçadas ao sistema de justiça para a adequada implementação das políticas de enfrentamento à violência doméstica e familiar no país (PASINATO; SEVERI, 2022).

O acompanhamento de medidas protetivas é uma das principais funções do programa Mulher Mais Segura. Ressalta-se que devido à pandemia da Covid-19, a Lei 14.022/2020 permitiu, a partir da criação de canais eletrônicos, a solicitação das medidas protetivas de urgência via atendimento virtual para garantir a celeridade no acesso ao direito. Com igual importância, a referida lei prorrogou automaticamente aquelas que estavam em vigor pelo período da pandemia (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA et al., 2022).

Em relação ao número de mulheres cadastradas no programa com medidas protetivas entre os anos de 2019 e 2021, há um total de 1804 mulheres. Dessas, 621 mulheres foram cadastradas em 2019, 486 em 2020 e 697 no ano de 2021. O documento informa ainda que no ano de 2021, das 1.804 medidas que estavam ativas, mais de um terço se tornaram inativas, um total de 298 medidas protetivas foram desativadas. Isso ocorre porque a medida protetiva, em especial aquelas realizadas em regime de urgência, são cautelares, não podendo existir por um tempo indefinido com risco de crime de constrangimento ilegal (STJ, 2020). Há também situações em que a requerente e o autor da violência retornam ao relacionamento, nesses casos a medida protetiva deixa de ter validade (PEDRÃO, 2020).

Dessa forma, o quadro que se apresenta é de um total de 779 medidas protetivas remanescentes, sendo 136 do ano de 2019, 204 do ano de 2020 e 439 do ano de 2021. Observa-se, a partir do Relatório de Produtividade do Programa Mulher Mais Segura de 2021, que o segundo semestre obteve o maior número de medidas protetivas inativas, sendo outubro o mês com o maior número de processos desativados, com 59 medidas protetivas inativas neste mês. Com relação ao recebimento de novas ordens judiciais do mesmo tipo, a média mensal são de 57,75 medidas no ano de 2021, sendo que só no mês de setembro houve um total de 90 medidas protetivas recebidas, outro mês que se destacou no quantitativo recebido foi o mês de novembro, com o recebimento de 81 medidas protetivas.

Em Goiânia, foi ponderado que dentre as 200 ordens judiciais encaminhadas à GCM, através de Ofícios e Mandados no ano de 2021, houve um aumento nestas demandas a partir do mês de março, tendo ocorrido um acréscimo desproporcional de 75 ordens judiciais no mês de junho. Outro dado importante é o número de acompanhamentos realizados no ano, apesar da crise pandêmica e sanitária do Covid-19 que conduziu a períodos de isolamento e

distanciamento social, foi possível realizar 725 acompanhamentos às requerentes de medidas protetivas. Contudo, devido a um pico de contaminação por Covid-19 no município, os atendimentos realizados nos meses de janeiro e março se deram via telefone. Distingue-se, nesse quesito, as ocorrências em novembro e dezembro, pois verifica-se um índice de 109 e 102 atendimentos nesses meses. Com relação aos atendimentos via telefone, devido à Covid-19, notifica-se que ao todo foram realizados 1.459 acompanhamentos a requerentes de medida protetiva nesse período. Destaca-se novamente os meses de dezembro e outubro como meses em que mais houve a necessidade de acompanhamentos, 146 e 140, respectivamente.

A principal faixa etária assistida foi a de mulheres em idade produtiva, dos 18 anos até 40 anos (68,68 %). Entretanto, o programa assiste meninas e mulheres desde os 12 anos de idade até as mulheres maiores de 71 anos, conforme pode ser percebido na tabela abaixo.

Tabela 24 – Faixa etária de mulheres atendidas pela GCM através do programa Mulher Mais Segura.

FAIXA ETÁRIA	PERCENTUAL
12 a 17 anos	2,20
18 a 30 anos	31,87
31 a 40 anos	36,81
41 a 50 anos	13,74
51 a 60 anos	1,10
61 a 70 anos	3,30
71 acima	3,85
Não informado	7,14

FONTE: SIIAGG, Sistema Atendimento da AGCMG e Adm. Patrulha Mulher Mais Segura, 2021.

Muito embora os dados apresentados em relação às mulheres longevas sejam menores do que em relação às mulheres em idade produtiva, é importante reforçar a atenção a estes

casos. Como alertou Dias, Lopes e Lemos (2018), a violência doméstica é o tipo de criminalidade dominante nessa faixa de idade, seguida dos crimes contra a vida e integridade física e cárcere privado. Os autores enfatizam ainda que dentre os casos de violência doméstica é recorrente a presença de denúncias relativas a maus tratos psíquicos, além dos maus tratos físicos (DIAS; LOPES; LEMOS, 2018). Nesse sentido, observa-se a presença de ocorrências reativas de agressão física e psicológica da mulher, bem como de situação de risco e cárcere privado no ano de 2021.

A verificação das quebras de medidas protetivas ocorre mensalmente pela GCM. Em 2021 a guarda realizou 121 verificações, 20 delas aconteceram em setembro, mês em que foi notificada uma violação de medida protetiva e outras 18 ocorreram em dezembro quando houve outras duas violações de medida protetiva.

Em reunião entre as pesquisadoras e representantes da GCM foi informado que não há uma média de tempo de atendimento, tendo em vista a singularidade de cada caso, mas que já houve situações em que foi necessário a guarda permanecer em atendimento por mais de 8 horas seguidas. Enfatizou ainda que a capital goiana conta com um sistema de inteligência e segurança auspicioso, com uma proposta de instalação de câmeras para otimizar as investigações com o auxílio da tecnologia de reconhecimento facial. Essa proposta caminhará em conjunto com o software já desenvolvido e em atividade conhecido por “botão do pânico”, ampliando a segurança das mulheres com medida protetiva requerida.

Outro dado importante ressaltado na reunião diz respeito à verificação dos acompanhamentos por região. A verificação geolocalizada garante uma melhor compreensão das demandas quando observada com outros fatores. Todavia é importante ressaltar que os dados fornecidos a esse respeito apresentam incongruências no que diz respeito aos percentis de atendimentos. Além disso, no que se refere aos acompanhamentos mensais realizados às requerentes no ano de 2021, o quantitativo apresentado difere das informações prestadas no mesmo relatório, sugerindo uma emergente necessidade de reavaliação e diligência, seja no processo de preenchimento do relatório de atendimento e pesquisa do qual se originam os dados, seja na capacidade informacional e acurácia.

De toda sorte, foi notificado que as sete regiões de Goiânia contaram com atendimento no ano de 2021, sendo que a maior parcela das demandas veio da região sudoeste que conta com um universo de 103 bairros. A região noroeste, que contém 57 bairros, foi a segunda mais atendida naquele ano, seguida pela região sul (26 bairros), norte (73 bairros), leste (92 bairros), centro (71 bairros) e oeste (106 bairros).

Nesse sentido, também nos foi apresentada a relação dos 10 bairros goianienses com maior quantitativo de atendimentos.

Tabela 25 – Proatividade - Acompanhamentos dos 10 bairros com mais atendimentos da patrulha Mulher Mais Segura.

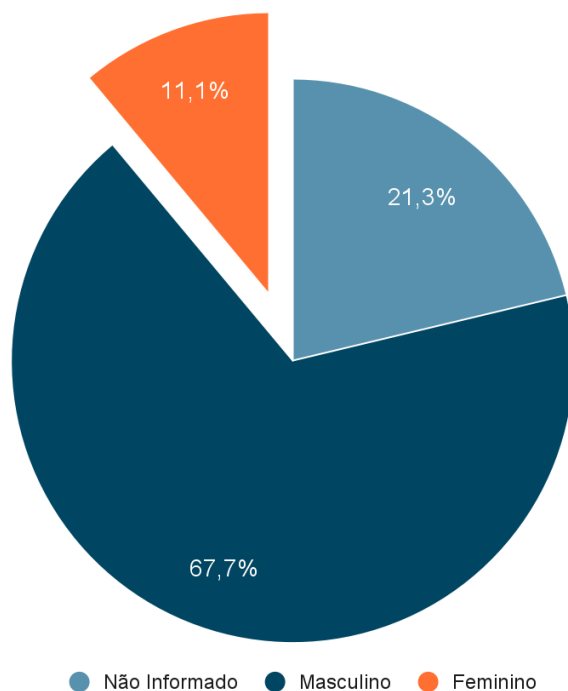
Nº	BAIRRO	QUATITATIVO
1	Conjunto Cachoeira Dourada	12
2	Jd. Novo Mundo	10
3	Setor Bueno	07
4	Setor Candida de Moraes	07
5	Bairro Floresta	05
6	Jd. Curitiba	05
7	Setor Pedro Ludovico	05
8	Setor Leste Universitário	04
9	VI. Finsocial	04
10	VI.Jd. São Judas Tadeu	04

FONTE: GCM, Relatório de produtividade programa mulher mais segura - Janeiro a Dezembro - 2021. Mulheres assistidas pela patrulha mulher mais segura. Goiânia, 2021.

Ressaltada a importância dessa informação para a provisão de ações estratégicas no que tange a segurança das mulheres, é preciso ressaltar que a precisão informacional só pode ser obtida a partir da leitura conjunta dos dados fornecidos. Outra informação prestada que convém ressaltar é que cada servidor em atendimento que realiza o preenchimento do relatório de atendimento e pesquisa tem o prazo de 24 horas para realizar a entrega. Isso ocorre para que o relatório seja relido e revisado visando um relato mais objetivo e preciso dos fatos e informações prestadas.

Para Além da Patrulha Mulher Mais Segura

Gráfico 01 - Envolvimento das Pessoas em Ocorrências Atendidas pela GCM. Por Sexo. 2019 - 2021 (%).



Fonte: Sistema Integrado de Informações e Atendimentos da GCM de Goiânia (SIIAGG), 2022.

Quando pensamos em segurança pública em diálogo com a categoria mulher, muitas vezes acabamos por reificá-las em uma posição única. Todavia, sabe-se que para a compreensão integral da segurança pública das mulheres é necessário reconhecer todas as formas de envolvimento nas quais as mulheres estão presentes. Desta forma, os dados a seguir visam subsidiar esse entendimento.

Dos anos de 2019 a 2021 as ocorrências atendidas pela

GCM somam um total de 25.092, destes 2.774 das pessoas envolvidas nas ocorrências eram do sexo feminino, o equivalente a 11% (conforme gráfico acima). Os tipos de envolvimento são os mais diversos, prevalecendo a abordagem como o tipo de envolvimento mais recorrente, seguida pelo envolvimento enquanto vítima e solicitante. Como as mulheres são, geralmente, as responsáveis por suas/seus filhas/os e muitas vezes até netas/os, elas também aparecem em volume considerável enquanto testemunhas e responsável legal. A situação em que a mulher é entendida enquanto incapaz ocupa a 9ª posição e mulheres autoras da ocorrência surgem enquanto o quinto tipo de envolvimento com maior volume entre os anos de 2019 e 2021 (tabela abaixo).

Tabela 26 – Tipos de Envolvimento de Mulheres em Ocorrências da GCM. Acumulado: 2019 a 2021. Números Absolutos.

<i>Tipo Envolvimento</i>	<i>2019</i>	<i>2020</i>	<i>2021</i>	<i>Total Geral</i>

Vítima	512	201	276	989
Autora	43	41	63	147
Infratora	14	---	5	19
Testemunha	62	35	58	155
Solicitante	92	79	64	235
Responsável Legal	22	24	40	86
Abordada	331	352	355	1.038
Condutora	27	21	50	98
Incapaz	2	3	2	7
<i>Total</i>	<i>1.105</i>	<i>756</i>	<i>913</i>	<i>2.774</i>

Fonte: Sistema Integrado de Informações e Atendimentos da GCM de Goiânia (SIIAGG), 2022.

A tabela acima nos mostra ainda o envolvimento de mulheres em ocorrências nas quais elas eram condutoras e infradoras. A GCM informou que no ano de 2021 houve seis acidentes de trânsito nas quais mulheres foram atendidas. Em relação à natureza das ocorrências atendidas pela Guarda, as mulheres aparecem 35 vezes como autoras/infradoras de crimes patrimoniais, injúrias e ocorrências de trânsito, sendo estas as ocorrências com maior volume dentro do binômio autoras/infradoras. Todavia, enquanto vítimas dos mesmos tipos de ocorrência, esse volume sobe para 79, mais que o dobro das ocorrências. A aglutinação das naturezas nesse aspecto pode prejudicar a compreensão real do ocorrido, tendo em vista que mulheres são comumente alvos preferidos nos crimes patrimoniais. Quando olhamos para os dados sobre tentativa de latrocínio temos apenas um caso relatado.

Tabela 27 – Principais Ocorrências com o Envolvimento de Mulheres. Acumulado: 2019 a 2021. Números Absolutos.

NATUREZAS DE OCORRÊNCIAS	VÍTIMAS	AUTORAS / INFRATORAS	TOTAL
Homicídio Tentado	2	1	03
Latrocínio Tentado	1	---	01
Maus Tratos / Agressões Físicas, Psicológicas Ou Moral A Mulher	55	5	60
Agressões / Vias E Fato	38	7	45
Ameaças	22	1	23
Assédio Sexual	3	---	03
Ato Libidinoso / Obsceno Importunação Sexual	2	---	02
Mulher Em Situação De Risco Ou Em Cárcere Privado	12	1	13
Violações De Medidas Protetivas	58	2	60
Crimes Patrimoniais / Injúrias Trânsito	79	35	114
Outros Apoios E Assistências A Mulher	2.450		2.450
Acumulado: 2019 A 2021			2.774

Fonte: Sistema Integrado de Informações e Atendimentos da GCM de Goiânia (SIAGG), 2022.

As ocorrências típicas enquadradas nos casos de violência doméstica ainda são a principal ameaça à vida da mulher, sendo a violação das medidas protetivas e maus tratos / agressões físicas, psicológicas ou moral à mulher as naturezas das ocorrências com os maiores volumes declarados pelo sistema integrado de informações e Atendimento da GCM de Goiânia. Ressalta-se os crimes enquadrados no art. 21 conhecido como “Vias e Fato” com um volume de 38 ocorrências em que mulheres foram vítimas e outras sete em que mulheres foram autoras/infratoras. Chamam a atenção os dados das vítimas de situação de risco e ou em cárcere privado, bem como de ameaças: foram 12 casos de mulheres em situação de cárcere privado e 22 ameaças registradas pela guarda. Das 2.774 ocorrências notificadas, as mulheres foram autoras/infratoras em 52 delas.

Um dos fatores de máxima relevância para a elaboração de políticas públicas focalizadas é compreender o contexto em que os sujeitos para os quais serão destinadas as políticas públicas vivem. Desta forma, os dados relativos ao local de residência, raça-etnia, idade, escolaridade, ocupação e renda são imprescindíveis para uma melhor compreensão das demandas. Todavia, para garantir maior eficácia, essas informações devem ser prestadas sempre em relação à natureza das ocorrências

Diferente dos acompanhamentos realizados pelo programa Patrulha Mulher Mais Segura, no gráfico abaixo a região central aparece com o maior número de atendimentos, tendo quase o dobro de ocorrências da região sudoeste que ocupa a segunda posição. Ao compararmos os dados do gráfico abaixo com as bases dos atendimentos realizados pela Patrulha Mulher Mais Segura e os dados da tabela podemos inferir que a diferença se dá devido à natureza das ocorrências nas quais as mulheres foram atendidas.

Gráfico 02: Ocorrências da GCM com o Envolvimento de Mulheres. Por Regiões. Acumulado: 2019 a 2021. Em Percentuais.

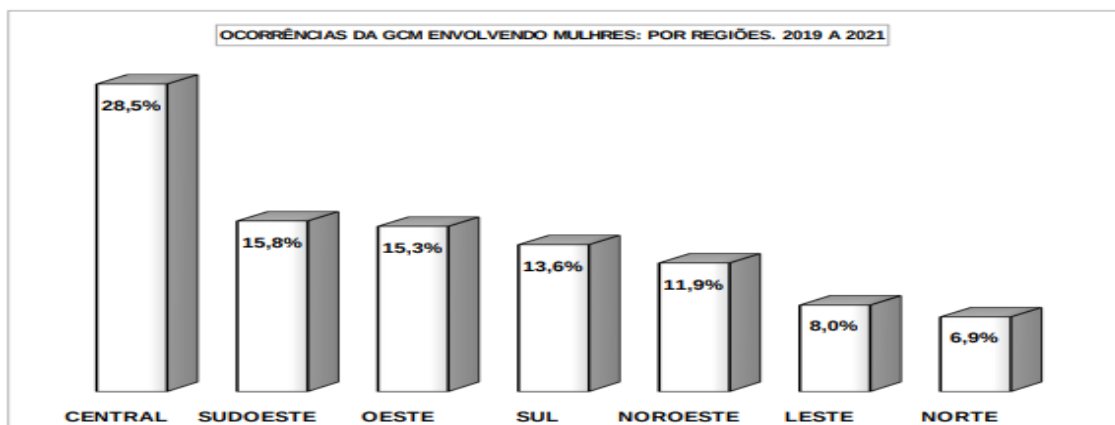
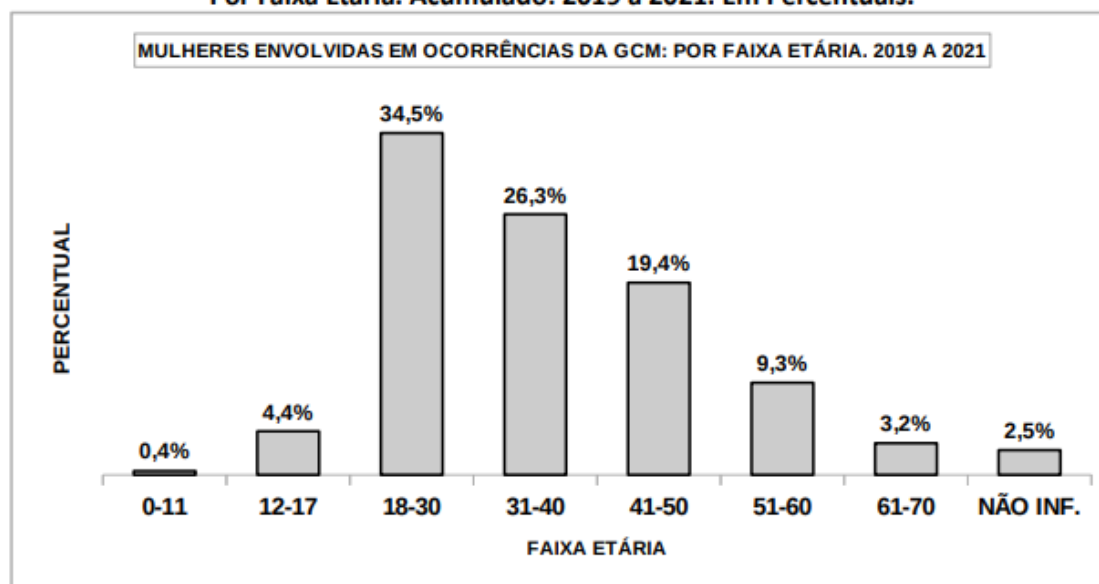


Gráfico 03: Mulheres Envolvidas em Ocorrências da GCM. Por Faixa Etária. Acumulado: 2019 a 2021. Em Percentuais.

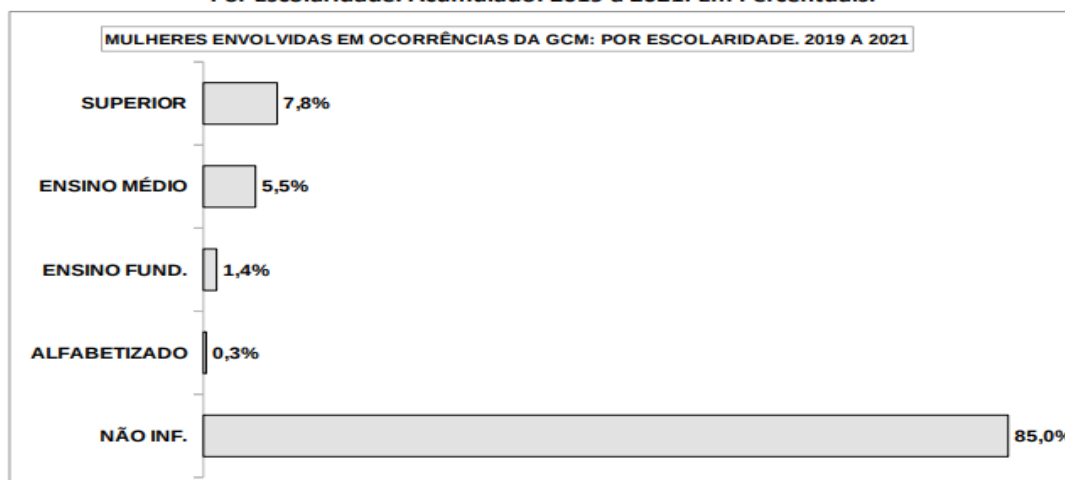


Fonte: Sistema Integrado de Informações e Atendimentos da GCM de Goiânia (SIIAGG), 2022.

O mesmo cenário pode ser observado com relação à faixa etária das mulheres envolvidas em ocorrências (gráfico acima). As mulheres em idade produtiva continuam sendo o maior percentil de envolvimento nas ocorrências, todavia há um aumento percentual de 51,51% em relação às mulheres acima de 51 anos. Com relação à qualidade da informação, também se pode observar uma melhora, tendo em vista que o indicador “Não informado” sofreu uma queda de 4,64 pontos percentuais.

Tradicionalmente os dados de escolaridade são relacionados à renda e melhores oportunidades de emprego.

**Gráfico 04: Mulheres Envolvidas em Ocorrências da GCM.
Por Escolaridade. Acumulado: 2019 a 2021. Em Percentuais.**



Fonte: Sistema Integrado de Informações e Atendimentos da GCM de Goiânia (SIAGG), 2022.

Ao olharmos para o gráfico 4 notamos uma ausência de precisão dos dados, considerando que o indicador “Não informado” apresenta a grande maioria das respostas obtidas, 85%. Sem embargo, 15% das demais se distribuíram entre superior (7,8%), ensino médio (5,5%), ensino fundamental (1,4%) e alfabetizado (0,3%).

6.4 Dados obtidos na Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

A pandemia de Covi-19 afetou as mulheres de maneira desigual. Pesquisa realizada pela Gênero e Número e Sempre Viva Organização Feminista - SOF (2020) mostra, por exemplo, que 50% das mulheres passaram a cuidar de alguém durante a pandemia, sendo as mulheres negras as que perceberam isso com mais força (55%); e que o desemprego atingiu mais as mulheres negras (58%). Além disso, quando se observa os motivos da indisponibilidade das mulheres para o mercado de trabalho, 34,8% das mulheres negras indicaram o cuidado dos afazeres domésticos como motivo, enquanto 26,7% das mulheres brancas também o fizeram (NPEGen, 2021). Entre os homens, o percentual é menor do que 3,5%.

A crise econômica e de saúde obrigou a tomada de decisões urgentes que conseguissem aplacar as consequências sociais decorrentes da pandemia. Nesse contexto, o Auxílio Emergencial pago em 2020 pelo governo federal, no valor de R\$ 600,00 para a população em geral que estava incluída nos requisitos estabelecidos na legislação e R\$ 1.200,00 para mães provedoras de família, teve efeitos importantes para diminuir a vulnerabilidade da população e, inclusive, os níveis de pobreza.

antes da pandemia a pobreza atingia 33% das mulheres negras, 32% dos homens negros e 15% das mulheres brancas e dos homens brancos. Em julho de 2020,

considerando o AE [auxílio emergencial], a pobreza caiu substancialmente para mulheres e homens negros. Em outubro de 2020, a pobreza caiu ligeiramente entre os negros (32% para mulheres negras e 31% para homens negros) e subiu ligeiramente entre os brancos (16% para homens e mulheres brancos). (NASSIF-PIRES; CARDOSO; OLIVEIRA, 2021, p. 5).

Porém, em 2022, o valor do auxílio foi reajustado, caindo pela metade, o que, segundo previsões de Nassif-Pire, Cardoso e Oliveira (2021), aumentaria os níveis de pobreza da população para: 38% entre mulheres negras; 36% entre homens negros; e 19% entre mulheres e homens brancos.

Nesse contexto, programas municipais e estaduais foram formulados visando uma maior assistência à população mais vulnerável. Em Goiânia, foi criado o Programa Renda Família Mais Mulher, coordenado pela Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres. As mulheres beneficiadas pelo programa receberam seis parcelas de R\$ 300,00. Para participar do programa, as mulheres deveriam estar em ao menos uma das seguintes situações: Perderam o emprego e renda; Trabalhadoras informais, autônomas e microempreendedoras individuais; Mulheres recém-saídas de abrigamentos; Mulheres com medidas protetivas em situação de abrigo; Mães solo (inteiramente responsáveis pela criação dos filhos, sem ajuda do pai, a partir de 16 anos de idade). As inscrições podiam ser feitas até o dia 31 de março, período em que coincidiu com uma das ondas de Covid-19.

De acordo com dados enviados para as pesquisadoras pela SMPM, 21.755 mulheres residentes em Goiânia tiveram seus cadastros aprovados para o recebimento das parcelas do programa. Para participarem, as mulheres deveriam estar inscritas no CADÚnico. O gráfico abaixo mostra a data em que foram incluídas, indicando que o programa também parece ter sido um incentivo importante para que mais mulheres se inscrevessem. Entre 2020 e 2021, o número de novos cadastros quase triplicou.

Gráfico 11 – Número de mulheres residentes em Goiânia que se cadastraram no CADÚnico por ano.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da SMPM (2022).

Outra informação relevante se relaciona com a idade das beneficiárias. O gráfico abaixo mostra que a maior parte das mulheres têm entre 24 e 40 anos.

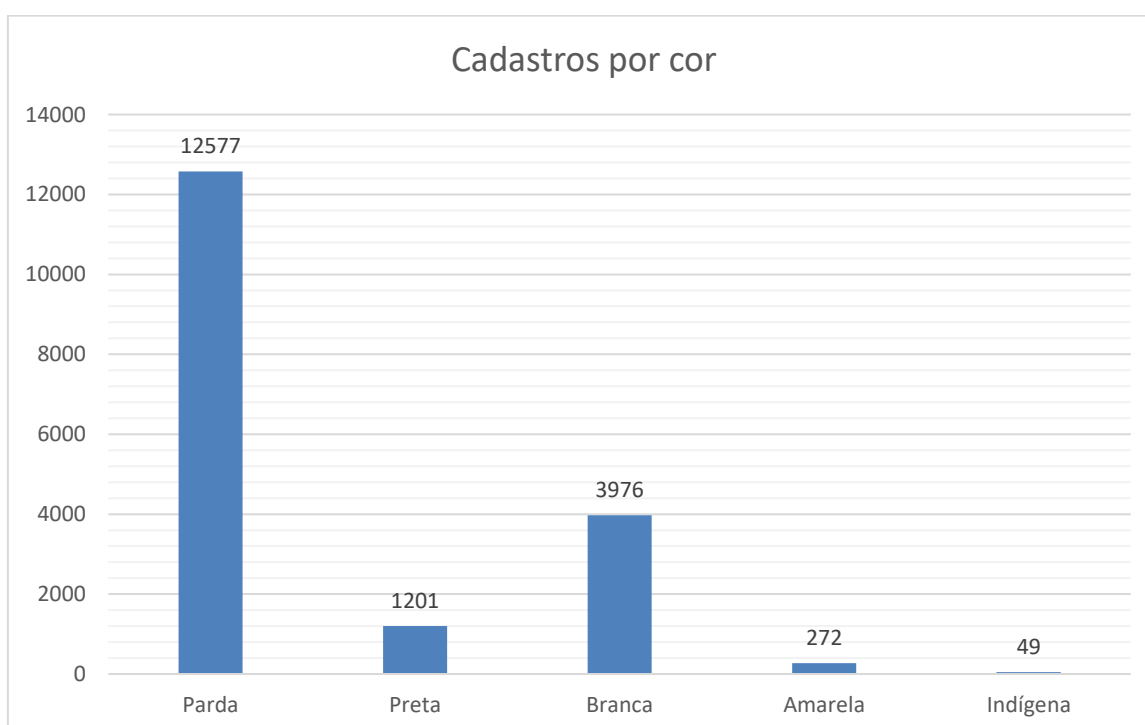
Gráfico 12 – Idade das mulheres beneficiadas pelo programa Mulher Mais Família.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da SMPM (2022).

Assim como na análise dos dados da Saúde, quando observamos a cor das mulheres beneficiadas, vemos que a grande maioria é parda. O gráfico abaixo mostra essa informação.

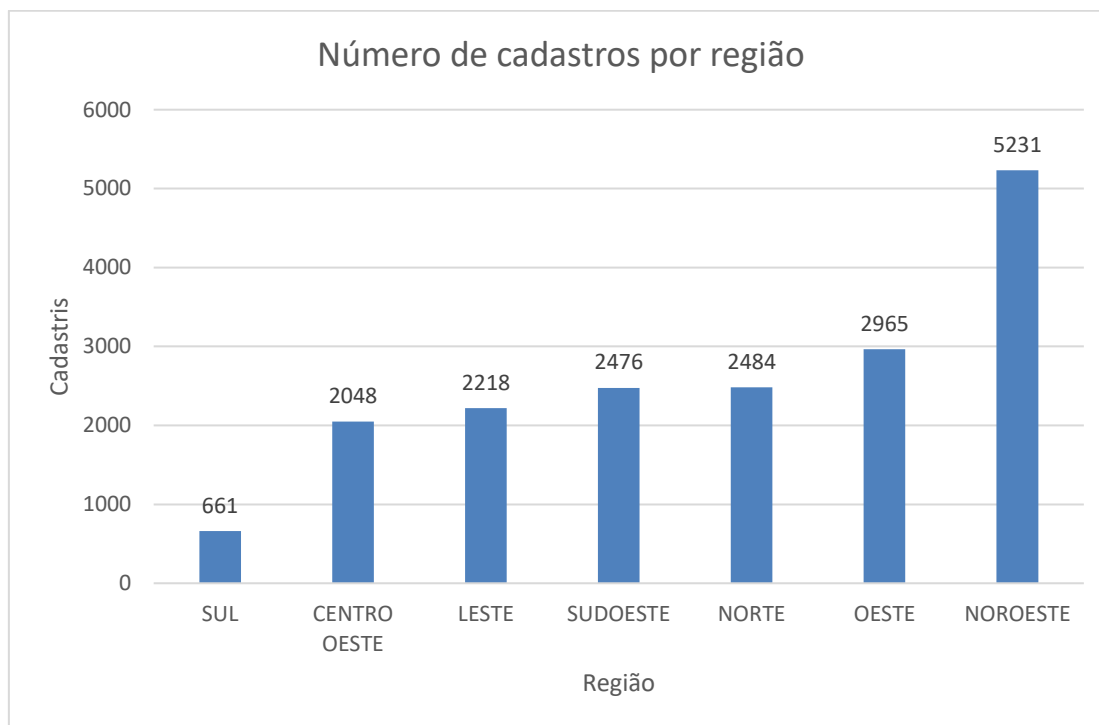
Gráfico 13 – Mulheres beneficiárias do Programa Mulher Mais Família por cor.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da SMPM (2022).

Os dados também indicam que a região que concentra a maioria das mulheres beneficiadas é a Noroeste.

Gráfico 14 – Região de residência das beneficiárias do Programa Mulher Mais Família.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da SMPM (2022).

6.5 Dados obtidos na Secretaria Municipal de Educação

Conforme apresentado no item 6.1.3 deste relatório, não foi possível ter acesso aos dados sobre mulheres goianienses em geral relativos à educação. Mas foram obtidas informações sobre as servidoras que trabalham na Secretaria Municipal de Educação. Essas informações serão analisadas abaixo.

A ficha denominada – *Dados Gerais da Superintendência de Gestão da Rede e Inovação Educacional* – era composta por nove perguntas e sub-perguntas. Duas respostas foram consideradas – *acesso integral* –; quatro respostas foram consideradas – *acesso parcial* – dentre elas, uma foi considerada também – *ausência de informação* –; e as outras duas foram consideradas – *sem resposta* -. A fim de melhor ilustrar, segue o quadro abaixo:

Quadro 4 – Análise das questões enviadas e as respectivas respostas da Superintendência de Gestão da Rede e Inovação Educacional da Secretaria Municipal de Educação.

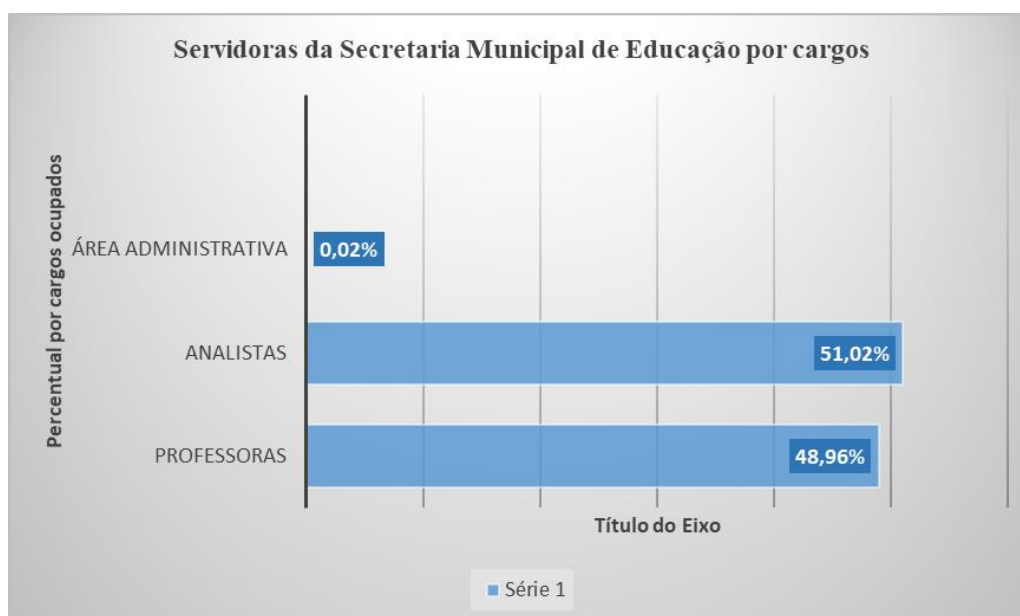
PERGUNTA	SUB-PERGUNTAS	RESPOSTA	CONSIDERAÇÕES
<p>É possível identificar a quantidade de servidoras mulheres da secretaria municipal de educação?</p>	<p>Se sim, é possível identificar: cargo; renda aproximada; número de filhos; cor; estado civil; se possui outro emprego; se é pessoa com deficiência; se possui filhos com deficiência, qual CID; se já foi afastada e qual o motivo do afastamento; tipo de moradia; localidade da moradia; se já foi/é vítima de violência doméstica; não é possível identificar nenhuma dessas perguntas e outros.</p>	<p>Pergunta: Sim. Sub-pergunta: cargo, renda aproximada, escolaridade, tipo de moradia, localidade da moradia e outros.</p>	<p>Foi classificada como – acesso integral – vez que a superintendência respondeu de forma completa, tanto as perguntas como as sub-perguntas, além de ter fornecido em planilha (excel) os dados disponíveis na rede. Ademais, respondeu a aba “outros” acrescentando que possui os dados relativos à idade e à função das servidoras da Secretaria da Educação.</p>
<p>Caso possua esses dados, eles estão catalogados ou arquivados?</p>	<p>Não possui</p>	<p>Em sistema da própria secretaria</p>	<p>Foi considerada – acesso parcial – vez que eles informaram que não possuíam todos esses dados, sobretudo os das sub-perguntas, mas os que estavam disponíveis, além de terem sido informados</p>

			onde estavam arquivados, foram encaminhados.
Como podem ser acessados?	Não possui	Solicitação Formal, conforme previsto na LGPD	Foi considerada – acesso parcial – vez que a fundamentação não se mostrou adequada, visto que o ofício acerca da parceria da Secretaria de Políticas Públicas Para Mulheres com as demais secretarias foi encaminhado junto com as fichas. Além disso, as perguntas realizadas nas fichas poderiam ser adquiridas sem a identificação pessoal das servidoras, assim, a fundamentação correta seria a Lei de Acesso à Informação (12.527/2011).
Necessita de algum convênio ou processo administrativo para acessá-los?	Não possui	Sim	Foi considerada – acesso parcial – vez que não discriminou qual seria a modalidade, embora na ficha conste um espaço para as observações de forma expressa.

Caso esses dados estejam na superintendência, qual servidor pode receber a equipe para a coleta	Telefone; email		Foi considerada – sem resposta – vez que a pergunta permaneceu em branco na ficha.
A superintendência possui outros dados relativos aos servidores aqui não mencionados?	Se sim, quais?		Foi considerada – sem resposta – vez que a pergunta permaneceu em branco na ficha
A gerência possui esses dados, mas apenas de forma geral, numérica, sem divisão por gênero?	Se sim, eles estão catalogados ou arquivados? Como podem ser acessados?	Não	Foi considerada – acesso integral – vez que alcançou o resultado esperado na pergunta.
Caso esses dados existam, mas não estejam nesta superintendência, onde podem ser solicitados?	Não possui	Secretaria Municipal de Administração	Foi considerada – acesso parcial e ausência de informação – vez que, considerando que foram disponibilizados os dados que mencionaram ter, não foi possível saber quais seriam os outros dados à disposição da Secretaria Municipal de Administração.

O primeiro acesso integral trata-se do quantitativo de servidoras mulheres da rede de ensino municipal. Assim, consoante os dados encaminhados pela superintendência de Gestão da Rede e Inovação Educacional, atualmente a Secretaria Municipal de Educação possui 11.221 (onze mil duzentos e vinte e um) servidoras na rede. Destas, 5.493 são professoras; três são analistas; e 5.725 são servidoras da área administrativa. Esse quantitativo se refere apenas às servidoras efetivas. Segue estatística em modelo de gráfico abaixo.

Gráfico 15 – Servidoras da Secretaria Municipal de Educação por cargos.



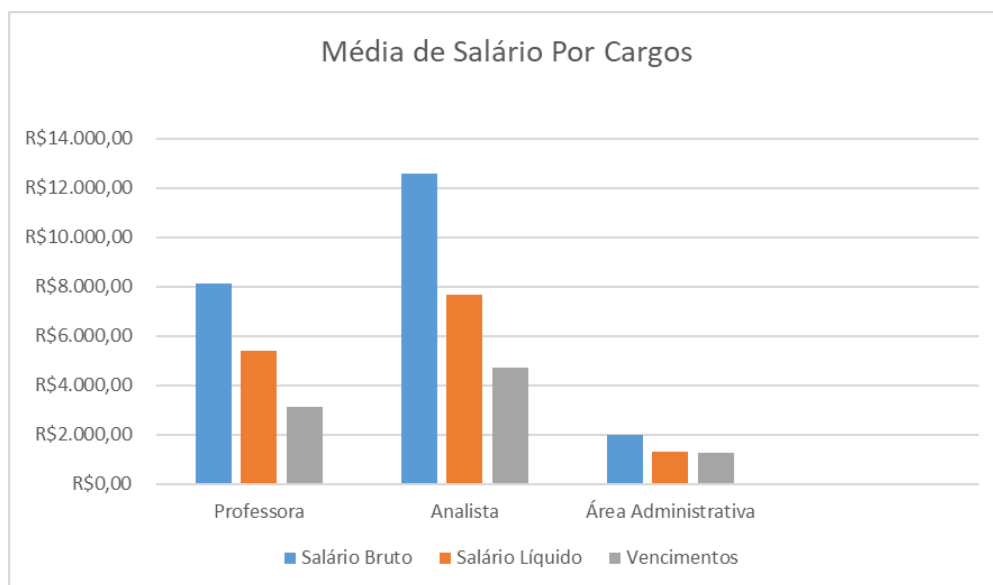
FONTE: Superintendência de Gestão da Rede e Inovação Educacional.2022.

Em relação à renda aproximada, considerando a folha de pagamento de março/2022, a média bruta de todos esses cargos é de R\$5.001,88, sendo líquido R\$ 3.101,14 e os vencimentos no valor de R\$ 2.211,12.

A média bruta da remuneração das professoras, considerando a folha de março/2022, é no valor de R\$ 8.112,33, sendo líquido R\$ 5.387,42 e os vencimentos no valor de R\$3.193,09.

A média bruta da remuneração das analistas, considerando a folha de março/2022, é no valor de R\$ 12.554,36, sendo líquido R\$7.662,09 e os vencimentos no valor de R\$4.698,61.

A média Bruta da remuneração das servidoras da área administrativa, considerando a folha de março/2022, é no valor de R\$2.013,50, sendo líquido R\$ 1.297,13 e vencimentos no valor de R\$1.267,63. Essas informações podem ser observadas no gráfico abaixo.

Gráfico 16 – Média de Salário por Cargos da Secretaria Municipal de Educação.

FONTE: Superintendência de Gestão da Rede e Inovação Educacional. 2022

No que se refere a única ficha respondida, cumpre observar que ainda possuem dados que podem ser analisados na próxima etapa da pesquisa, como a região da cidade em que moram as servidoras, a atividade desempenhada, a idade e o tipo de moradia.

Em relação às perguntas da primeira questão da ficha, notadamente se é possível identificar a cor das servidoras, é possível levantar a hipótese de que a Secretaria Municipal de Educação, notadamente a Superintendência de Gestão da Rede e Inovação Educacional, não leva em consideração a perspectiva interseccional.

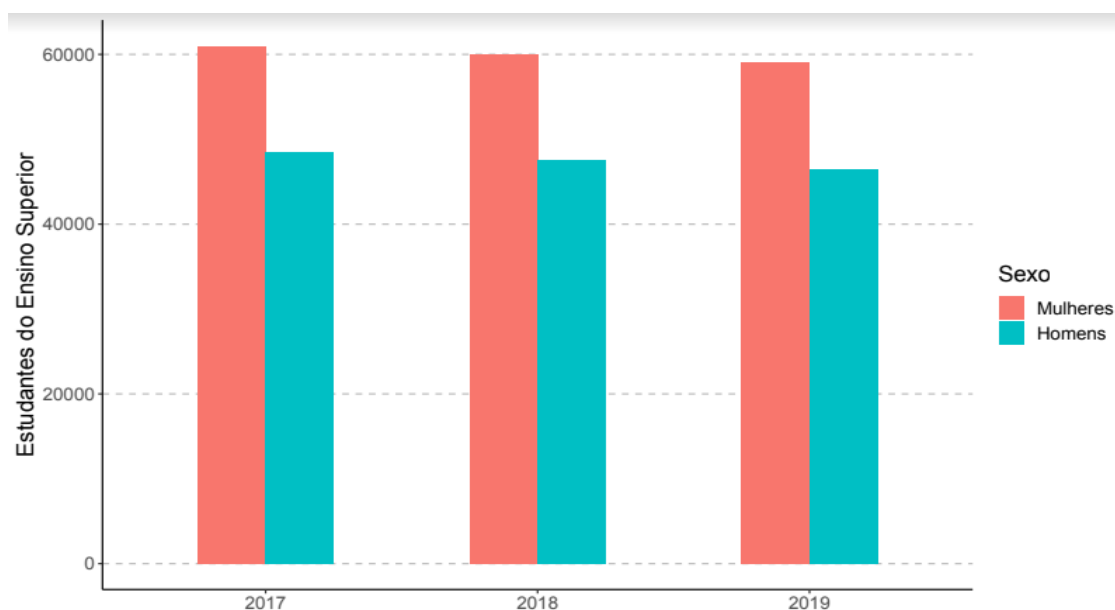
7 Resultados a partir de bases de dados secundárias

Conforme discutido anteriormente neste relatório, ao longo da pesquisa nos deparamos com dificuldades para acessar dados que julgávamos importantes para a construção de um Observatório das Mulheres. Por essa razão, optamos por buscar e analisar dados a partir de bases secundárias. Nos próximos itens apresentamos dados relativos à Goiânia no que se refere à educação, saúde, violência e mercado de trabalho.

7.1 Dados sobre educação

Conforme demonstram várias fontes de informação, a escolaridade das mulheres é superior à dos homens, e em Goiânia isso não é diferente. As mulheres figuram como a maioria dos estudantes do ensino superior nos anos de 2017, 2018 e 2019. Essa diferença aponta para a hipótese de que o sexo feminino tem mais interesse em cursar o ensino superior e atingir níveis mais altos de escolaridade.

Gráfico 17 – Alunos matriculados no ensino superior em Goiás.

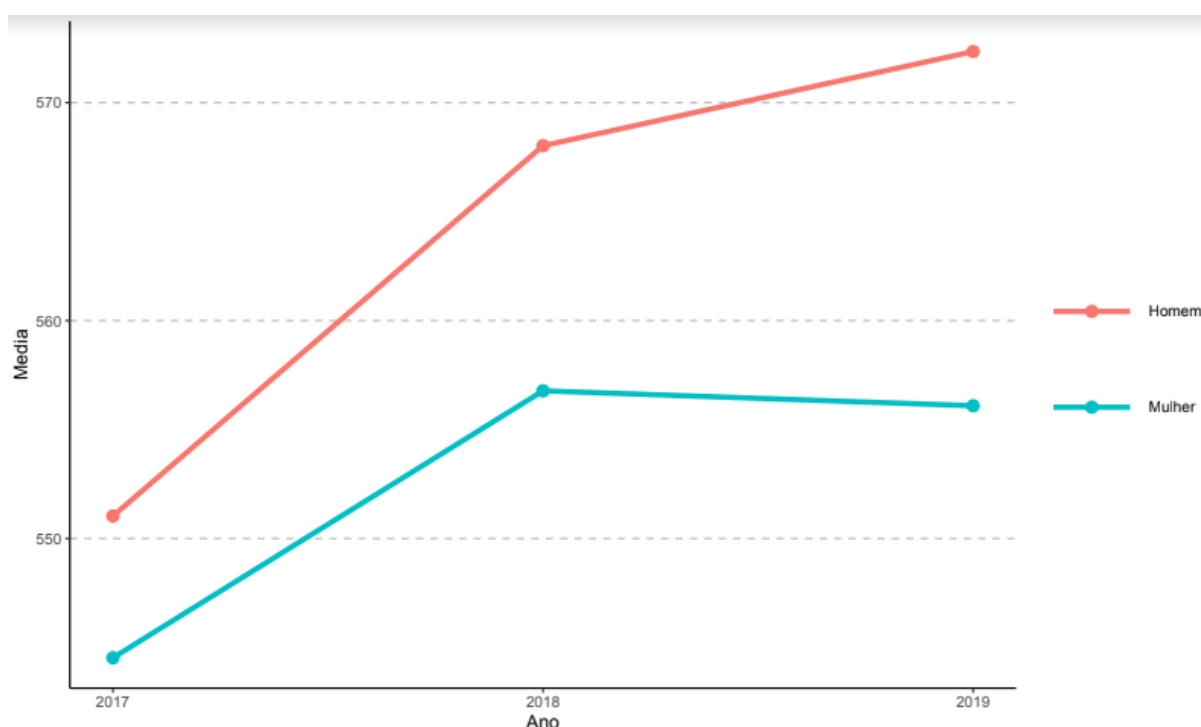


Fonte: Censo da Educação Superior – CES (2017-2019)

Quando observamos os dados relativos ao Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) dos anos de 2017, 2018 e 2019 em Goiás, é possível constatar que as mulheres apresentaram desempenho inferior aos homens na média geral, bem como nas médias em humanas,

matemática e natureza, em todos os anos em questão. Em linguagens, a média obtida por mulheres foi maior que a dos homens em 2017, mas caiu em 2018 e 2019, repetindo a colocação observada nas áreas do conhecimento supracitadas. O cenário se inverte apenas quando se trata das médias em redação, onde a hegemonia é feminina, com notas superiores às masculinas em todos os anos em questão.

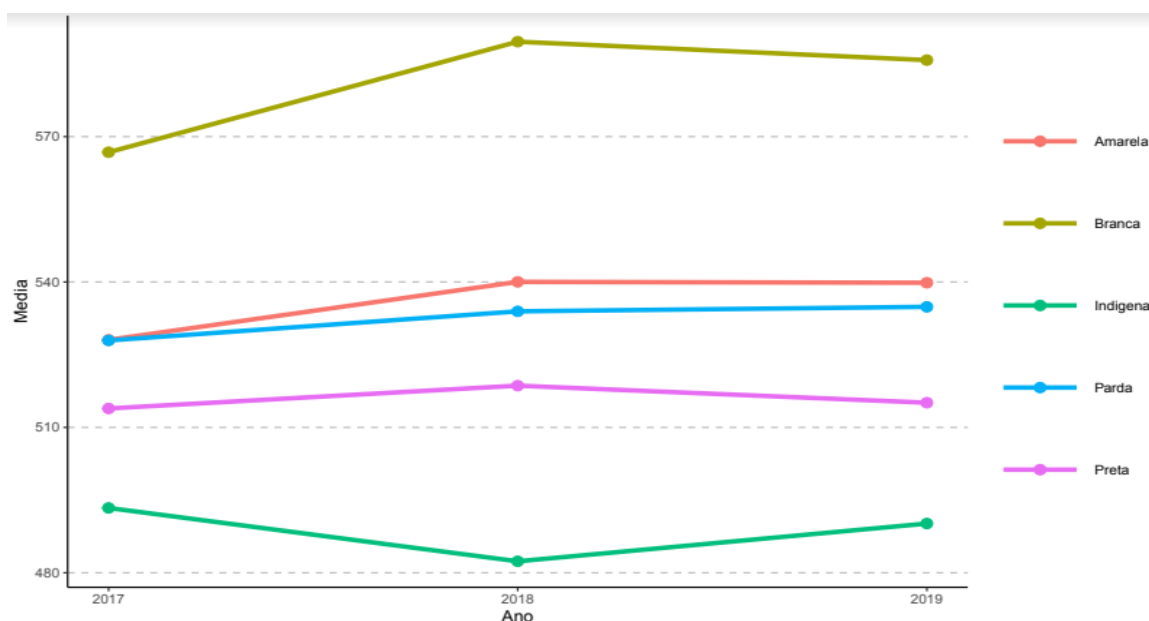
Gráfico 18 – Média geral de homens e mulheres no ENEM por ano.



Fonte: Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM (2017-2019)

No que diz respeito às médias no Enem pela cor, os estudantes brancos aparecem no topo tanto na média geral quanto na média em todas as áreas do conhecimento (redação, linguagens, matemática, humanas e ciências da natureza), em todos os anos analisados. De maneira geral, com raras exceções, o padrão de colocação por cor que se repete é: branca, amarela, parda, preta, indígena.

A exceção mais notável foi na área de linguagens, no ano de 2019, quando estudantes indígenas obtiveram média inferior apenas à dos alunos brancos. Outra observação é que, assim como na comparação por sexo, as variações das médias costumam se repetir independentemente da cor, ou seja, as notas da maioria dos alunos sobem ou descem em proporções semelhantes em cada ano.

Gráfico 19 – Média geral pela cor.

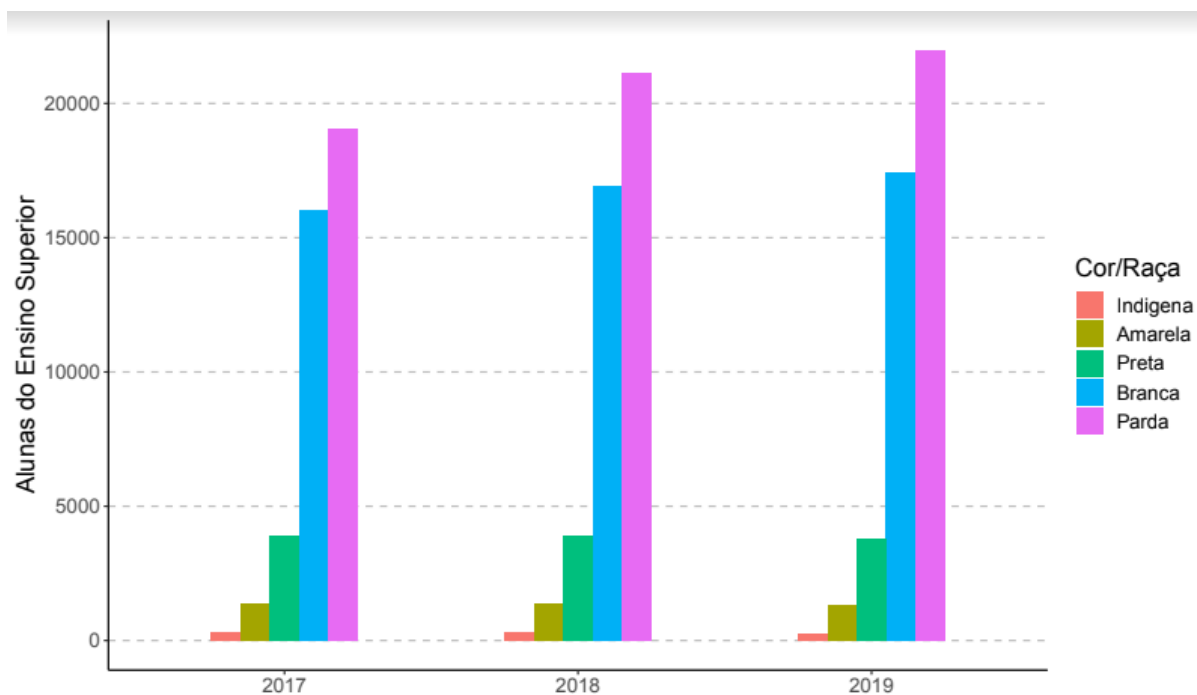
Fonte: Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM (2017-2019)

De maneira semelhante à discrepância observada entre qual sexo obtém médias maiores e qual sexo é predominante no ensino superior, a cor mais presente no ensino superior também não corresponde àquela que obtém médias mais altas.

Apesar de os estudantes brancos apresentarem notas melhores, nos anos de 2017, 2018 e 2019, essa cor aparece em segundo lugar no número de alunas do ensino superior pela cor, enquanto a mais presente é a parda. Em terceiro lugar estão as alunas pretas, seguidas das amarelas. As alunas indígenas, que obtiveram a menor média geral nos dados analisados, compõem a minoria das estudantes do ensino superior nos anos em questão.

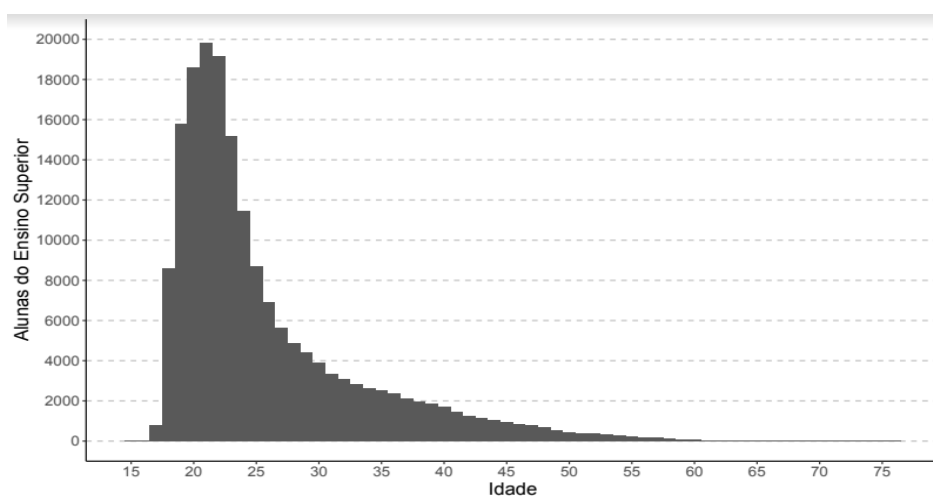
Outro ponto a ser notado é a grande diferença entre o número de alunas brancas e alunas pardas para as demais cores, o que demonstra a importância da manutenção de políticas de cotas raciais nas universidades.

Gráfico 20 – Alunas matriculadas no ensino superior pela cor.



Fonte: Censo da Educação Superior – CES (2017-2019)

Gráfico 21 – Frequência das alunas do ensino superior pela idade.

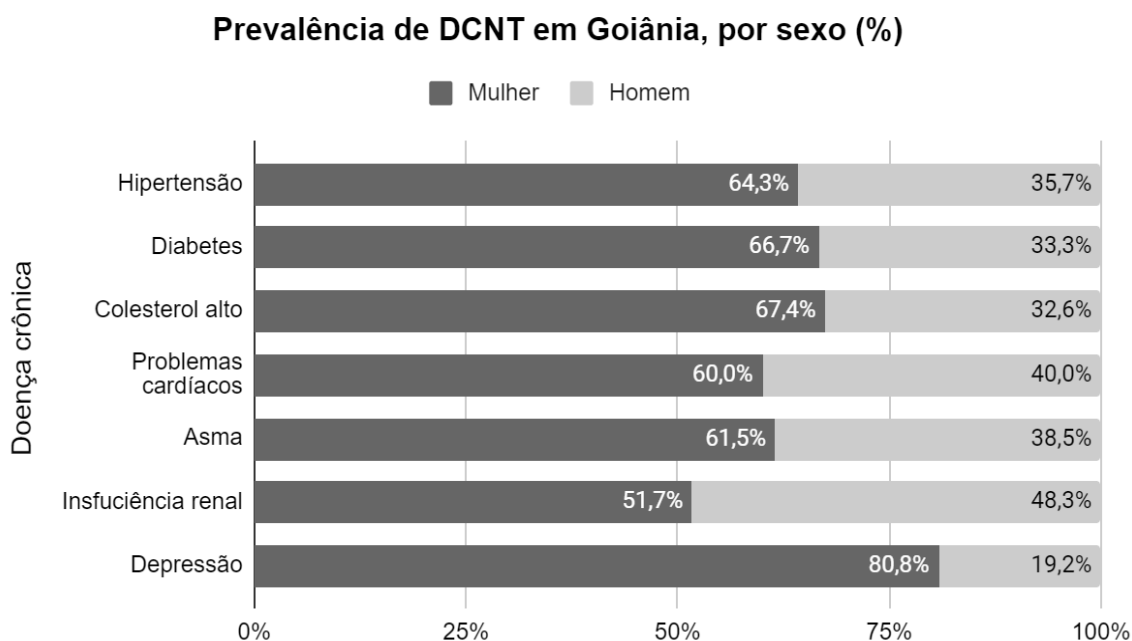


Fonte: Censo da Educação Superior – CES (2017-2019)

A respeito da faixa etária das estudantes, os únicos dados disponíveis se referem à quantidade de alunas do ensino superior pela idade. O gráfico demonstra que a maioria das alunas possui entre 20 e 25 anos, com a frequência subindo gradativamente dos 16 até os 22, e caindo gradativamente, conforme aumenta a idade, a partir dos 24 anos.

7.2 Dados sobre saúde

Os números da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2019 apontam que, em Goiânia, a maioria das pessoas diagnosticadas com todas as doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) é do sexo feminino. No gráfico abaixo é possível observar a prevalência das doenças por sexo.



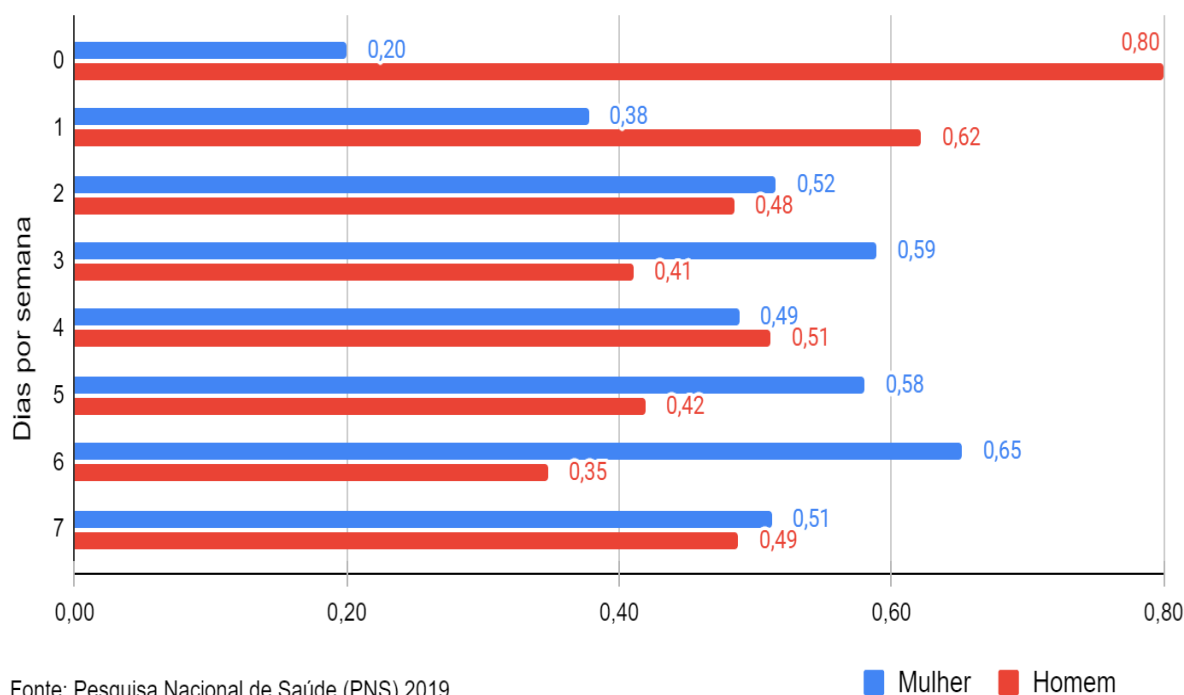
Fonte: Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) 2019

Dos pacientes com hipertensão, 64,3% são mulheres e 35,7% são homens. No que se refere ao diabetes, 66,7% das pessoas atingidas são mulheres, e 33,3% são homens. O colesterol alto, por sua vez, tem 67,4% pacientes do sexo feminino, contra 32,6% pacientes do sexo masculino. Os problemas cardíacos também prevalecem entre as mulheres, que representam 60% dos pacientes, enquanto os homens são 40%. O mesmo vale para a asma, com 61,5% de pacientes do sexo feminino e 38,5% de pacientes do sexo masculino. A diferença diminui quando se trata da insuficiência renal, ainda que a prevalência continue sendo feminina: 51,7% das pessoas diagnosticadas são mulheres, e 48,3% são homens. Já a depressão se destaca pela distância entre os números: 80,8% dos pacientes atingidos são do sexo feminino, contra 19,2% do sexo masculino.

No que diz respeito à prevenção e ao tratamento de doenças crônicas, a prática regular de exercícios físicos é de extrema importância, pois contribui para o controle de doenças como hipertensão, obesidade, diabetes, entre outras enfermidades crônicas, inclusive transtornos psíquicos como a depressão. Presente em todos os níveis da medicina preventiva, a prática de

exercícios está diretamente associada à prevenção e ao tratamento de doenças crônicas não transmissíveis, além de possibilitar a redução da incapacidade física causada pela sua evolução.

Prática de exercício físico ou esporte em Goiânia, por sexo (%)



Nesse contexto, os números da PNS 2019 referentes à prática de exercício físico ou esporte em Goiânia, por sexo, demonstram que as mulheres têm mais consciência do que os homens sobre a importância de se movimentarem. Das pessoas que não se exercitam nenhum dia por semana, 80% são homens e 20% são mulheres. Entre as que se exercitam em um único dia da semana, 62% são homens, contra 38% das mulheres. Já entre quem pratica alguma atividade física em dois dias da semana as posições se invertem: 52% são do sexo feminino, e 48% são do sexo masculino.

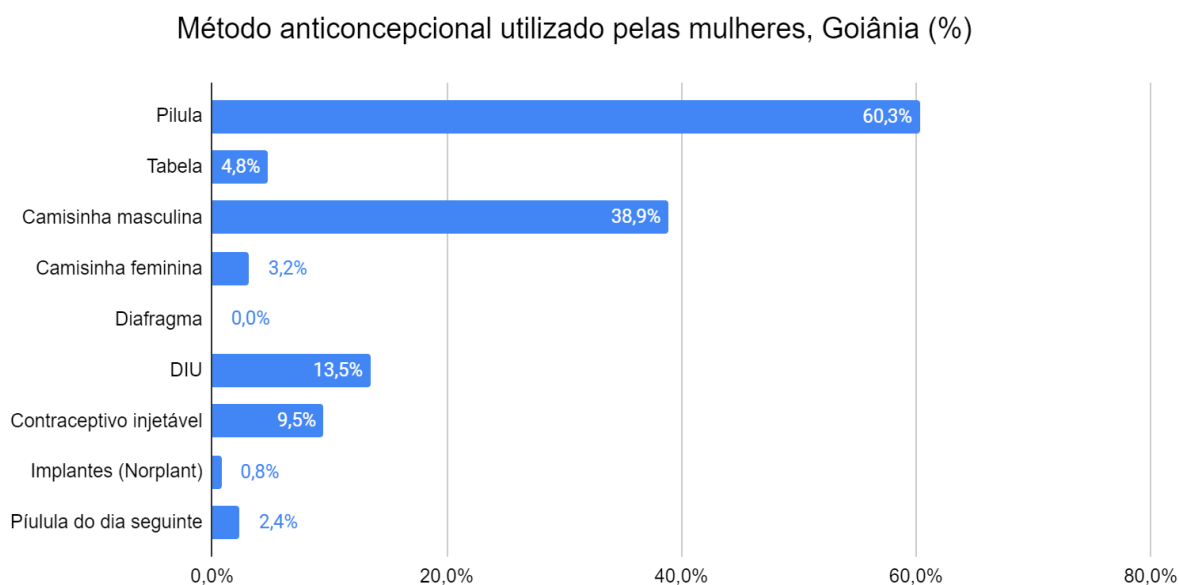
Em seguida há um aumento da diferença percentual, com 59% das pessoas que praticam atividades físicas três dias por semana sendo mulheres, e 41% sendo homens. Já entre quem se exercita quatro dias por semana, quase há um empate, sendo 51% de homens e 49% de mulheres, e os números apenas se invertem entre aqueles que praticam alguma atividade física sete dias por semana (51% são mulheres, 49% são homens).

As mulheres também são maioria entre as pessoas que se exercitam cinco dias por semana, sendo os números de 58% mulheres versus 42% homens e, com uma diferença ainda maior, entre quem se exercita seis dias por semana, 65% são mulheres e 35% são homens. Ou

seja, de maneira geral, as mulheres praticam exercícios físicos com maior frequência, o que pode representar uma maior preocupação com a saúde e, conseqüentemente, um maior cuidado no sentido de prevenir e tratar as doenças crônicas, que mostram se manifestar mais em mulheres do que em homens.

7.2.1 Métodos contraceptivos

O levantamento da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2019 demonstrou, ainda, que, em Goiânia, o método contraceptivo mais comum entre as mulheres é a pílula anticoncepcional, utilizada por 60,3% das entrevistadas. Em seguida aparece a camisinha masculina, com uma diferença de mais de 20 pontos percentuais em comparação com o primeiro lugar: 38,9% fazem uso desse método. O DIU (dispositivo intrauterino) ocupa o terceiro lugar, sendo utilizado por 13,5% das mulheres.

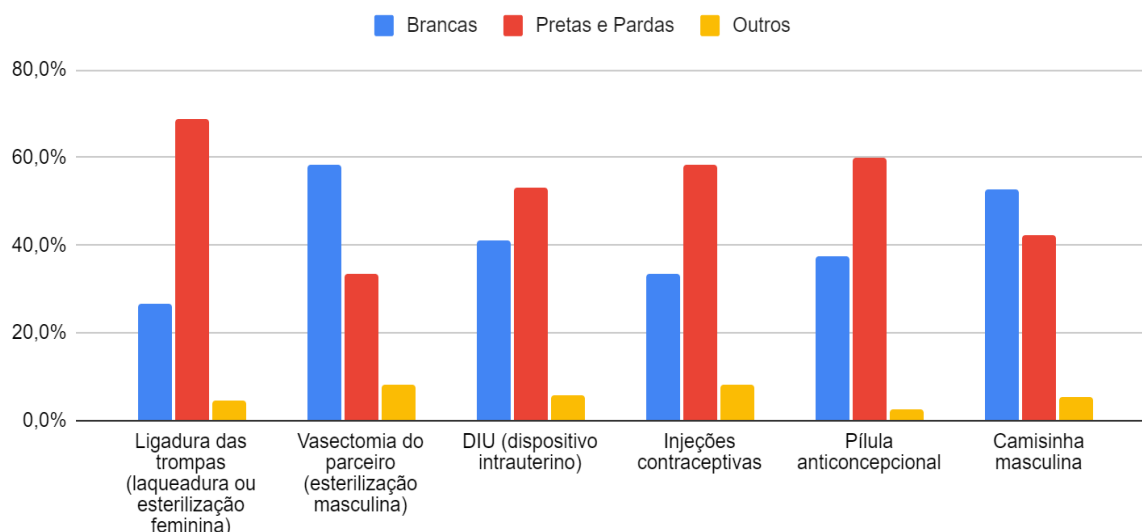


Fonte: Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) 2019

Os demais métodos apresentam números abaixo dos 10%. Destes, 9,5% fazem uso de contraceptivo injetável, enquanto 4,8% recorrem à tabela. A camisinha feminina é usada por 3,2% das mulheres, a pílula do dia seguinte por 2,4%, e os implantes (norplant) por 0,8%. O diafragma é o único método que aparece com 0% de utilização.

A soma total dos números da pesquisa ultrapassa 100% porque cada mulher pode fazer uso de mais de um método contraceptivo diferente.

Método contraceptivo mais eficaz que mulheres goianas fazem uso, por cor (%)



Fonte: Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) 2019.

Quanto à eficácia dos métodos contraceptivos usados pelas mulheres goianienses, levando em conta a cor dessas mulheres, a ligadura das trompas (laqueadura ou esterilização feminina) é mais eficaz entre mulheres pretas e pardas, enquanto a esterilização masculina, ou seja, a vasectomia do parceiro, se mostra mais eficaz entre mulheres brancas. Esses são, respectivamente, os métodos mais eficazes para cada um desses grupos.

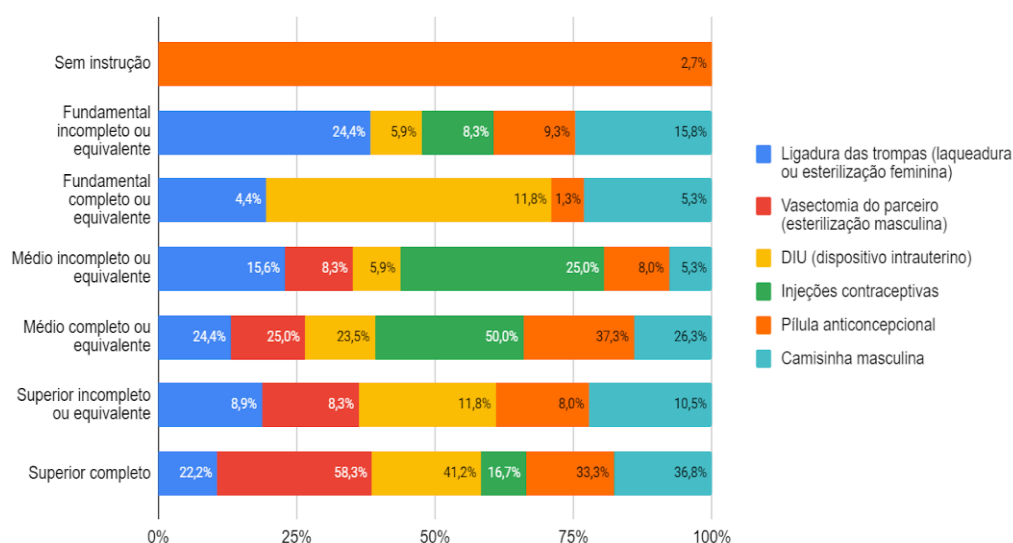
Entre mulheres pretas e pardas, o segundo método mais eficaz é a pílula anticoncepcional, seguida de perto pelas injeções contraceptivas. Depois estão, respectivamente, o DIU e a camisinha masculina e, em último lugar, a vasectomia do parceiro. Entre mulheres brancas, o segundo método mais eficaz é a camisinha masculina, seguida pelo DIU, pílula anticoncepcional, injeções contraceptivas e ligadura das trompas, nesta ordem.

Uma vez que o gráfico mostra a vasectomia do parceiro como o método menos eficaz entre mulheres pretas e pardas, e a ligadura das trompas como a menos eficaz entre mulheres brancas, é gerado um contraste diametralmente oposto entre os dois grupos de cor. Essa diferença também é notada quando se trata da camisinha masculina, que aparece em segundo lugar para mulheres brancas e em penúltimo para mulheres pretas e pardas.

Essa diferença, por se tratar de métodos que dependem da disposição masculina de se proteger (esterilização e camisinha masculinas), demonstram uma diferença entre as relações estabelecidas entre mulheres brancas e seus parceiros, e mulheres pretas e pardas e seus parceiros.

A eficácia dos métodos contraceptivos usados pelas mulheres goianienses também varia de acordo com a escolaridade, conforme demonstra o gráfico abaixo.

Método contraceptivo mais eficaz que mulheres goianas fazem uso, por escolaridade (%)



Fonte: Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) 2019.

Entre mulheres sem instrução, a pílula anticoncepcional é o único método utilizado, e essa escolaridade conta com 2,7% do total de mulheres que fazem uso desse método.

Entre mulheres com fundamental incompleto ou equivalente, a ligadura das trompas (laqueadura ou esterilização feminina) figura como o método mais eficaz, seguido pela camisinha masculina. Em terceiro, quarto e quinto lugar estão, respectivamente, a pílula anticoncepcional, as injeções contraceptivas e o dispositivo intrauterino (DIU).

Já entre mulheres com fundamental completo ou equivalente, o DIU passa a ocupar o primeiro lugar como método mais eficaz utilizado pela categoria, seguido pela camisinha masculina e pela ligadura das trompas. A pílula anticoncepcional, por sua vez, aparece em último lugar nessa categoria.

As injeções contraceptivas, que não aparecem nos dados referentes à categoria anterior, aparecem em primeiro lugar entre mulheres com ensino médio incompleto ou equivalente, seguido pela ligadura das trompas. É nessa categoria que começa a figurar a esterilização masculina, ou seja, a vasectomia do parceiro, que aparece em terceiro lugar, pouco à frente da pílula anticoncepcional. Em penúltimo e último lugar estão, respectivamente, o DIU e a camisinha masculina.

Entre mulheres com ensino médio completo ou equivalente, o método mais eficaz é o mesmo da categoria mencionada anteriormente, ou seja, as injeções contraceptivas. Nessa categoria de escolaridade, é a pílula anticoncepcional que aparece em segundo lugar, enquanto as esterilizações masculina e feminina estão quase empatadas na terceira e quartas posições. Os

dois métodos menos eficazes também figuram com uma diferença pequena, sendo eles a camisinha masculina e o DIU, nessa ordem.

Na categoria referente às mulheres com ensino superior incompleto ou equivalente, as diferenças entre cada um dos métodos é a menor, e mais uma vez as injeções contraceptivas não aparecem no ranking. Do mais para o menos eficaz, a ordem é: DIU, camisinha masculina, esterilização feminina, esterilização masculina e pílula anticoncepcional.

Por fim, entre mulheres com ensino superior completo, a esterilização masculina é o método mais eficaz, remetendo mais uma vez à disposição masculina de se proteger e, conseqüentemente, às relações estabelecidas entre essas mulheres e seus parceiros em comparação com aquelas estabelecidas entre mulheres de menor instrução e seus parceiros. O segundo método mais eficaz entre mulheres com superior completo é o DIU, seguido da camisinha masculina, da pílula anticoncepcional, da esterilização feminina e das injeções contraceptivas, nessa ordem.

Já os números que aparecem no gráfico se referem à porcentagem de eficácia de cada método por nível de escolaridade, de forma que cada cor soma 100%. Por exemplo, do total de mulheres entre as quais a pílula anticoncepcional é a mais eficaz, 2,7% não possuem instrução, 9,3% possuem fundamental incompleto, 1,3% possuem fundamental completo, 8% possuem médio incompleto, 37,3% possuem médio completo, 8% possuem superior incompleto e 33,3% possuem superior completo. Isso significa que a pílula anticoncepcional é mais utilizada por mulheres com ensino médio completo.

Das mulheres entre as quais a ligadura das trompas, ou esterilização feminina, é o método mais eficaz, 24,4% possuem fundamental incompleto, 24,4% possuem médio completo, 22,2% possuem superior completo, 15,6% possuem médio incompleto, 8,9% possuem superior incompleto e 4,4% possuem fundamental completo.

Já a esterilização masculina, ou seja, a vasectomia do parceiro, é considerada mais eficaz majoritariamente entre as mulheres com ensino superior completo, que representam 58,8% do total de mulheres que consideram esse o método mais eficaz. Em seguida estão as mulheres com ensino médio completo (25%) e, empatadas, aquelas que possuem médio incompleto ou superior incompleto, com 8,3% cada.

Os números se assemelham aos referentes à camisinha masculina, considerada mais eficaz majoritariamente entre as mulheres com ensino superior completo ou ensino médio completo, que representam, respectivamente 36,8% e 26,3% do total de mulheres que consideram esse o método mais eficaz. Em seguida estão as mulheres com ensino fundamental

incompleto (15,8%), superior incompleto (10,5%) e, empatadas, aquelas que possuem fundamental completo ou médio incompleto, com 5,3% cada.

No que diz respeito ao DIU, a maioria das mulheres que o consideram o método mais eficaz também é daquelas com superior completo (41,2%), enquanto 23,5% é de mulheres com médio completo, 11,8% é de mulheres com fundamental completo, 11,8% é de mulheres com superior incompleto, 5,9% é de mulheres com fundamental incompleto e 5,9% é de mulheres com médio incompleto.

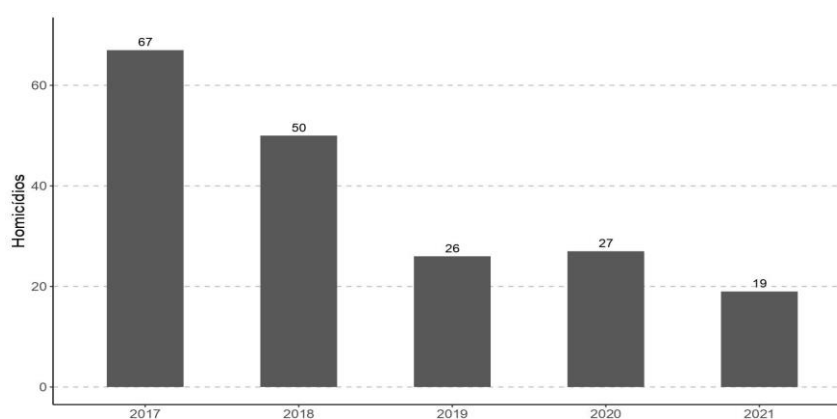
As injeções contraceptivas, por sua vez, são mais eficazes para aquelas com médio incompleto, que representam 50% do total de mulheres que fazem uso desse método, enquanto 25% desse total possuem médio incompleto, 16,7% possuem superior completo e 8,3% possuem fundamental incompleto.

7.3 Dados sobre violência

De acordo com o Sistema de Informação sobre Mortalidade – SIM (2017-2021), em cinco anos, de 2017 a 2021, foram registrados 189 homicídios de mulheres em Goiânia. Embora os números tenham diminuído nos últimos anos, os dados ainda são alarmantes. Em 2017, foram 67 mulheres. No ano seguinte, 50. Em 2019, 26 mulheres. Em 2020, 27. E no ano passado, 19 registros.

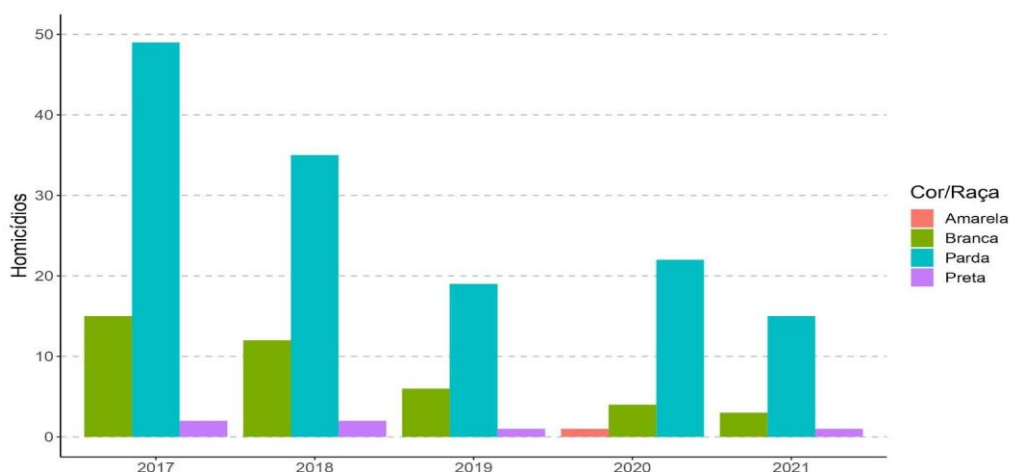
Quando observamos a cor e raça das mulheres vítimas de homicídios, vemos que a grande maioria era parda, seguidas das brancas, depois pretas e por último, em quantidade praticamente mínima, amarelas.

Gráfico 22 – Vítimas de homicídio em Goiânia de acordo com o SIM.



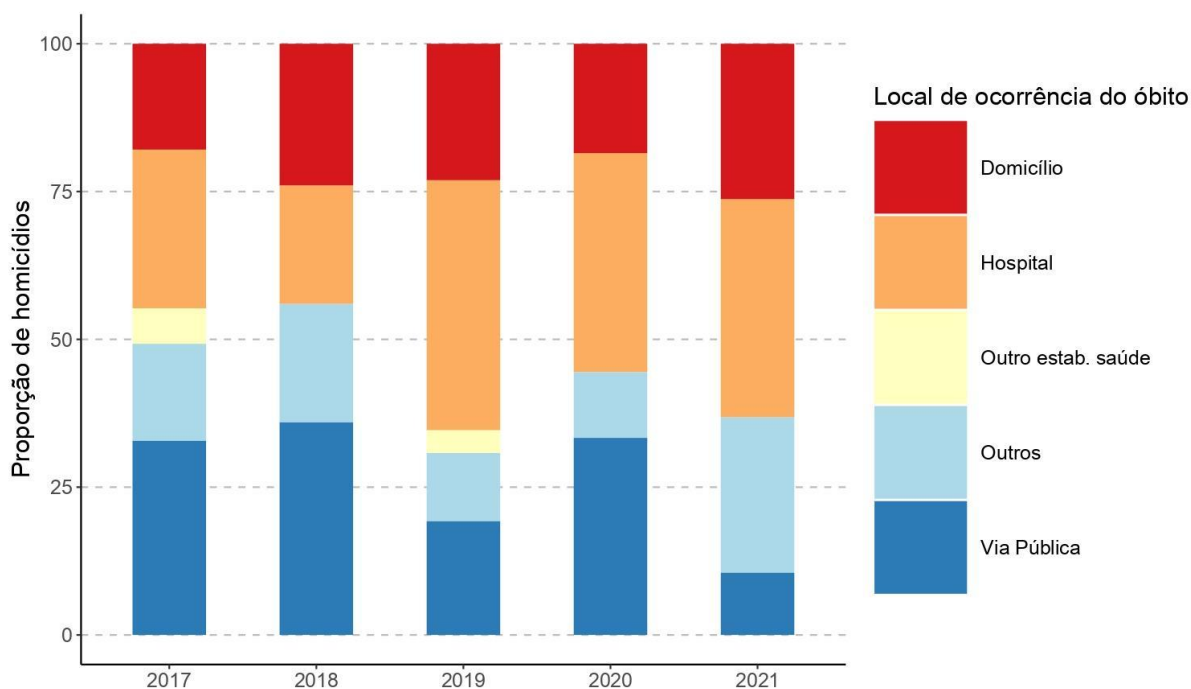
Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade – SIM (2017-2021)

Gráfico 23 – Cor e raça das mulheres vítimas de homicídios de acordo com o SIM.



Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade – SIM (2017-2021)

O local em que ocorre o óbito das mulheres é um indicativo importante para se compreender o fenômeno da violência contra as mulheres. Sabe-se, por exemplo, que feminicídios com frequência são realizados por companheiros ou ex-companheiros e em espaços domésticos. O gráfico abaixo demonstra onde a morte foi decretada, ou seja, não é necessariamente onde ocorreu o crime, mas sim onde a mulher foi encontrada ou declarada como morta. Possivelmente, os números nos hospitais e outras unidades de saúde estão relacionados aos casos em que houve uma tentativa de salvar as vítimas. E os casos em domicílio ou via pública possivelmente são aqueles em que não houve a chance de socorro.

Gráfico 24 – Local de óbito das mulheres vítimas de homicídio de acordo com o SIM.

Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade – SIM (2017-2021)

Em 2017, 12 mulheres morreram ainda em casa. Cerca de 27% das mortes ocorreram quando as mulheres já estavam no hospital; quatro óbitos foram registrados em outros estabelecimentos de saúde; 32% das mortes aconteceram em vias públicas e os outros 16,4% aconteceram em outros locais.

Já em 2018, dos 50 homicídios registrados, 12 mulheres morreram ainda em casa; 36%, ou seja, 18 mulheres tiveram a morte declarada em alguma via pública. Já hospitais, foram registradas dez mortes de mulheres e 20% foram registrados em outros lugares.

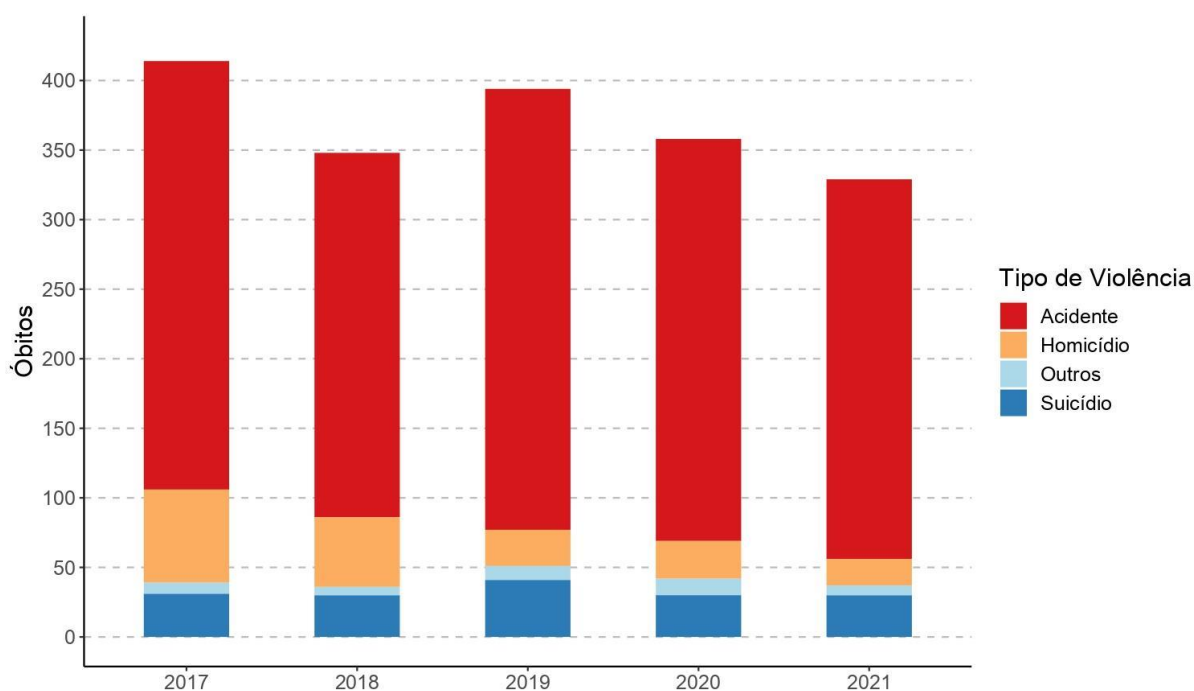
Em 2019, aproximadamente 42,3% dos 26 homicídios foram registrados já em hospitais. Um dos homicídios, o equivalente a aproximadamente 3,85% do total, foi registrado em outro estabelecimento de saúde. Seis casos foram registrados ainda em domicílio. Cerca de 19,2% aconteceram em vias públicas e os outros 3 homicídios foram catalogados em outros lugares.

No ano seguinte, em 2020, aproximadamente 37% dos registros de homicídios aconteceram em hospitais. Cinco dos 27 casos aconteceram ainda em domicílio. Aproximadamente 33,3% dos casos foram catalogados em vias públicas de Goiânia. E os outros três casos foram registrados em outros locais.

Por fim, em 2021, sete dos 19 casos de homicídios contra mulheres foram registrados em hospitais; 26,3% dos casos foram catalogados nos domicílios; duas das 19 mulheres tiveram seus homicídios registrados em vias públicas e cinco foram registrados em outros lugares.

Além de homicídios, foram contabilizados também os números de morte de mulheres que aconteceram por outras causas, como acidentes, suicídios ou outros, no período de 2017 a 2021.

Gráfico 25 – Outras causas de morte de acordo com o SIM.



Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade – SIM (2017-2021)

Em 2017, foram registradas 414 mortes de mulheres por outras causas, sendo que 74,4% morreram em decorrência de acidentes. Como dito anteriormente, 67 mortes foram homicídios. Além disso, 31, ou seja, quase 7,5% foram em decorrência de suicídio e as outras oito mortes foram classificadas como “outros”.

Já no ano seguinte, foram registrados 348 óbitos femininos: 262 deles foram classificados como acidentes. Cerca de 14,4% das mortes totais de 2018, foram consideradas homicídio e mais de 8,6% se enquadraram como suicídio. As outras seis mortes entraram na categoria “outros”.

Em 2019, aconteceram 46 mortes a mais de mulheres que no ano anterior, chegando à marca de 394 mortes no ano. Mais de 80% (317) desses óbitos foram considerados acidentes.

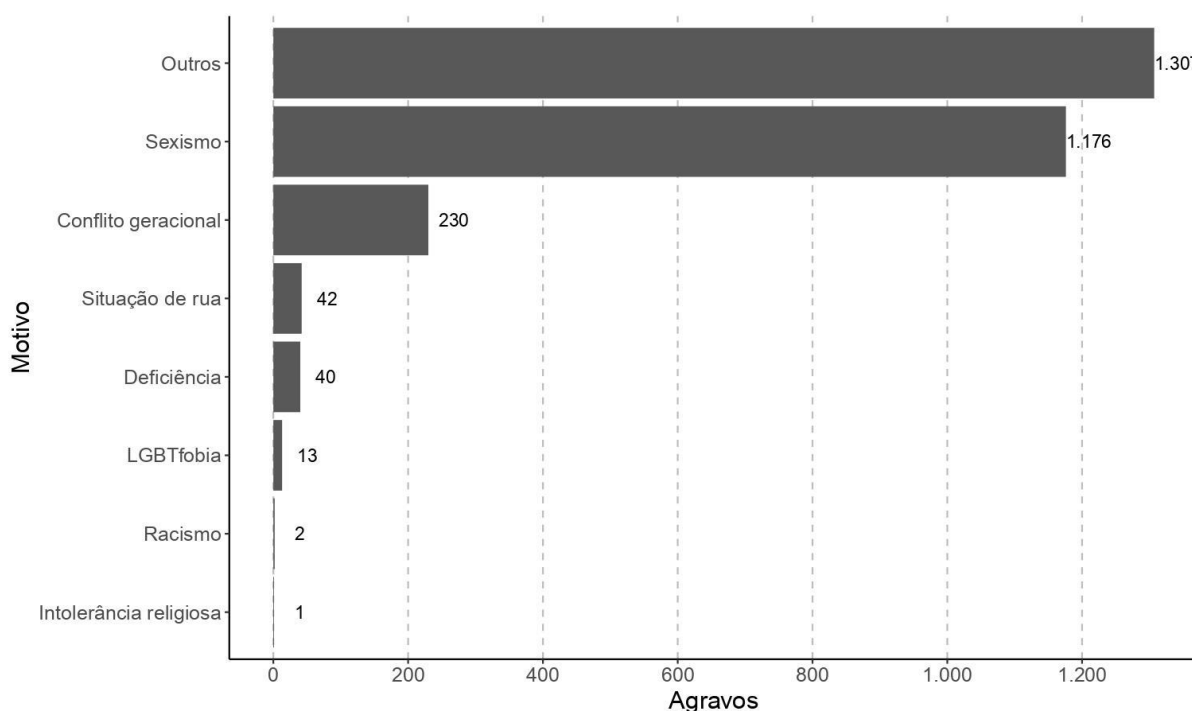
As outras 77 mortes se dividiram em 26 homicídios, 41 atentados contra a própria vida e dez óbitos que se encaixaram em “outros”.

No ano de 2020, 358 mulheres morreram por outras causas. Aproximadamente 81% desses óbitos se enquadram como acidentes. Nesse período, foram registrados mais suicídios (30) do que homicídios (27). E as outras mortes, que se aproximam dos 3,35%, foram enquadradas na categoria “outros”.

Por fim, no último ano da análise, em 2021, foi o ano com menor número de mortes de mulheres registrado, com 329 óbitos. O número de suicídio se manteve o mesmo do ano anterior, 30. Foram 19 homicídios e 273 acidentes, um percentual de mais de 82%. As outras 7 mortes foram contabilizadas como “outros”.

De acordo com dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN (2017-2021), é possível observar os “motivos” das violências perpetradas contra as mulheres. No período analisado, foram registrados 2.811 casos de violência, sendo que na metade deles é possível identificar os “motivos”. Quase metade dos registros, cerca de 46,5% do total, ficaram na categoria de “outros”, ou seja, não é possível saber o que ocorreu.

Gráfico 26 – Motivos das violências contra as mulheres.



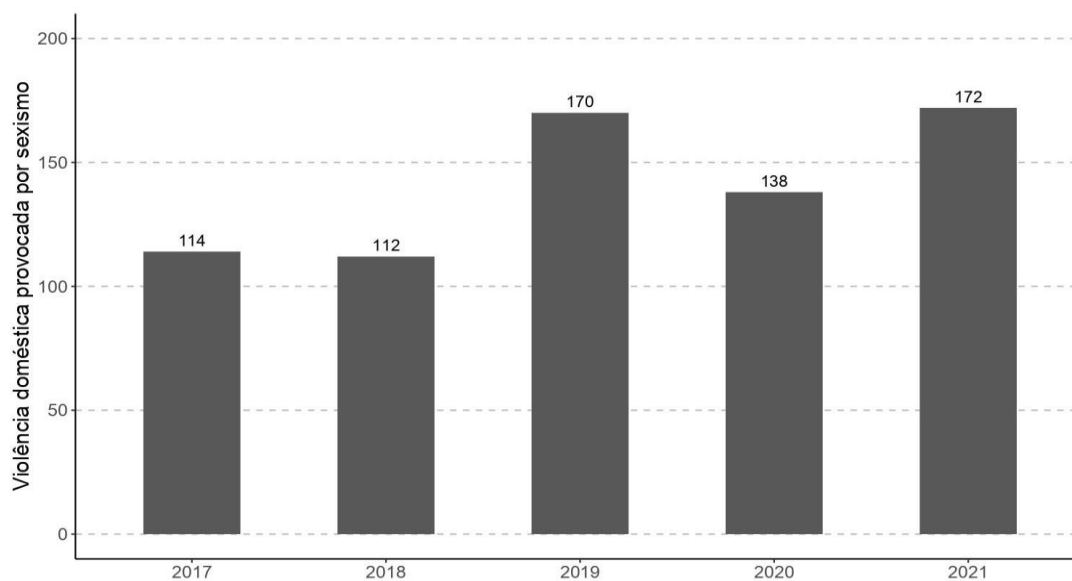
Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN (2017-2021)

No gráfico acima é possível observar que 1.176 mulheres foram vítimas de violência por conta do sexismo, ou seja, mais de 41,8% dos casos foram mulheres discriminadas ou objetificadas apenas por serem mulheres. Os outros, 12% de casos, aproximadamente, se dividem em seis categorias: conflito geracional, situação de rua, deficiência, LGBTfobia, racismo e intolerância religiosa.

O segundo “motivo” mais comum foi o relativo ao conflito geracional (quando há diferença de gerações ou idade, por exemplo, idosos e adolescentes), com 230 casos. Além disso, 42 mulheres foram vítimas por estarem em situação de rua; 40 mulheres foram vítimas por apresentarem algum tipo de deficiência; 13 mulheres sofreram por conta da LGBTfobia dos agressores; duas sofreram por conta de racismo; e uma por motivo ligado à intolerância religiosa.

No que se refere à violência doméstica contra as mulheres, aquela sofrida dentro de suas próprias casas, o gráfico a seguir mostra, entre os anos de 2017 e 2021, os números de violência doméstica que mulheres sofreram apenas por serem mulheres.

Gráfico 27 – Violência doméstica provocada por sexismo, de acordo com o SINAM.



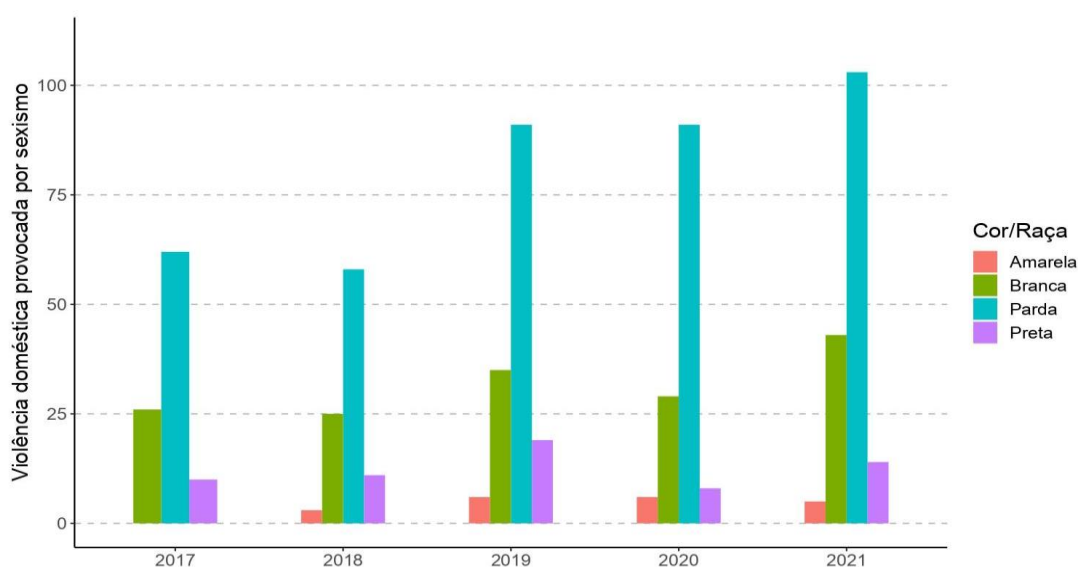
Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN (2017-2021)

O maior índice registrado foi no ano passado, quando chegou à marca de 172 mulheres. Talvez fatores como a pandemia tenham influenciado. Muitas mulheres precisavam ficar em casa com seus agressores. Em 2019, duas mulheres a menos que em 2021, chegando ao total de 170 mulheres. Já em 2020, houve uma queda de 32 casos em relação ao ano anterior, totalizando

138 mulheres. Em 2017 e em 2018, uma diferença de apenas duas mulheres: 114 e 112 casos respectivamente em cada um dos anos.

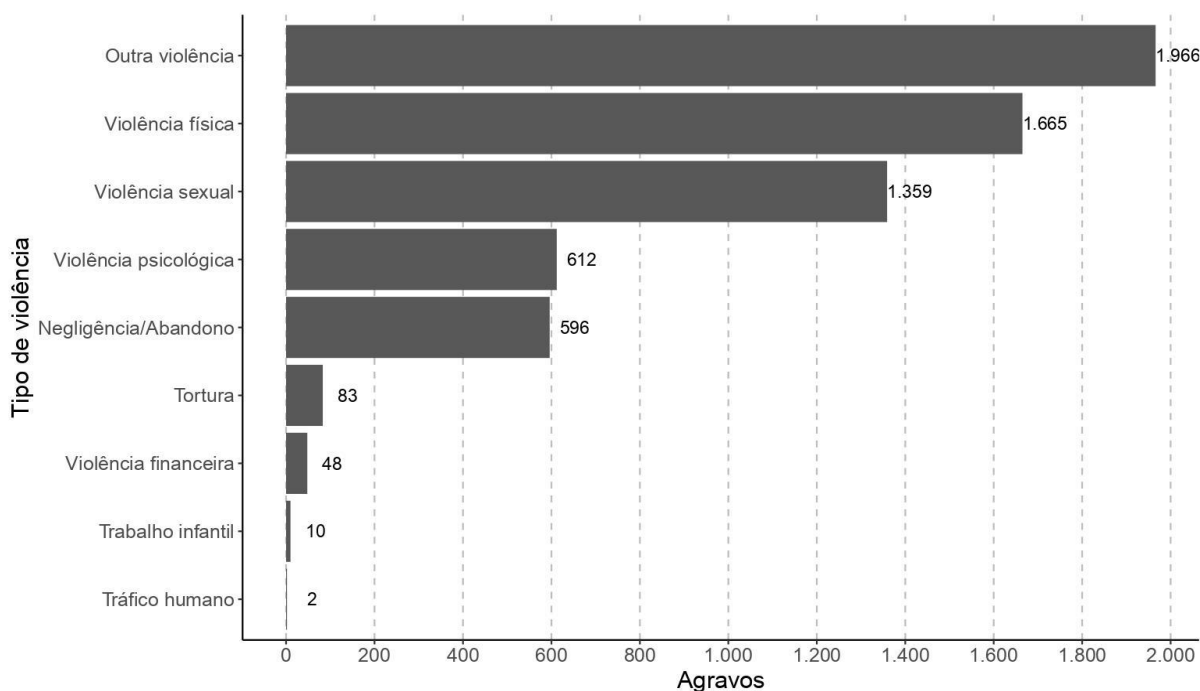
Outra informação importante se relaciona com a cor e raça dessas mulheres que foram vítimas. Em todos os anos, a grande maioria eram mulheres pardas. Em 2017, mais de 60 das 114 vítimas eram pardas; em 2018, das 112 vítimas, mais de 55 mulheres eram pardas; em 2019, das 170 vítimas, quase 100 eram pardas; em 2020, das 138 vítimas, quase 100, ou seja, aproximadamente 72,5% eram pardas; em 2021, das 172 vítimas, mais de 100 eram pardas.

Gráfico 28 – Cor e raça das vítimas de violência doméstica por sexismo.



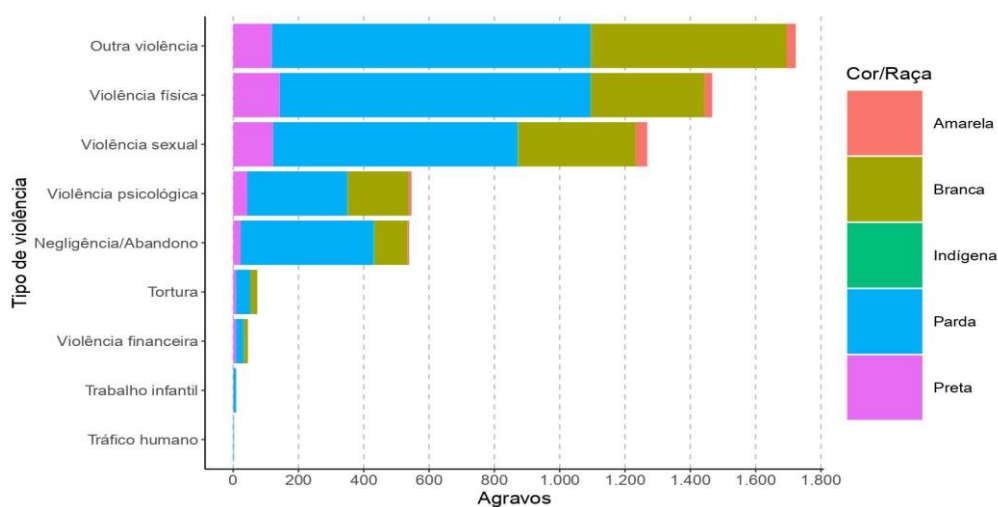
Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN (2017-2021)

Os tipos de violências sofridas pelas mulheres foram divididos em nove categorias, sendo uma delas definida como “outra”, que ficou em primeiro lugar nos casos relatados, com 1966 registros. A violência física representou 1665 dos casos. A violência sexual vem logo atrás com 1359 registros. Em quarto lugar vem a violência psicológica, com 612 registros. Depois, com 596 casos temos a negligência/abandono. A tortura tem 83 registros, violência financeira 48, trabalho infantil 10 e tráfico humano 2 registros. Novamente, a maioria das vítimas em todos os tipos de violência eram consideradas pardas, conforme demonstra o gráfico a seguir:

Gráfico 29 – Tipos de violência contra mulheres de acordo com o SINAM.

Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN (2017-2021)

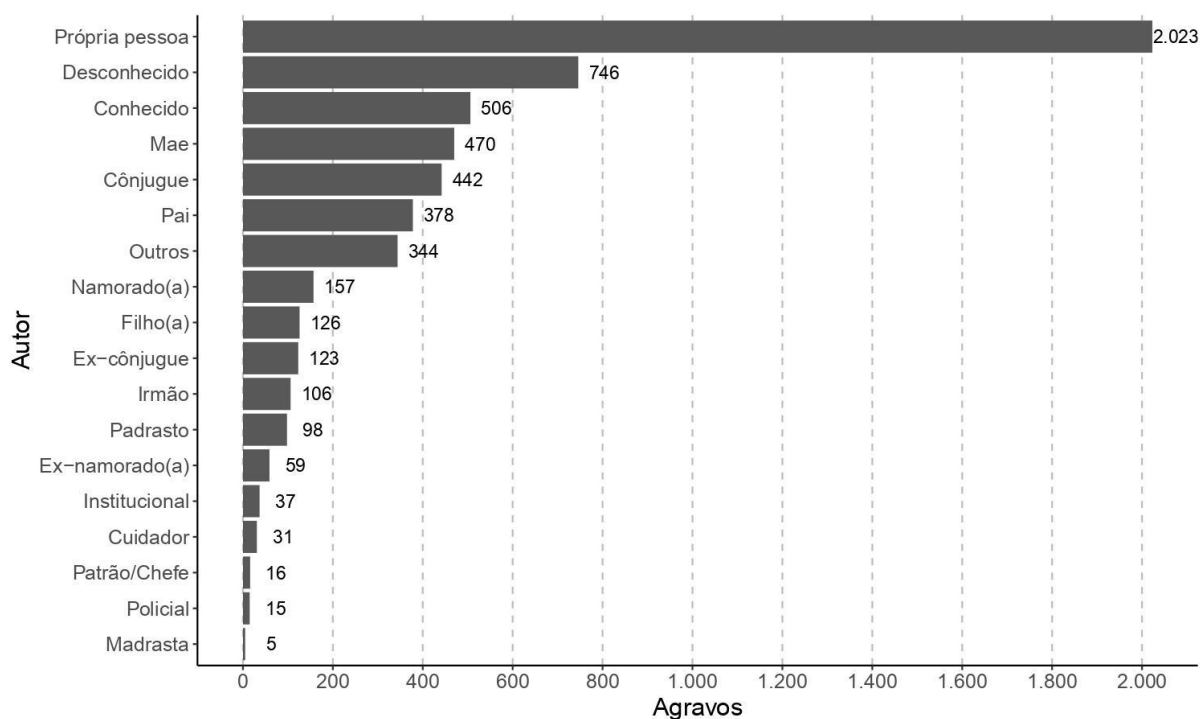
Também foi possível observar a relação entre o tipo de violência e a cor/raça das mulheres que sofreram as violências, conforme demonstra o gráfico abaixo. A maioria é declarada parda ou branca.

Gráfico 30 – Tipo de violência por cor/raça, de acordo com o SINAM.

Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN (2017-2021)

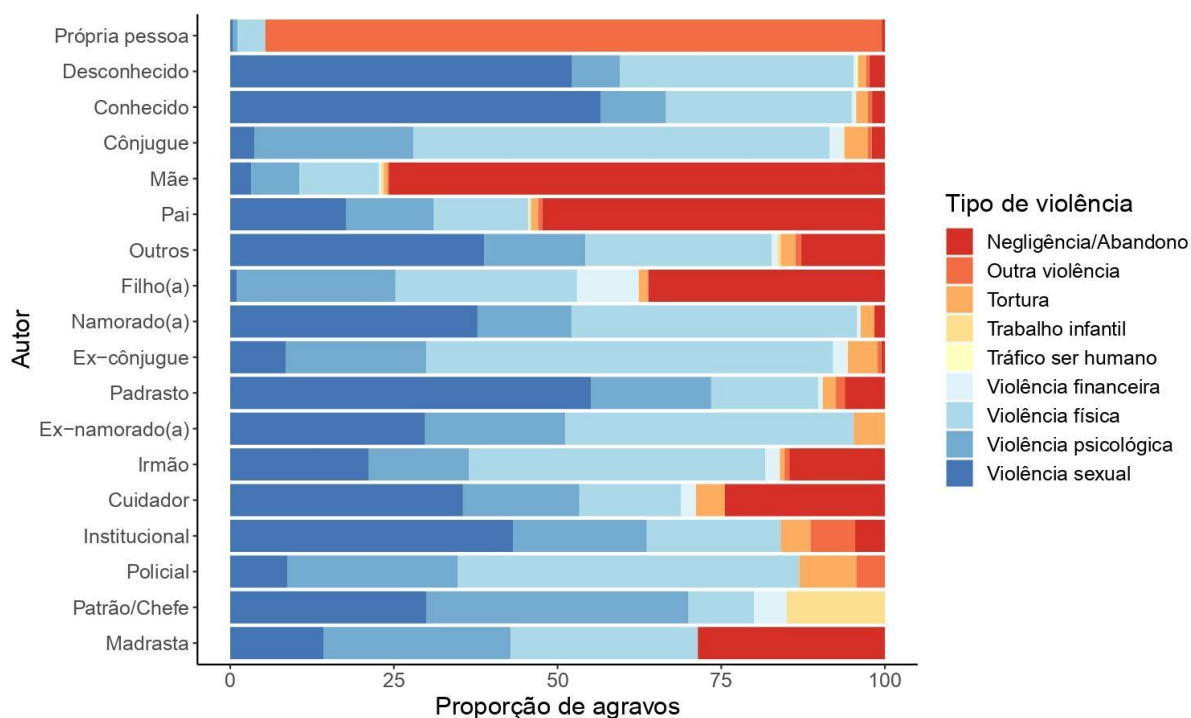
No gráfico abaixo também é possível observar os autores das violências contra as mulheres. Nota-se que em grande parte dos casos registrados no SINAM, é a própria pessoa que causa a violência. Em seguida, temos pessoas desconhecidas e, logo depois, pessoas conhecidas. Em 470 casos, a mãe é a perpetradora da violência, e em 442, o cônjuge.

Gráfico 31 – Autores das violências contra as mulheres.



Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN (2017-2021)

Por fim, no gráfico a seguir, é possível observar a relação entre autores e tipo de violência. Nota-se, por exemplo, que os principais autores de negligência e abandono de vítimas são as mães. Já de violência física, são os cônjuges e ex-cônjuges. A violência sexual é cometida principalmente por padrastos e conhecidos. A violência psicológica acontece principalmente por parte dos patrões/chefes das vítimas que também são responsáveis pelos maiores índices de tráfico de ser humano e trabalho infantil. A tortura de mulheres acontece em sua maioria por policiais. Os filhos são os principais responsáveis pela violência financeira. A própria vítima é a principal responsável na categoria “outra violência”.

Gráfico 32 – Autores da agressão por tipo de agravo

Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN (2017-2021)

7.4 Dados sobre mercado de trabalho

As informações desta seção são extraídas dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O desenho amostral da PNADC é configurado para todo o Brasil, sendo possível segregar os resultados por Grandes Regiões, Unidades da Federação, Regiões Metropolitanas e Capitais. A periodicidade da pesquisa é trimestral, com o objetivo de acompanhar o mercado de trabalho brasileiro, bem como as características sociodemográficas a ele relacionadas.

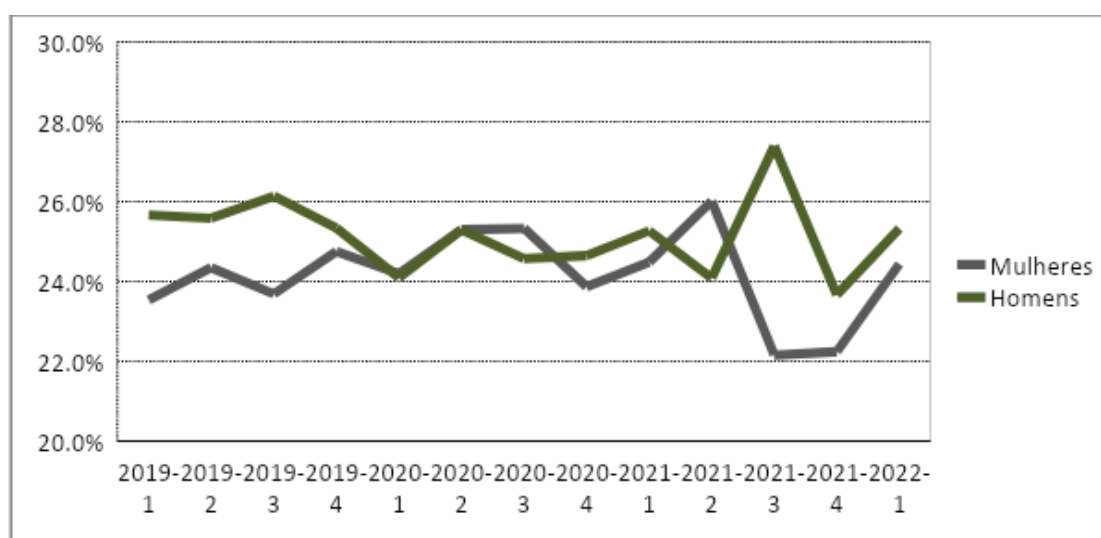
Neste relatório foram considerados os anos de 2019 até o primeiro trimestre de 2022, sob a justificativa de capturar um período anterior à pandemia de Covid-19, a sua fase de pico e, supostamente, os períodos de retomada da trajetória econômica, iniciada no segundo trimestre de 2021 até os dados mais recentes disponibilizados.

Acerca do mercado de trabalho, ao separar a amostra entre trabalhadores formais, informais (sem vínculo empregatício) e empregador/conta própria, observa-se ao longo dos treze trimestres um percentual superior de indivíduos alocados na primeira categoria. A título

de exemplificação, são setores mais formais a administração pública, educação, saúde, indústria e serviços profissionais, enquanto nos mais informais estão construção, serviços pessoais e coletivos e alimentação.

No Gráfico abaixo é apresentado o percentual de empregados formais, por sexo. Verifica-se no decorrer dos trimestres que os homens são, em quase toda a série, a maioria dos empregados formalmente. No entanto, nos dois primeiros trimestres de 2020 as mulheres se igualaram aos homens e os superaram no terceiro trimestre desse mesmo ano. Isso ocorre novamente apenas no segundo trimestre de 2021:

Gráfico 32 – Empregados formais, por sexo (%).



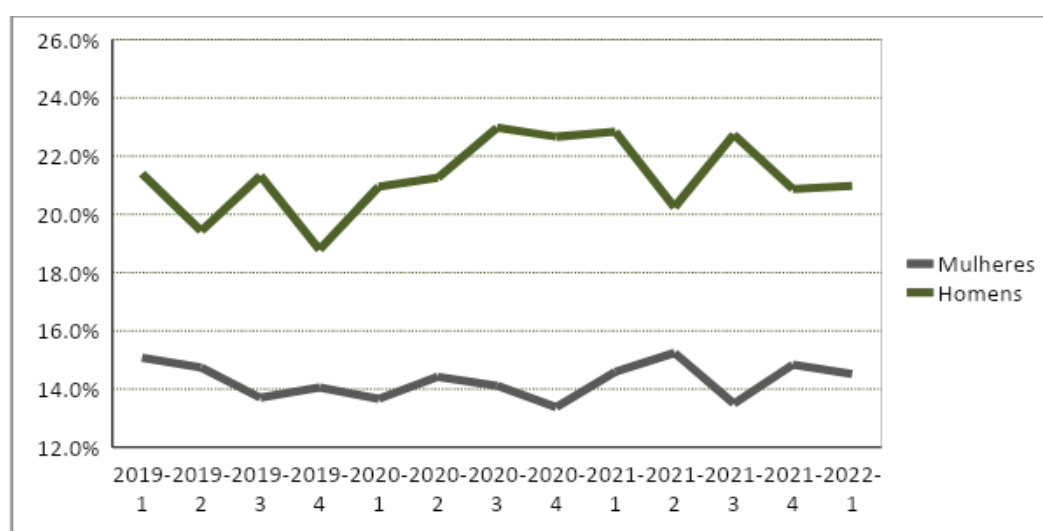
Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNADC (2019-2022)

O Gráfico abaixo apenas reitera essas constatações, ao trazer o percentual de informalidade por sexo:

Gráfico 33 – Empregados informais, por sexo (%).

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNADC (2019-2022)

Em relação a indivíduos empregadores ou conta própria, estes são, sem sua maioria, homens. A diferença média entre eles é de aproximadamente 7 p.p., o que leva a uma interpretação direcionada, especialmente, na oportunidade díspar existente entre homens e mulheres em empreender e buscar alternativas para ganho de renda, como no caso de trabalhadores temporários e autônomos (Gráfico abaixo):

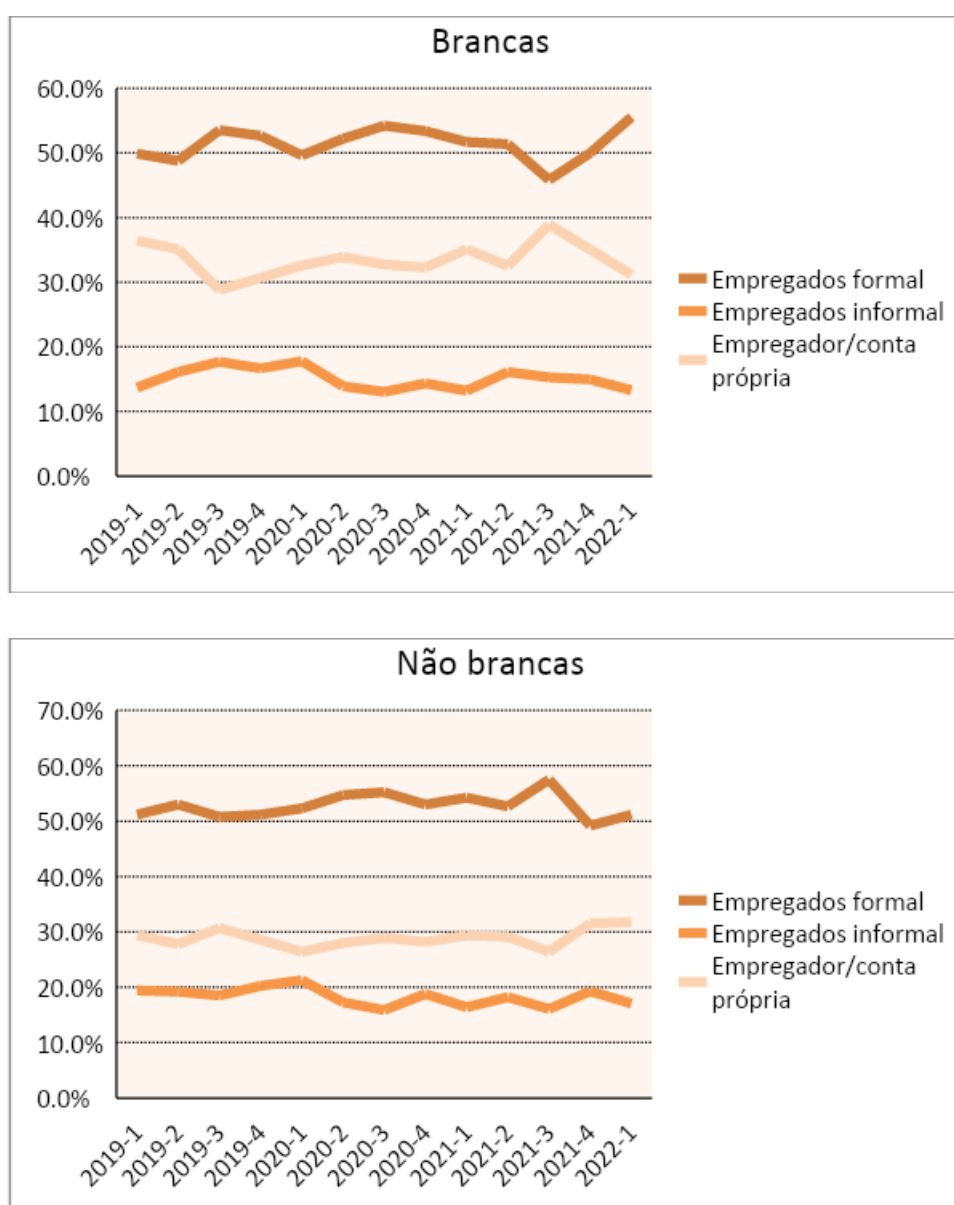
Gráfico 34 – Empregadores/conta própria, por sexo (%).

Fonte:

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNADC (2019-2022)

Para uma análise mais minuciosa, essas informações foram divididas por cor, faixa-etária e nível de escolaridade. Observa-se que, entre as mulheres brancas e não brancas, a grande parte delas é vinculada ao trabalho formal, seguida de empregadores/conta própria e informal (Gráfico abaixo).

Gráfico 35 – Mulheres no trabalho, por cor (%)



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNADC (2019-2022)

Em relação à faixa-etária, ao analisar os primeiros trimestres desses quatro anos, nota-se que a maior parte dos trabalhadores, no geral, está alocada entre 30 a 59 anos. No entanto, quando comparado com os homens, as mulheres tendem a ser minoria entre aqueles com 18 a 29 anos, sobretudo nos empregos formais e informais. No caso de empregadores/conta própria, as mulheres ultrapassam os homens (em percentual) em alguns trimestres, a depender da faixa-etária. Entre os mais avançados em idade, novamente se observa uma disparidade: entre aqueles com 60 a 64 anos e 65 anos ou mais, o percentual de homens empregados nos três casos considerados tende a ser maior do que quando comparado entre as mulheres (Tabela abaixo):

Tabela 28 – Empregados formais, informais e empregadores/conta própria, por faixa etária e sexo (%)¹¹

Faixa-etária	Empregados formais		Empregados Informais		Empregador/Conta própria	
	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem
	2019-1					
18 a 29	27,8%	30,3%	30,7%	45,5%	15,3%	14,1%
30 a 59	68,1%	64,6%	60,3%	42,8%	73,7%	69,2%
60 a 64	3,2%	3,8%	4,5%	4,8%	5,9%	7,5%
65 ou mais	0,9%	1,2%	4,5%	6,9%	5,0%	9,1%
	2020-1					
18 a 29	25,0%	30,2%	27,4%	37,7%	14,6%	12,4%
30 a 59	70,9%	64,2%	62,4%	50,6%	70,7%	73,8%
60 a 64	3,3%	3,4%	5,6%	6,2%	9,1%	7,6%
65 ou mais	0,8%	2,2%	4,6%	5,6%	5,6%	6,2%

¹¹ O percentual é dado por faixa-etária, ou seja, soma-se 100% em cada coluna do respectivo semestre, para homens e mulheres.

Faixa-etária	2021-1					
	18 a 29	18,7%	23,8%	35,1%	39,0%	13,7%
30 a 59	74,0%	70,5%	61,9%	57,3%	70,6%	66,8%
60 a 64	5,3%	3,7%	2,1%	2,4%	9,3%	9,7%
65 ou mais	2,0%	2,0%	1,0%	1,2%	6,4%	8,2%
Faixa-etária	2022-1					
	18 a 29	27%	29%	19%	45%	16%
30 a 59	67%	63%	68%	44%	74%	70%
60 a 64	4%	5%	10%	8%	5%	10%
65 ou mais	2%	4%	3%	3%	5%	8%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNADC (2019-2022)

Quando se trata de escolaridade, em média, as mulheres têm mais anos de estudos que os homens. Para o nível de escolaridade mais alto, isso ocorre em todos os semestres considerados e em todos os tipos de emprego. Além disso, os maiores percentuais de homens e mulheres sem instrução ou até quatro anos de escolaridade estão entre os trabalhadores informais (Tabela 29):

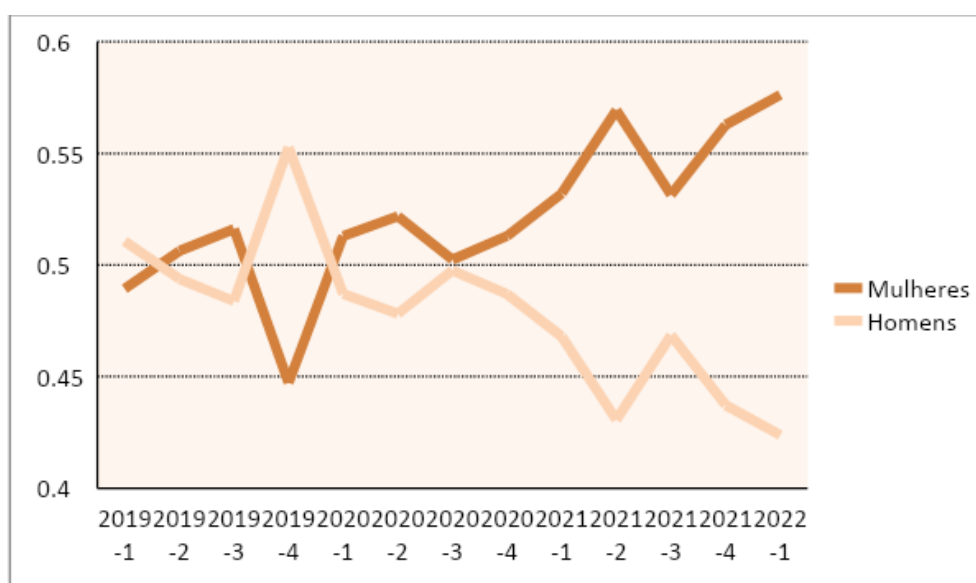
Tabela 29 – Empregados formais, informais e empregadores/conta própria, escolaridade e sexo (%)

Escolaridade	Empregados formais		Empregados Informais		Empregador/Conta própria	
	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem
	2019-1					
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	0,8%	0,5%	2,2%	0,7%	1,2%	1,7%
1 a 4 anos de estudo	1,1%	2,4%	6,7%	3,4%	3,5%	5,4%

5 a 8 anos de estudo	6,8%	12,1%	12,3%	12,4%	10,9%	18,7%
9 a 11 anos de estudo	10,2%	12,7%	14,5%	17,9%	13,6%	15,0%
12 a 15 anos de estudo	45,6%	47,0%	38,5%	46,9%	46,6%	39,9%
16 anos ou mais de estudo	35,5%	25,3%	25,7%	18,6%	24,2%	19,3%
Escolaridade						
2020-1						
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	0,2%	1,2%	2,0%	1,9%	1,4%	0,7%
1 a 4 anos de estudo	1,4%	3,0%	4,1%	2,5%	1,7%	4,2%
5 a 8 anos de estudo	4,7%	10,7%	15,7%	13,6%	16,0%	20,7%
9 a 11 anos de estudo	8,7%	13,0%	14,2%	20,4%	12,9%	16,2%
12 a 15 anos de estudo	48,0%	49,2%	40,6%	50,0%	41,5%	38,9%
16 anos ou mais de estudo	37,0%	22,9%	23,4%	11,7%	26,5%	19,3%
Escolaridade						
2021-1						
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	0,0%	0,8%	2,1%	2,4%	0,0%	0,6%
1 a 4 anos de estudo	0,9%	2,5%	2,1%	7,3%	2,5%	5,0%
5 a 8 anos de estudo	5,3%	11,3%	11,3%	12,2%	13,7%	16,3%
9 a 11 anos de estudo	6,4%	13,3%	12,4%	15,9%	8,3%	20,7%
12 a 15 anos de estudo	45,0%	41,9%	42,3%	43,9%	42,2%	37,0%
16 anos ou mais de estudo	42,4%	30,0%	29,9%	18,3%	33,3%	20,4%
Escolaridade						
2022-1						
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	0,2%	0,8%	0,7%	0,7%	0,7%	1,3%
1 a 4 anos de estudo	1,3%	2,3%	5,1%	2,1%	2,5%	4,0%
5 a 8 anos de estudo	4,5%	9,3%	14,0%	15,9%	13,0%	17,5%
9 a 11 anos de estudo	7,1%	13,5%	16,2%	17,9%	9,0%	12,0%
12 a 15 anos de estudo	44,0%	49,1%	41,2%	44,8%	41,9%	39,0%
16 anos ou mais de estudo	42,9%	25,1%	22,8%	18,6%	32,9%	26,3%

Por fim, quanto à responsabilidade pelo domicílio, os resultados são bem similares entre homens e mulheres, com percentual ligeiramente maior entre as mulheres em considerável parte da série. Após o primeiro trimestre de 2021, verifica-se uma tendência de elevação dos domicílios chefiados por mulher, tendo o seu ápice no trimestre mais recente, em que a diferença chega a 15 p.p., possivelmente relacionado à reconfiguração das rendas dentro das famílias devido à pandemia de Covid-19.

Gráfico 36 – Chefes de família, por sexo (%)



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNADC (2019-2022)

Esses resultados corroboram a hipótese de que existe uma desigualdade estrutural, entre gêneros, no mercado de trabalho brasileiro. As mulheres são a maioria na informalidade e, atualmente, responsáveis pela maioria dos domicílios em Goiânia.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As desigualdades de gênero podem ser caracterizadas como persistentes já que sua superação ainda não foi alcançada. É um fenômeno presente nos mais diferentes locais, porém em algumas localidades há uma maior incidência dessas desigualdades, com maiores índices de violência contra mulheres, situação de vulnerabilidade mais intensa, menor acesso ao mercado de trabalho formal, maior dificuldade no acesso a serviços públicos destinados a elas relativos à educação, saúde, lazer etc.

Em uma pesquisa desenvolvida pela Universidade de Georgetown que buscava observar a qualidade de vida das mulheres em 170 países considerando inclusão, acesso à justiça e segurança, o Brasil ocupou a 80ª posição (GARCIA, 2022). Diante desse fato, compreendemos que o problema não é local e não pode ser resolvido apenas com ações desempenhadas em âmbito municipal. No entanto, acreditamos que os municípios possuem uma posição privilegiada dentro da estrutura federativa do Brasil para implementar políticas públicas específicas que consigam diminuir as desigualdades de gênero.

As desigualdades de gênero, além de serem um problema que atinge o país como um todo – como dito –, se relacionam com diversos aspectos que precisam ser considerados conjuntamente. Dessa forma, por exemplo, se queremos diminuir a violência contra as mulheres e os feminicídios, não adianta investirmos apenas em políticas de segurança, precisamos aliar ações relativas à educação, saúde, mercado de trabalho etc. Nesse contexto, a criação de um Observatório das Mulheres de Goiânia se mostra acertada já que imbuí a perspectiva de compreensão do problema das desigualdades de gênero de uma forma ampla, buscando disponibilizar dados sobre mulheres goianienses nas mais diversas áreas.

O relatório apresentado buscou trazer uma visão sobre a situação das mulheres goianienses, focando nos anos de 2019, 2020 e 2021. Quando possível, ampliamos o período analisado. O objetivo era analisar se temos subsídios suficientes para a criação de um observatório no município. De forma direta, podemos dizer que poucas secretarias possuem dados sobre as mulheres goianienses. A Secretaria Municipal de Saúde e a Guarda Civil Metropolitana foram os órgãos que disponibilizaram a maior quantidade de dados que podem ser utilizados no observatório. Ressalta-se que os dados da Saúde são mais completos porque permitem a observação das interseccionalidades. As informações da Guarda disponibilizadas se referem aos dados produzidos para os relatórios de produtividade dos servidores do órgão. Ressaltamos que essa é uma diferença importante. Enquanto a Saúde está inserida em um contexto no qual o Ministério da Saúde demanda que as secretarias produzam e disponibilizem

dados, por isso estas possuem muitas informações; o mesmo não ocorre com a Guarda ou outras secretarias.

Acreditamos que a criação do Observatório, em parceria com as secretarias municipais, seria uma forma importante de incentivar os órgãos municipais a coletarem e organizarem dados de forma que possam ser disponibilizados no Observatório e sirvam de subsídios para as políticas públicas. As políticas relativas à violência são as mais avançadas e isso se traduz também na produção de dados sobre essa realidade. Porém eles nos mostram que o problema não é isolado e que as violências contra as mulheres estão estreitamente relacionadas a outras desigualdades.

A ideia de construção de um observatório não é inédita, mas é necessária. O relatório “Projeto para análise das bases de dados sobre situação das mulheres em Goiânia e Produção de Subsídios para a criação do Observatório da Mulher” mostrou que existem ao menos 12 observatórios que tratam da questão da mulher. Destes, apenas três são municipais, o que indica o potencial de inovação do Observatório de Goiânia. Além disso, reforçamos que a criação do Observatório possibilitará um diálogo mais próximo entre as secretarias e políticas e ações mais articuladas que possam de fato combater as desigualdades de gênero.

Por fim, é importante que o Observatório não se limite apenas a números de violência, pois isso não demonstra a real situação das mulheres no município, mas que seja um Observatório mais completo, que abranja diversas áreas de discussão, como saúde, educação, emprego e renda, justiça social e outras que se tornarem necessárias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade?* Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.
- BILGE, Sirma e COLLINS, Patrícia Hill. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.
- BIROLI, Flávia. Divisão Sexual do Trabalho e Democracia. **Dados**, v. 59, n. 3, p. 719-754, 2016a.
- BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10.3.2015.
- BRASIL. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República. Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília, DF, 2011.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento Feminista Brasileiro: Formação e Contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- CERQUEIRA, Daniel et al. Atlas da Violência 2021. Rio de Janeiro/Vitória/São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA/ Instituto Jones dos Santos Neves – IJSN / Fórum Brasileira de Segurança Pública – FBSP, 2021.
- CF. CRUZ, J. A. R. Vidas Perdidas, Corpos Ignorados, Causas Obscuras: A Violência Contra A Mulher Nos Dados Recentes De Goiás E Região Centro-Oeste. Anais XII Seminário Internacional Pensar Direitos Humanos, 2021.
- CLAUDINO, Jalda et al. Perfil da mulher goiana. Goiânia: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, 2022.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA; INSTITUTO AVON; CONSÓRCIO LEI MARIA DA PENHA; CIDADANIA, ESTUDO, PESQUISA, INFORMAÇÃO E AÇÃO., Avaliação sobre a aplicação das medidas protetivas de urgência da Lei Maria da Penha / Conselho Nacional de Justiça; Instituto Avon; Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação. – Brasília: CNJ, 2022.
- COSTA, F.L.; CASTANHAR, J. C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. Revista Brasileira de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 37, n.5, p.:969-992, 2003.
- CUNHA, Elenice Machado da; VARGENS, José Muniz da Costa. Sistemas de informação do Sistema Único de Saúde. In: GONDIM, Grácia Maria de Miranda; CHRISTÓFARO, Maria Auxiliadora Córdova; MIYASHIRO, Gladys Miyashiro (Org.). Técnico de vigilância em saúde: fundamentos. v. 2. Rio de Janeiro: EPSJV, 2017. p. 71-112.
- DAVID, Luana Muzzi Vaz et al. Perfil dos óbitos femininos por homicídios no município de Goiânia. Rev. Bras. Enferm. 73 (suppl 4), 2020.
- DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Isabel; LOPES, Alexandra; LEMOS, Rute. Violência Contra As Mulheres Idosas: O Peso Das Assimetrias De Género Na Idade Avançada. *Revista Feminismos*, Bahia, 2018.

DIEHL, C.A; SOUZA, M.A.; DOMINGOS, L.E.C. O uso da estatística descritiva na pesquisa em custos: Análise do XIV Congresso Brasileiro de Custos. *SEER UFRGS*, Porto Alegre, v. 7, n. 12, 2º semestre 2007. Disponível em: Acesso em: 20 agosto de 2022.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo: uma história a ser contada. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento Feminista Brasileiro: Formação e Contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário brasileiro de segurança pública. Brasília, 2021. Disponível em <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/anuario-2021-completo-v6-bx.pdf>.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1975.

GARCIA, Mariana. Veja quais os melhores e os piores países para ser mulher nos quesitos inclusão, justiça e segurança. G1. 8 mar. 2022. Disponível em <https://g1.globo.com/dia-das-mulheres/noticia/2022/03/08/veja-quais-os-melhores-e-os-piores-paises-para-ser-mulher-nos-quesitos-inclusao-justica-e-seguranca.ghtml>. Acesso em 30 jan. 2023.

GARCIA, R.C. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, v. 23, n. 7, p. 70, 2001.

GÊNERO E NÚMERO; SOF SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. Pesquisa SEM PARAR: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia, 2020.

GOIÂNIA, Câmara Municipal. **Estrutura Organizacional**, 2022. Disponível em: <[1] https://www.goiania.go.leg.br/institucional/vereadores_1/203>. Acesso em: 24.05.2022.

GOIÂNIA, Prefeitura. **Secretaria Municipal de Educação**. Disponível em: <https://www.goiania.go.gov.br/secretaria/secretaria-municipal-de-educacao-e-esporte/>. Acesso em 24.05.2021.

GOIÂNIAb, Prefeitura de Goiânia acompanha 1.100 mulheres com medidas protetivas por meio da Patrulha Mulher Mais Segura. Prefeitura de Goiânia, 2022. Disponível em << <https://www.goiania.go.gov.br/prefeitura-de-goiania-acompanha-1-100-mulheres-com-medidas-protetivas-por-meio-da-patrolha-mulher-mais-segura/> >>. Acesso em: 25 set 2022.

GOIÁS, Secretaria Do Estado De Segurança Pública, Estatísticas, 2021. Disponível em < <https://www.seguranca.go.gov.br/estatisticas> >.

GOIÁS, Secretaria Do Estado De Segurança Pública, Estatísticas, 2021. Disponível em < <https://www.seguranca.go.gov.br/estatisticas> >.

GOIÁS. Lei nº 20.272, de 17 de setembro de 2018. Cria Regime Especial de Atendimento para a mulher vítima de violência doméstica e familiar, nos serviços públicos de saúde, psicoterápico e de referência em cirurgia plástica, no âmbito do Estado de Goiás, quando o dano físico necessite de realização de procedimento cirúrgico-estético reparador. Disponível em: http://www.gabinetecivil.go.gov.br/pagina_leis.php?id=22957.

GREGORI, Maria Filomena. Cenas e Queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. São Paulo: Paz e Terra; ANPOCS, 1993.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

IBGE. Conheça o Brasil – População. IBGE Educa. 2022. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/20590-introducao.html>. Acesso em: 30 já. 2023.

IBGE. Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil. 2ª edição. 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf. Acesso em: 30 já. 2023.

IDS; ARTICLE 19; INSTITUTO ETHOS; CONECTAS DIREITOS HUMANOS. *Violação dos direitos humanos no Brasil: acesso à água potável e ao esgotamento sanitário*. 2018. Disponível em: https://ids-ecostage.s3.amazonaws.com/media/Viola%C3%A7%C3%A3o_dos_direitos_humanos_no_Brasil.pdf. Acesso em: 21 jun. 2021.

IMB. **DESIGUALDADE EM GOIÁS: um diagnóstico em busca do desenvolvimento sustentável**. Instituto Mauro Borges, 2022.

LAURENTI, R. et al. A confiabilidade dos dados de mortalidade e morbidade por doenças crônicas não-transmissíveis. *Ciência & Saúde Coletiva*, 9(4):909-920, 2004.

LEITE, Aline Tereza Borghi; SOUZA, Marta Rovey de. *As desigualdades de sexo no mercado de trabalho de Goiânia*. XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu, 2008.

M. A. Marconi e E. M. Lakatos, **Fundamentos da Metodologia Científica**, 6. ed., São Paulo: Atlas, 2007.

MEDEIROS, Mariana Pedrosa de; ZANELLO, Valeska. Relação entre a violência e a saúde mental das mulheres no Brasil: análise das políticas públicas. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p 384-403, jan./abr. 2018. DOI: <https://doi.org/10.12957/epp.2018.38128>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/38128>.

MELLO, Jorge; MARIA, H. P; de, DAVIDSON, S. L.; LAURENTI, R. **A saúde no Brasil: análise do período 1996 a 1999**. Brasília: Organização Pan-Americana. Disponível em: <http://www.opas.org.br/publicmo.cfm?codigo=49>. Acesso em: 30 out. 2022.

MICHEL, M. H. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais: Um Guia Prático para Acompanhamento da Disciplina e Elaboração de Trabalhos Monográficos**. São Paulo: Atlas, 2005.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisas qualitativas em saúde**. São Paulo (SP): Hucitec, 2014. 393p

MINISTÉRIO DA SAÚDE: Datasus/ SIH, 2002. Disponível em www.datasus.gov.br

NASSIF-PIRES, Luiza; CARDOSO, Luisa; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. Gênero e raça em evidência durante a pandemia no Brasil: o impacto do Auxílio Emergencial na pobreza e extrema pobreza. (Nota de Política Econômica nº 010). MADE/USP.

NPEgen, “Boletim Mulheres Negras no Mercado de Trabalho”. Campinas, Facamp, 2021. Disponível em: https://www.facamp.com.br/wp-content/uploads/2021/05/NPEGen_MNMT_v01_n01.pdf. Acesso em: 15 dez. 2022.

OKIN, Susan. **Justice, gender and the family**. New York: Basic Books, 1989.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. (2005). WHO multi-country study on women's health and domestic violence Against women: initial results on prevalence, health

outcomes, and women's responses. Recuperado de http://www.who.int/gender/violence/who_multicountry_study/summary_report/summary_report_English2.pdf.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. (2010). Preventing intimate partner and sexual violence against women: taking action and generating violence. Recuperado de http://www.who.int/violence_injury_prevention/publications/violence/9789241564007_eng.pdf

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. (2013) Responding to intimate partner violence and sexual violence against women. WHO clinical and policy guidelines. Recuperado de <http://www.who.int/reproductivehealth/publications/violence/9789241548595/en/>

PASINATO, Wânia;SEVERI, Fabiana C. Análise Descritiva Dos Metadados De Processos Judiciais Sobre Medidas Protetivas De Urgência Extraídos Do Datajud. In: CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA; INSTITUTO AVON; CONSÓRCIO LEI MARIA DA PENHA; CIDADANIA, ESTUDO, PESQUISA, INFORMAÇÃO E AÇÃO., Avaliação sobre a aplicação das medidas protetivas de urgência da Lei Maria da Penha / Conselho Nacional de Justiça; Instituto Avon; Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação. – Brasília: CNJ, 2022.

PASSOS, Luana; SOUZA, Lorena. Vulnerabilidades cruzadas: as mulheres e suas experiências diversificadas. R. Katál. Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 198-209, jan.-abr. 2021.

PEDRÃO, Murilo José, As medidas protetivas de urgência são revogadas tacitamente com a reconciliação do casal. Jusbrasil, 2020. Disponível em <<<https://murilojpedrao.jusbrasil.com.br/artigos/850550983/as-medidas-protetivas-de-urgencia-sao-revogadas-tacitamente-com-a-reconciliacao-do-casal>>>. Acesso em 12 set. 2022.

PEREIRA, R.A., Rosani; SOUZA, Aparecida Alves; VALE, J. de S. Revista Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente 6(1): 99-108, jan-jun, 2015.O processo de transição epidemiológica no brasil: uma revisão de literatura.

SALVATO, Marcio Antonio; FERREIRA, Pedro Cavalcanti Gomes; DUARTE, Angelo José Mont'Alverne. O Impacto da Escolaridade Sobre a Distribuição de Renda. Revista de Estudos Econômicos, v. 40, n. 4, São Paulo. OUTUBRO-DEZEMBRO 2010. p. 753-791.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento Feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

SILVA, Rayzza Aparecida. FERREIRA, João Lucas. A criação da patrulha Maria da Penha contribui para diminuição dos casos de violência contra mulher, em Goiânia no ano de 2017 ou apenas auxilia no acompanhamento de vítimas já agredidas? REBESP, v.11, n.1, 2018, pp. 102-112.

SOUSA, Tânia Cássia Cintra de et al. Características de mulheres vítimas de violência sexual e abandono de seguimento de tratamento ambulatorial. Cadernos Saúde Coletiva [online]. 2019, v. 27, n. 02, pp. 117-123. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1414-462X201900020059>>. Epub 13 Jun 2019. ISSN 2358-291X. <https://doi.org/10.1590/1414-462X201900020059>.

STJ, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 02/06/2020, DJe 15/06/2020. Disponível em << <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/862570543/agravo-regimental-no-agravo-em-recurso-especial-agrg-no-aresp-1650947-mg-2020-0015723-5> >>. Acesso em 12 set. 2022.

ANEXO 1 – PROPOSTA DE CONTEÚDO PARA O OBSERVATÓRIO DAS MULHERES DE GOIÂNIA

Ao pensarmos no que deve ter no Observatório da Mulher Goianiense, é importante pensar em um site completo, com o máximo de informações possíveis para facilitar a proposição de políticas públicas e que demonstrem a importância que o assunto tem para a Prefeitura de Goiânia e a Secretaria Municipal de Políticas Para as Mulheres. Assim, pensou-se em uma estrutura conforme disposto abaixo:

Na página inicial de abertura do site, as seguintes informações podem ser acessadas de modo orgânico, como, por exemplo, falar sobre o próprio observatório, qual o propósito dele, quem são as fontes de informação, além de linkar com algumas redes de enfrentamento e atendimento à mulher.

O site do Observatório

- O que é o observatório da mulher?
- Quem constrói?
- Rede de enfrentamento (CEAM/DEAM/CASA ABRIGO)
- Infográficos
- Botão do Pânico (Mapa locais/regiões)
- A SMPM
- Denuncie

A seguir, o site teria outras abas, que seriam divididas por temáticas. Nessas abas seria possível encontrar informações sobre a situação das mulheres no município de Goiânia, como dados estatísticos sobre vários tipos de violência e feminicídio; quantitativo de meninas e mulheres matriculadas na escola, bem como taxas de evasão, para que se possa investigar o motivo e pensar políticas para fazer com que essas meninas fiquem na escola, por exemplo. Informações sobre emprego e renda, saúde, DSTs, doenças mais comuns em mulheres e meninas. Ainda, pensamos ser importante apresentar dados sobre mulheres na política e

informações sobre o acolhimento de mulheres no município. Abaixo, seguem duas imagens de dados que podem constar em cada aba específica.

Importante ressaltar que essas informações só poderão ser divulgadas com a parceria das próprias secretarias municipais e alguns órgãos estaduais, como Ministério Público, Defensoria Pública, Tribunal de Justiça, Secretaria Estadual de Segurança, Sine, Ministério da Cidadania e outros.

Violência contra a Mulher

- Estatísticas sobre violências
- feminicídios
- violência doméstica
- medida protetiva
- botão do pânico / local
- perfil das vítimas: idade; cor; renda
- Leis de proteção às mulheres
- **Parceiros/ apoio:**
- Secretaria de Segurança
- Ministério Público
- Tribunal de Justiça

Educação

- **ESTUDANTES**
- Frequência escolar
- modalidade
- idade / mães
- evasão
- creches
- **SERVIDORAS DA EDUCAÇÃO**
- Função / cargo
- profissão
- escolaridade/ qualificação
- *Programas/ Projetos municipais sobre direitos das mulheres nas escolas?*

Emprego e renda

- mulheres empregadas formal
- informal / empreendedoras
- chefes de família
- dona de casa (trabalho não remunerado)
- *Projetos/Programas para auxílio de emprego e renda da mulher em Gyn: Mulher + Renda*
- **Parceiros/apoio:**
- SINE
- Ministério da Cidadania / CadÚnico

Saúde

- Saúde Reprodutiva
- Doenças específicas de mulheres: câncer de útero, mama, trombose
- HIV, DST
- Morbidade: aborto; parto; dst
- Entrada por violência: agressão física; estupro; aborto provocado
- *situação da saúde da mulher goiana: se cuida? não? etc*
- Parceiros/Apoio:
- Sec. Saúde / DataSus / ONGs

Política

- Mulheres vereadoras: número atual e total geral
- **Servidoras câmara/ secretarias:**
- Cargo/função
- profissão
- escolaridade/qualificação
- Projetos de lei por mulheres
- Projetos de lei para mulheres
- **Parceiro/Apoio:**
- Câmara e secretarias

Acolhimento

- CEAM
- DEAM
- Casa Abrigo
- Projetos e Políticas Públicas para auxílio de mulheres vítimas de violência
- Mulheres em vulnerabilidade social
- Atenção às mães
- Atendimento psicológico e jurídico

ANEXO 2 – PROPOSTA DE CURSO DE CAPACITAÇÃO

MÓDULO 1

Tema: Mulheres e Direitos Humanos

Público-alvo: servidores do município de Goiânia/GO

Curso de formação: Direitos humanos e a violência contra mulheres

Carga horária: 60hs

Responsáveis:

EMENTA

O que é gênero? As desigualdades de gênero. As violências contra mulheres. A normalização da violência de gênero e as implicações culturais. A garantia dos direitos humanos das mulheres. Enfrentamento à violência contra mulheres.

OBJETIVO

Ao final do curso, alunas e alunos deverão ser capazes de compreender os principais conceitos que demarcam este eixo temático e reconhecer as diferentes práticas de violência e negação dos direitos humanos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Apresentar o conceito de gênero e os direitos humanos das mulheres. Evidenciar os avanços e as lutas pelo reconhecimento destes direitos, tanto no plano nacional quanto internacional. Fomentar a cultura de paz.

METODOLOGIA

Realização de oficinas com dinâmicas e metodologias participativas, para expor e discutir os direitos humanos das mulheres, apresentando indicadores de desigualdades de gênero, raciais e sociais, além das legislações pertinentes; serão desenvolvidas atividades a fim de discutir práticas racistas, misóginas e machistas, processos participativos no espaço público, políticas públicas, rede de proteção e o enfrentamento à violência doméstica, institucional e social contra a mulher.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BANDEIRA, L.M. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 449-469, mai./ago. 2014.
- BANDEIRA, L.M. **Violência, gênero e poder: múltiplas faces**. Mulheres e violências: interseccionalidades. Brasília, DF: Technopolitik, 2017.
- CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 117137, 2003.
- CHAUÍ, M. Participando do Debate sobre Mulher e Violência. In: FRANCHETTO, B.; Cavalcanti, M. L. V. C.; HEILBORN, M. L. (Org.). **Perspectivas Antropológicas da Mulher**. São Paulo: Zahar Editores, 1985.
- DAVIS, A. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.
- GREGORI, M.F. **Cenas e queixas um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- SAFFIOTTI, H.I.B. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ALMEIDA, G. A. de; PERRONE-MOISÉS, C. (Col.) **Direito Internacional dos Direitos Humanos**. Instrumentos Básicos. São Paulo: Atlas, 2002.
- BRASIL. **O Comitê CEDAW – Comitê para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher**. Disponível:
<http://www.observatoriodegenero.gov.br/eixo/internacional/instancias-regionais/ocomite-cedaw-2013-comite-para-a-eliminacao-de-todas-as-formas-de-discriminacaocontra-a-mulher>.
- BRASIL. **Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996**. Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/D1973.htm.
- BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Lei Maria da Penha. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm.
- BRASIL. **Diretrizes Nacionais Para Investigar, Processar E Julgar Com Perspectiva De Gênero As Mortes Violentas De Mulheres (Feminicídios)**. Brasília, 2016.
- BRASIL. IPEA – Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada. **Mulheres e Trabalho: breve análise do período 2004-2014**. Brasília: 2016.
- BRASIL. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília: Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres/Secretaria de Políticas para as Mulheres/, 2011. Disponível em:
<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/politicanacional-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>.
- BRASIL. IPEA – Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 4. ed. Brasília: Ipea, 2017.
- CHAUÍ, M. Uma ideologia perversa. Explicações para a violência impedem que a violência real se torne compreensível. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 mar. 1999, Caderno Mais! p. 5-3.

DIAS, M.B. **A Lei Maria da Penha na Justiça**: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. 4. ed. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2018.

GREGORI, M.F. **Cenas e queixas um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

ONU. **Conferência de Direitos Humanos - Viena**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/viena/viena.html>.

ONU. **Conferências Mundiais da Mulher**. [201-]. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/conferencias/>.

ONU. **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar Violência contra a Mulher**, “Convenção de Belém do Pará”. Adotada em Belém do Pará, Brasil, em 9 de junho de 1994, no Vigésimo Quarto Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral. Disponível em: <http://www.cidh.org/Basicos/Portugues/m.Belem.do.Para.htm>.

PASINATO, Wânia. “Feminicídios” e as mortes de mulheres no Brasil. Cad. Pagu 2011; 37:219-246.

MÓDULO 2

Tema: Desigualdades de Gênero e as Perspectivas das Mulheres

Público-alvo: servidoras/es do município de Goiânia/GO

Curso de formação: Direitos humanos das mulheres: uma perspectiva de gênero

Carga horária: 60hs

Responsáveis:

EMENTA

Analisar os indicadores de desigualdades. Compreender as desigualdades brasileiras. Compreender a partir do recorte de gênero a desigualdade entre homens e mulheres. Analisar como as desigualdades de gênero impactam a vida das mulheres. Analisar formas de enfrentamento das desigualdades de gênero.

OBJETIVO GERAL

Discutir a distinção entre sexo, sexualidade e gênero. Reconhecer a necessidade de que ao longo da história as mulheres têm sido submetidas a um processo de desigualdade entre os gêneros.

Analisar as relações de gênero como construção social. Compartilhar ideias e atitudes que levem a uma sociedade mais justa e igualitária.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Compreender os processos que produzem e reproduzem a desigualdade brasileira. Analisar a desigualdade de gênero. Estudar práticas de enfrentamento às desigualdades de gênero. Analisar as políticas de ação afirmativa para mulheres.

METODOLOGIA

Serão realizadas oficinas com dinâmicas e metodologias participativas, para apresentar e discutir os direitos humanos das mulheres, apresentando indicadores de desigualdades de gênero, raciais e sociais e as legislações pertinentes, a fim de discutir práticas racistas, misóginas e machistas, processos participativos no espaço público, políticas públicas, rede de proteção e o enfrentamento à violência doméstica, institucional e social contra a mulher.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BIROLI, F. **Autonomia e desigualdades de gênero**: contribuições do feminismo para a crítica democrática. Vinhedo: Horizonte, 2013.

BRASIL. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**.

Brasília: Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres/Secretaria de Políticas para as Mulheres/, 2011. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/politicanacional-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>.

BRASIL. IPEA – Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 4. ed. Brasília: Ipea, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Ipea. **IPEA 46 ANOS**: Uma Breve Retrospectiva Sobre As Políticas Sociais No Brasil. In: Ipea 46 Anos: O Brasil Em 4 Décadas. 1500 textos para discussão. Rio de Janeiro, setembro de 2010.

BRASIL. Ipea. **Perspectivas da política social no Brasil** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. – Brasília: Ipea, 2010. Disponível em: <<

https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3270/1/livro08_perspectivasdapolitica.pdf >>

COHN, Amélia. **Políticas Sociais e Pobreza no Brasil**. Planejamento E Políticas Públicas Nº 12 - Jun/Dez De 1995.

FRASER, Nancy. **A justiça social na globalização**: Redistribuição, reconhecimento e participação. Revista Crítica de Ciências Sociais, 63, outubro 2002: 7-20.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. **Estado E Políticas (Públicas) Sociais**. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001.

MEDEIROS, Marcelo. **Os Ricos E A Formulação de Políticas de Combate à Desigualdade e à Pobreza no Brasil**. In: Ipea. Texto para discussão Nº 984. Brasília, outubro de 2003.

RODRIGUES, Milena Dorneles; GUILHERME, Rosilaine Coradini. **Pobreza multidimensional**: uma análise para as políticas de proteção social no Brasil. IN: Guilherme, Rosilaine Coradini, Org.; Berwig, Solange Emilene, Org.; Ferreira, José Wesley, Org. Políticas Sociais e Trabalho: debates contemporâneos. São Borja: Unipampa, 2021.

SCALON, Celi. **Desigualdade, pobreza e políticas públicas**: notas para um debate. In: Dossiê Diferença e (Des)Igualdades. Contemporânea, n. 1 p. 49-68, Jan.–Jun. 2011.